



Universidade do Estado do Amazonas
Escola Superior de Ciências da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva



Cristiany Monserra Barata da Costa Freitas

O abuso sexual como uma experiência adversa na adolescência: Um inquérito de base escolar em Manaus, Amazonas

Manaus

2024

Cristiany Monserra Barata da Costa Freitas

O abuso sexual como uma experiência adversa na adolescência: um inquérito de base escolar em Manaus, Amazonas

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Amazonas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Nathália França de Oliveira

Manaus
2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

F862a	<p>Freitas, Cristiany Monserra Barata da Costa O abuso sexual como uma experiência adversa na adolescência: : Um inquérito de base escolar em Manaus, Amazonas / Cristiany Monserra Barata da Costa Freitas . Manaus : [s.n], 2024 110 f.: il.; 21,0 cm.</p> <p>Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - PPGSC- Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2024. Inclui Bibliografia. Inclui Apêndice. Inclui Anexo. Orientador: Nathália França de Oliveira.</p> <p>1. Violência. 2. Abuso sexual. 3. Adolescente. 4. Saúde. I. Nathália França de Oliveira (Orient.) II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Título</p> <p>CDU(1997)614(043.3)</p>
-------	---

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

ATA DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO

Aos 22 dias do mês de julho de 2024, às 09h:00min, de forma **híbrida**, ocorreu a sessão da Defesa de Dissertação do Mestrado, cujo título da dissertação é "ABUSO SEXUAL COMO UMA EXPERIÊNCIA ADVERSA NA ADOLESCÊNCIA – UM INQUÉRITO DE BASE ESCOLAR EM MANAUS, AMAZONAS", apresentado por **Cristiany Monserra Barata da Costa Freitas**, sob orientação da Prof.ª Dra. Nathália França de Oliveira. A apresentação do trabalho foi realizada em sessão pública, compreendendo exposição da discente em um tempo de 30 a 40 minutos, seguida de arguição pelos examinadores. Ao término dos trabalhos, em sessão secreta, os examinadores exararam seus pareceres, a seguir discriminados:

Prof.ª Dra. Nathália França de Oliveira – Orientadora

Aprovada Reprovada

Assinatura.....*Nathalia*.....

Prof. Dr. Leonardo Naves dos Reis – Membro Titular

Aprovada Reprovada

Assinatura.....*Leonardo N. dos Reis*.....

Prof. Dr. Emerson Victor Hugo Costa de Sá – Membro Titular

Aprovada Reprovada

Assinatura.....*Emerson Costa*.....

Parecer Final:

Aprovada Reprovada

Proclamados os resultados, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu, Prof.ª Dra. Nathália França de Oliveira, presidente da sessão, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora e remeto à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Amazonas.

Manaus, 22 de julho de 2024.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela Sua graça e misericórdia que me permitiram chegar até aqui, sou grata pela oportunidade de continuar minha formação educacional e profissional.

Ao meu esposo, Adriano Freitas, pelo apoio constante e incondicional, que foi meu alicerce para a concretização desse sonho. Aos meus amados filhos, Murilo e Isadora, que, mesmo na tenra idade, compreenderam os momentos em que tive que estar ausente para me dedicar aos estudos e atividades complementares. Obrigada, pois é por vocês também que tudo isso vale muito a pena.

Ao meu querido avô-pai, Henrique Barata (in memoriam), pela sua dedicação, amor, proteção e cuidado. Aos meus tios Roberto, Pedro (in memoriam), e Carlos Henrique, que cuidaram, protegeram e zelaram por mim durante minha infância.

À minha prima Patrícia Natália, que, desde que me entendo por gente, aposta, incentiva e acredita em mim. Acreditar e impulsionar a “baixinha” me mantém forte e focada nas melhores oportunidades de crescimento até hoje.

À minha orientadora, Nathália França de Oliveira. Sua dedicação ao combate à violência contra crianças e adolescentes é inspiradora. Obrigada por compartilhar sua experiência, seus conhecimentos e projetos. Agradeço por ter sido sua escolha nessa caminhada e pela oportunidade de poder seguir dividindo essa luta. Nos vemos em breve.

A todos os professores e à equipe da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UEA, em especial ao professor André Machado, pela oportunidade do estágio voluntário e por todo seu apoio. Ao professor Leonardo Reis, pela excelente contribuição na qualificação do projeto. À professora Munique Therense, que me acolheu no projeto de extensão Chegadas & Partidas, onde pude contribuir e me reconstruir diante do tema de perdas e lutos.

Ao professor Emerson Sá pelas excelentes contribuições dadas para finalização deste trabalho. Obrigada, sua luta e trabalho são inspiradores. A todos os entrevistadores envolvidos na coleta de dados. Obrigada pela dedicação e sensibilidade. Sigamos firmes!

Às amigas do trabalho, Valcicleia Silva e Silvana Nogueira, por vivenciarmos as dores e delícias do dia a dia no SUS e torcerem por mim ao longo dessa formação.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio a pesquisa ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UEA, fundamental durante a condução desta pesquisa.

RESUMO

FREITAS, Cristiany Monserra Barata da Costa. *O abuso sexual como uma experiência adversa na adolescência: um inquérito de base escolar em Manaus, Amazonas*. 2024. 110 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2024.

Objetivo: Investigar a ocorrência de abuso sexual como experiência adversa em adolescentes escolares em Manaus, Amazonas. **Métodos:** Trata-se de um estudo transversal de base escolar com adolescentes entre 12 e 17 anos, composto por escolas públicas da região urbana de Manaus. A população foi proveniente de 141 escolas do ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e médio, com o total de 145.650 estudantes. A partir do tamanho da amostra, calculou-se o número de alunos a serem selecionados por zona administrativa para garantir o peso dos estratos. O número de alunos entrevistados por escola, resultou da proporção entre alunos e escolas. Após o cálculo do tamanho amostral, considerando uma prevalência da ordem de 0,5%, a amostra resultou em 384 alunos, com nível de confiança de 95%. Esta pesquisa trabalhou com dados preliminares, com nível de confiança de 80% e um N de 238. **Resultados:** dos 238 alunos participantes da pesquisa até o momento, a maioria se identificou como mulher cis (62,6%), com idade entre 16 a 17 anos (média de 15; $dp \pm 1,58$), autodeclarados pardos (66,8%), cursando o ensino médio (54,6%), nunca repetiram de ano (84,5%), nunca foram expulsos da escola (99,2%). De acordo com os critérios do Questionário Internacional de Experiências Adversas na Infância, (34,5%) foram vítimas de abuso sexual. (47,6%) que sofreu abuso sexual ao menos uma vez na vida tinha majoritariamente acima de 16 anos de idade, autodeclaradas mulheres cis (78,0%) e pardas (67,1%), cursando o ensino médio (57,3%), não haviam repetido de ano (85,4%), não haviam sido expulsos da escola (98,8%), possuíam residência própria (36,6%). Na análise bivariada o abuso sexual foi associado às variáveis: identidade de gênero e uso de álcool. Quanto a estrutura familiar (51,3%) residia com até 4 pessoas, tendo como principais responsáveis pelo sustento pais e padrastos (78,0%), estes possuem ocupação (85,4%). A faixa etária dos responsáveis acima dos 41 anos de idade (49,3%), com ensino médio (40,2%), não recebem bolsa ou auxílio do governo (59,8%). Quanto aos fatores da estrutura familiar que apresentam associação com a ocorrência de abuso sexual, constatou-se apenas a variável residir com alguém que tenha sido ou esteja preso ($p=0,043$). Outras experiências adversas, revelou que além da violência sexual as vítimas também haviam se envolvido em situações de trabalho infantil (48,8%), de trabalho infantil doméstico (61,0%), abuso emocional (47,6%), negligência emocional (9,8%), abuso físico (37,8%), *bullying* (75,6%) e violência urbana (92,7%). **Discussão:** Para a adequada identificação do abuso sexual contra crianças e adolescentes é requerido dentre várias outras condições, experiência e sensibilidade. Diante disso, é importante o desenvolvimento de estudos e pesquisas que caracterizam o perfil das vítimas de abuso sexual, do agressor e seus fatores associados. **Considerações finais:** Apesar do estudo tratar de dados preliminares, sua realização foi importante para revelar dados sobre o abuso sexual no contexto dos adolescentes escolares da capital de Manaus e elucidar especificidades que cercam este fenômeno, revelando dados acerca do desfecho para utilização na multiplicação de ensinamentos tanto para a área da saúde quanto para a educação buscando incentivo para melhoria na forma de reconhecimento do abuso sexual e apoio a denúncia dos casos, para aumentar a visibilidade do abuso sexual como um agravo a saúde e conseqüentemente melhorar as notificações dos casos.

Palavras-chave: Violência. Abuso sexual. Adolescente. Saúde.

ABSTRACT

FREITAS, Cristiany Monserra Barata da Costa. Sexual abuse as an adverse experience in adolescence: a school-based survey in Manaus, Amazonas. 2024. 110 f. Dissertation (Master's Degree in Public Health) - University of the State of Amazonas. Manaus, 2024.

Objective: To investigate the occurrence of sexual abuse as an adverse experience in adolescent students in Manaus, Amazonas, Brazil. **Methods:** This is a school-based cross-sectional study with adolescents between 12 and 17 years old, composed of public schools in the urban region of Manaus. The population came from 141 elementary II (6th to 9th grade) and secondary schools, with a total of 145.650 students. Based on the sample size, the number of students to be selected per administrative zone is calculated to ensure the weight of the strata. The number of students interviewed per school, is verified from the proportion between students and schools. After calculating the sample size, considering a prevalence of around 0.5%, a sample of 384 students was examined, with a confidence level of 95%. This research was prepared with preliminary data, with a confidence level of 80% and an N of 238. **Results:** Of the 238 students participating in the research so far, the majority identified themselves as cis women (62.6%), aged between 16 and 17 years old (average of 15; $SD \pm 1.58$), self-declared mixed race (66.8%), attending high school (54.6%), never repeated a year (84.5%), never were expelled from school (99.2%). According by the International Questionnaire on Adverse Childhood Experiences, (34.5%) were victims of sexual abuse. (47.6%) who suffered sexual abuse at least once in their lives were mostly over 16 years of age, self-declared cis women (78.0%) and mixed race (67.1%), attending high school (57.3%), had not repeated a year (85.4%), had not been expelled from school (98.8%), had their own residence (36.6%). In the bivariate analysis, sexual abuse was associated with the variables: gender identity and alcohol use. As for the family structure (51.3%) lived with up to 4 people, with parents and stepfathers (78.0%) as the main breadwinners, these have occupations (85.4%). The age group of those responsible are over 41 years old (49.3%), with high school education (40.2%), do not receive scholarships or assistance from the government (59.8%). Regarding the factors to family structure that are associated with the occurrence of sexual abuse, only the variable living with someone who has been or is in prison was found ($p=0.043$). Other adverse experiences revealed that in addition to sexual violence, victims had also been involved in situations of child labor (48.8%), domestic child labor (61.0%), emotional abuse (47.6%), emotional neglect (9.8%), physical abuse (37.8%), bullying (75.6%) and urban violence (92.7%). **Discussion:** Proper identification of sexual abuse against children and adolescents requires, among many other conditions, experience and sensitivity. Therefore, it is important to develop studies and research that characterize the profile of victims of sexual abuse, the aggressor and its associated factors. **Final considerations:** Although the study deals with preliminary data, it was important to reveal data on sexual abuse in the context of adolescent students in the capital of Manaus and to elucidate specificities surrounding this phenomenon, revealing data about the outcome for use in the multiplication of teachings both for the health area and for education, seeking incentive for improvement in the form of recognition of sexual abuse and support for reporting cases to increase the visibility of sexual abuse as a health problem and consequently improve case reporting.

Keywords: Violence. Sexual abuse. Adolescent. Health.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Tipologia da Violência	22
Quadro 2 -	Aspectos amostrais para a seleção das escolas e alunos participantes da pesquisa	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Sequência cronológica dos principais marcos jurídicos de proteção à criança no Brasil	25
Tabela 2	Análise bivariada sobre vítimas de abuso sexual identificadas, de acordo com as características gerais. Manaus, Amazonas, Brasil, 2023	41
Tabela 3	Análise bivariada sobre vítimas de abuso sexual identificadas, de acordo com a estrutura familiar. Manaus, Amazonas, Brasil, 2023	42
Tabela 4	Análise bivariada sobre vítimas de abuso sexual identificadas, de acordo com outras experiências adversas. Manaus, Amazonas, Brasil, 2023.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE	<i>Adverse Childhood Experiences</i>
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
C T & I	Ciência, Tecnologia & Inovação
EAIA	Experiência Adversa na Infância e Adolescência
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas ao Trabalhador Adolescente no Amazonas
FEPETI/AM	Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente no Amazonas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNAD-C	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação e Desporto
SGD	Sistema de Garantias de Direito
SINAN	Sistema de Informação de Agravo de Notificação
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TID	Trabalho Infantil Doméstico
UEA	Universidade Estadual do Amazonas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	OBJETIVOS.....	17
1.1	Geral.....	17
1.2	Específicos.....	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	Experiências adversas na infância e na adolescência: histórico e definições	18
2.2	O abuso sexual contra criança e adolescente	20
2.2.1	<u>Tipologia da Violência</u>	21
2.2.2	<u>Consequências do abuso sexual contra crianças e adolescentes</u>	22
2.3	O abuso sexual infantojuvenil no Brasil e no Amazonas	24
2.3.1	<u>O Brasil e a proteção à infância no contexto das violências contra crianças e adolescentes</u>	24
2.3.2	<u>O abuso sexual e as particularidades do estado do Amazonas</u>	28
3	MATERIAL E MÉTODOS	31
3.1	Desenho e cenário da pesquisa	31
3.2	População fonte.....	31
3.3	População de estudo e plano amostral.....	32
3.4	Coleta e processamento dos dados	34
3.5	Controle de qualidade	34
3.6	Variáveis de interesse e os instrumentos de aferição	35
3.7	Análise dos dados.....	36
3.8	Aspectos éticos	37
3.8.1	<u>Riscos</u>	37
3.8.2	<u>Benefícios.....</u>	38
4	RESULTADOS	40
5	DISCUSSÃO	44
	CONCLUSÕES	48
	REFERÊNCIAS	50
	ANEXO A - Lista de escolas públicas da região urbana de Manaus vinculadas à SEDUC/AM	55

ANEXO B – Lista de Escolas sorteadas para realização de entrevistas	62
ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	63
ANEXO D - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido	65
ANEXO E – Instrumento de Coleta – versão completa	67
ANEXO F – Parecer Consubstanciado do CEP	78
ANEXO G – Carta Anuência SEDUC/AM	87
ANEXO H – Artigo	88
ANEXO I – Comprovante de submissão do Artigo	110

INTRODUÇÃO

Este projeto faz parte da pesquisa intitulada: “Experiência adversa na adolescência – um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de trabalho infantil em Manaus, Amazonas”, coordenada pela orientadora deste trabalho e pela Clínica de Direitos Humanos na Amazônia, ambas vinculadas à Universidade do Estado do Amazonas. A pesquisa em execução, vem sendo desenvolvida com o financiamento do Programa Kunhã C, T & I no Amazonas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas – FAPEAM. O objetivo principal da pesquisa é investigar a ocorrência do trabalho infantil como experiência adversa em adolescentes escolares em Manaus, Amazonas. Entretanto, tendo em vista sua interseccionalidade com as várias formas de violência, o presente estudo vai analisar a temática do abuso sexual infantojuvenil como experiência adversa vivenciada por crianças e adolescentes.

As Experiências Adversas na Infância ou Adolescência (EAIA) são definidas não apenas como atos de perpetração ou omissão dirigidos às crianças, incluindo um conjunto de outras condições contextuais. Estas, em geral, coocorrem e expõem a criança a várias adversidades consecutivas ou até simultâneas. Alguns estudos indicam que quanto maior o número de experiências adversas vivenciadas, maior o efeito negativo no desenvolvimento do indivíduo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) caracteriza as EAIA como fontes de estresse e enumera os seguintes eventos como adversidades prejudiciais: perdas interpessoais (morte dos pais e divórcio); ambiente familiar disfuncional (problemas de saúde mental dos pais, abuso de substâncias parental, criminalidade e violências); maus tratos (violência física, psicológica, sexual e negligências); doenças; dificuldades econômicas; violência entre pares (bullying); violência comunitária e coletiva (conflitos e guerras) (Stochero et al., 2021; OPAS, 2021).

As EAIA são circunstâncias quantificáveis e cheias de sentidos e significados que exigem adaptação fisiológica e psicossocial e, por isso, tem forte potencial para produzir significativo estresse e impacto na vida, sendo as crianças e adolescentes ainda mais vulneráveis às suas repercussões negativas (Andrade et al., 2022).

A violência contra crianças e adolescentes não se trata de algo novo, é um fenômeno que acompanha a trajetória da humanidade desde os seus mais longínquos tempos. Variadas são as suas formas de expressão, que se adaptam às especificidades culturais e às possibilidades de cada momento histórico. No Brasil, a violência que atinge nossas crianças e adolescentes

apresenta-se multifacetada, sendo suas principais manifestações: estrutural, intrafamiliar, institucional e delinquencial (Assis, 1994; Lima et al., 2006)

A violência sexual contra crianças e adolescentes é definida como qualquer ato entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente cuja finalidade seja estimular sexualmente a criança e/ou adolescente, assim como utilizá-la para obter qualquer tipo de estimulação sexual. Considera-se também, quanto ao envolvimento de crianças e adolescentes, pela sua condição de vulnerabilidade por serem dependentes e imaturos, condição que os incapacita de compreender integralmente as atividades sexuais, caracterizando-os como incapazes de dar o consentimento. Portanto, de modo amplo, a violência sexual inclui pedofilia, abusos sexuais violentos e o incesto, sendo divididos em intrafamiliar e não familiar (Bueno; Lima, 2022).

A exposição a traumas, principalmente na infância, pode resultar em diversas alterações neuro estruturais, como a redução do hipocampo e do corpo caloso. O desempenho e funcionamento cognitivos também estão alterados nessa população. Geralmente, essas experiências estão relacionadas a um risco aumentado de desenvolver distúrbios mentais como depressão, transtorno bipolar, esquizofrenia e abuso de substâncias. Há que se atentar também que as situações de exposição a situações de risco relacionadas as violências sexuais não são adequadamente reconhecidas pelas próprias vítimas, responsáveis ou profissionais, diante da complexidade desses fenômenos (Brietzke et al. 2012).

Mais de 1,3 milhões de pessoas em todo o mundo morrem anualmente como resultado da violência, sendo a quarta principal causa de morte de pessoas com idade entre 15 e 44 anos (WHO, 2014). Desta forma, a violência contra crianças e adolescentes consiste em um problema de saúde pública mundial e estima-se que um bilhão de crianças, entre dois e dezessete anos, tenham sofrido violência física, sexual, psicológica ou negligência em 2015 (Hillis, 2016).

No Brasil, segundo dados do IPEA 2023, mais de 1 milhão de crianças e adolescentes sofreram agressões entre 2011 e 2021. A cada hora, 11 crianças e adolescentes são agredidos a ponto de precisar de ajuda médica. Em 2023 foram registrados 74.930 estupros, o maior número de toda a história, com aumento de 8,2% em relação ao ano de 2021, sendo as crianças as principais vítimas 61,4% com idade entre 0 e 13 anos e destas, 10,4% são menores de 4 anos (Atlas da Violência, 2023).

Em um estudo descritivo sobre violência sexual contra crianças e adolescentes e de tráfico humano para fins de exploração sexual – período de 2015 a 2017, foram registrados no Amazonas 4.593 casos de abuso sexual e, em relação à exploração sexual foram registrados 2.377 casos. No entanto, temos que reiterar que a subnotificação deve ser encarada como um

grande desafio a ser enfrentado e superado no Brasil e, sobretudo, na Amazônia (Ribeiro; Fernandez, 2020).

Apesar do aumento de incentivo a denúncias por parte do governo brasileiro por meio do Disque 100, serviço mantido pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, conforme Decreto nº 10.174 de 13 de dezembro de 2019 e o ordenamento jurídico brasileiro ter vários meios de proteção legal, como leis que preservam os direitos das crianças lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a violência, em especial a sexual, continua envolta no silêncio, seja pelo medo em relação ao agressor que geralmente é uma pessoa conhecida da vítima e da família, ou ainda pela vergonha da exposição, seja pela dificuldade de alguns profissionais da saúde em reconhecer a violência ou mesmo pela dificuldade do diagnóstico, uma vez que esta pode estar mascarada por outras queixas que não o abuso, ou ainda porque muitos casos podem não deixar marcas físicas facilmente evidentes (Neves et al, 2021; Carlos et al, 2017).

O ciclo de violência contra crianças e adolescentes é permeado pelo silêncio. É importante pontuar que, uma das formas de romper com esta realidade é se buscar falar sobre o assunto, por espaços que promovam debates, lugar de fala e de escuta qualificada. O desenvolvimento de pesquisas, estudos e experiências de intervenção sobre a temática é indispensável como estratégia de qualificação visando, sobretudo, o rompimento com este silêncio e a proteção das crianças (Batista; Quirino, 2020).

Sá e Oliveira (2024) afirmam que identificar as fragilidades e as dificuldades que a equipe de Saúde da Família em Manaus apresenta para lidar com situações de violência contra a população infantojuvenil é importante para redirecionar as propostas de educação continuada sobre o tema, diante do cenário grave composto pelo baixo grau de notificação da violência contra crianças e adolescentes pela atenção básica na capital amazonense.

O abuso sexual contra crianças e adolescentes precisa de um melhor entendimento de suas causas e consequências, esta pesquisa justifica-se por objetivar investigar a ocorrência desse fenômeno tão complexo e persistente como experiência adversa em adolescentes escolares na capital do Amazonas.

Frente a esses desafios e cenários que a temática tece diante dos nossos olhos sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes, há que se considerar a inovação e ineditismo deste estudo realizado no Amazonas e na Região Norte do Brasil além da sua valorosa contribuição e impacto social e científico para a área da saúde coletiva, podendo gerar diante da magnitude do problema um olhar específico do poder público, instrumentalizar gestores na implementação

de políticas públicas voltadas para infância e juventude e aperfeiçoar a estruturação do sistema para garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Por fim, espera-se que os resultados expostos a partir desta pesquisa possam direcionar estudos e ações mais assertivas voltadas à melhoria do processo de identificação e notificação desse agravo.

1 OBJETIVOS

1.1 Geral

Investigar a ocorrência de abuso sexual como experiência adversa em adolescentes escolares em Manaus, Amazonas.

1.2 Específicos

- a) Estimar a proporção de abuso sexual como experiência adversa na adolescência;
- b) Descrever o perfil de ocorrência do abuso sexual entre adolescentes;
- c) Analisar os fatores relacionados à ocorrência de abuso sexual em adolescentes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Experiências adversas na infância e na adolescência: histórico e definições

A infância é um fenômeno relativamente recente e vem passando por alterações significativas ao longo da história. Até o século XII as condições gerais de higiene e saúde eram precárias, sendo o índice de mortalidade infantil muito alto. Os desenvolvimentistas atualmente são relutantes em especificar idades cronológicas para qualquer período do desenvolvimento, consideram que o tempo é somente uma das muitas variáveis que afetam cada pessoa. No entanto, a idade é uma variável crucial, e o desenvolvimento pode ser segmentado em períodos de estudo (Heywood, 2004; Berger, 2017).

O conceito de infância construído ao longo do tempo passou a ter um reconhecimento mais difundido em meados do século XX e estava associado à duas concepções. A primeira, relativa ao passado, está relacionada ao termo “*infante*” – aquele que está impossibilitado de falar, que não tem voz. A segunda, mais contemporânea, relacionada ao termo “*infancia*”, aquele que está sendo criado, com voz e participação. Portanto, observa-se que este cenário de valorização da criança, não faz parte da realidade infantil desde os tempos remotos (Belloni, 2009).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, afirmou direitos de caráter civil e político, incluindo os direitos econômicos, sociais e culturais de todos os seres humanos, envolvendo, por conseguinte, as crianças. Para assegurar o cumprimento dos direitos humanos às crianças foi aprovada em 1959 a Declaração Universal dos Direitos da Criança, trazendo em seu conteúdo o primeiro conjunto de valores da Doutrina da Proteção Integral (ONU, 1959).

Na Convenção sobre os Direitos da Criança, tem-se no Artigo 1º:

Nos termos da Presente Convenção, criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo.

No fim da Guerra Fria (1989), em um momento de grande otimismo global, a Convenção sobre os Direitos da Criança é adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas,

em 20 de novembro, e esta passa a ser amplamente aclamada como conquista histórica dos direitos humanos, reconhecendo os papéis das crianças como protagonistas sociais, econômicos, políticos, civis e culturais. Esse tratado internacional garante e estabelece padrões mínimos de proteção aos direitos das crianças em todas as capacidades. Após a aprovação do ECA, o Brasil ratifica, em 24 de setembro de 1990, a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU.

No Brasil, consoante o que prevê a Lei de nº 8.069, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), consideram-se crianças e adolescentes aquelas pessoas com idade de até 12 (doze) anos incompletos e entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos, respectivamente.

Considera-se, portanto, esse grupo de pessoas, ainda em formação tanto nos aspectos físico, mental, psicológico quanto social, podendo ser caracterizadas como vulneráveis dadas as suas peculiaridades dentre as quais estão as suas condições de inocência, dependência e fragilidade. Faz-se necessário, a partir dessa condição de vulnerabilidade, dar atenção especial aos direitos fundamentais que as crianças e adolescentes fazem jus.

As Experiências Adversas na Infância e adolescência - EAIA são definidas como quaisquer tipos de perpetrções de violência ou atos de omissão dirigidos à criança, além de um conjunto de situações que podem tornar disfuncional o ambiente familiar. As EAIA's, conforme o estudo Adverse Childhood Experiences (ACE), são agrupadas em cinco tipos de violência: 1. Abuso físico; 2. Abuso sexual; 3. Abuso emocional; 4. Negligência física e 5. Negligência emocional e cinco tipos relacionadas ao ambiente familiar disfuncional: 1. Uso/abuso de álcool e drogas; 2. Doença mental ou suicídio; 3. Violência; 4. Atividades criminais e 5. Separação ou divórcio parental.

As demonstrações realizadas através do estudo ACE, despertaram maior interesse entre os pesquisadores, profissionais de saúde pública e defensores dos direitos humanos e, visando a prevenção de maus tratos infantis, esse tema passou a despertar maior interesse entre pesquisadores a partir da década de 1990. Os estudos demonstraram que os indivíduos com histórico de exposição a EAIA's apresentaram maior risco de doença coronariana, diabetes, câncer, AVC e doença pulmonar obstrutiva crônica, entre outros males, na vida adulta. Evidenciou também que a multimorbidade é mais frequente, com uma pior capacitação ocupacional e redução da expectativa de vida, aumentando a sobrecarga dos sistemas de saúde e a perda da produtividade (Pereira; Viana, 2021)

As EAIA's, suas repercussões e relações com o desenvolvimento integral e saudável de uma criança ou adolescente trata das implicações do ambiente interrelacional da criança e seu desenvolvimento integral. Os eventos traumáticos vivenciados nos primeiros anos de vida,

especialmente no contexto familiar, podem impactar negativamente o desenvolvimento infantojuvenil em seu funcionamento emocional, comportamental, cognitivo, social e físico (Carvalho, 2023).

O tema vem ganhando muita relevância devido às consequências negativas geradas pela exposição contínua e cumulativa às EAIA. Estas podem ocorrer ainda na infância mediante distúrbios do sono, atrasos no desenvolvimento cognitivo e outros problemas de saúde física. Na adolescência, pode levar ao consumo de álcool e drogas, ao envolvimento em situações de violência, à iniciação sexual precoce e insegura, não se limitando a essas repercussões na saúde, impacta também no contexto escolar, podendo dificultar a adaptação, menor interesse durante as aulas, aumento das taxas de suspensão e expulsão em razão de condutas agressivas que pode ocasionar também o abandono escolar (Stochero et al., 2021).

O impacto das diferentes formas de violência sobre a autoestima também é uma questão relevante. Pode-se afirmar com segurança que, quanto mais alto o índice de violência vivenciado pelas crianças e adolescentes, mais tende a resultar em baixa autoestima. Avalia-se que possuir baixa autoestima causa muito sofrimento e dificulta o crescimento das crianças e adolescentes no mundo que os cerca. A vulnerabilidade é uma característica marcante, levando essas crianças e adolescentes merecerem ser privilegiados nas ações de saúde pública, já que tendem a doenças emocionais e comportamento potencialmente de risco, o que inclusive, constitui uma ameaça as suas vidas (Assis; Avanci, 2004).

Nesse contexto, ainda há que se considerar a postura da educação adultocêntrica, sendo aquela centrada no adulto e não nas necessidades de desenvolvimento das crianças, que legitima o uso indiscriminado de práticas violentas como formas aceitáveis de educação de crianças e adolescentes. A manutenção dos estereótipos como “meios cidadãos”, “sujeitos inferiores”, “menores” persistem no cotidiano, por mais que haja legislações internacionais e nacionais, intervindo para uma mudança cultural e política dessa concepção (Vieira et al., 2017).

Nota-se que as crianças e adolescentes passaram a ser sujeitos de direito, porém, mesmo com as mudanças históricas ocorridas no conceito de infância, ainda há preceitos legais que carecem de efetividade. Os direitos dessa população tão vulnerável sofrem violações e exigem respostas políticas que possam viabilizar a sua proteção social.

2.2 O abuso sexual contra criança e adolescente

2.2.1 Tipologia da violência

A violência sexual é caracterizada por atos praticados com a finalidade sexual que, sendo lesivo ao corpo e a mente da criança e adolescentes, desrespeitam seus direitos e garantias individuais como a liberdade, o respeito e a dignidade previstos na Lei nº 8.069/90 – ECA (Florentino, 2015).

Buscando caracterizar os diferentes tipos de violência, bem como os vínculos entre eles, a OMS propôs a divisão da violência em três grandes categorias:

- Violência autoinfligida (dirigida para si);
- Violência interpessoal e
- Violência coletiva.

Inicialmente essa categorização faz distinção entre a violência que a pessoa inflige contra si mesma, a violência infligida por outra pessoa e a violência infligida por grupos maiores como, por exemplo, estados, grupos políticos organizados, grupos de milícias, terroristas, etc.

O abuso sexual está incluído na categoria violência interpessoal, na subcategoria violência da família e de parceiro íntimo, sendo, portanto, a violência que ocorre em grande parte entre membros da família e parceiros íntimos, mas não exclusivamente, dentro de casa.

Os atos violentos podem ser de natureza:

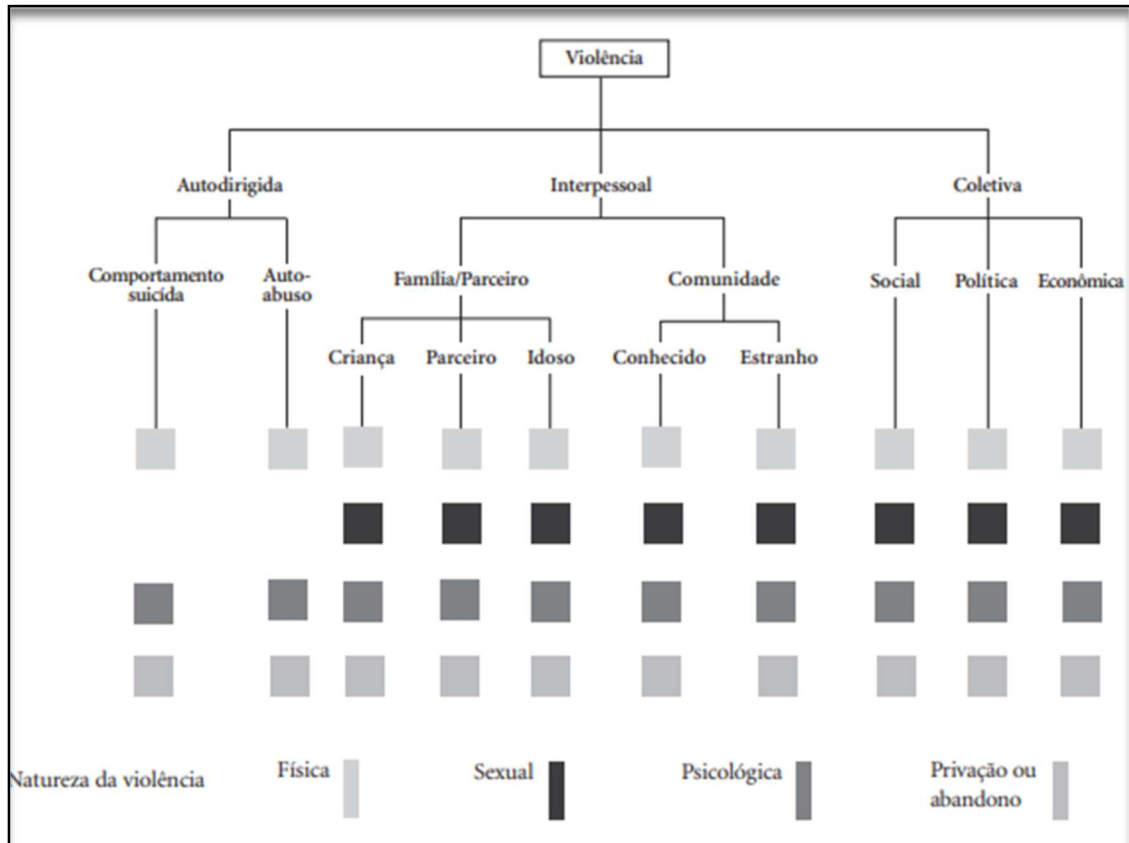
- Física;
- Sexual;
- Psicológica;
- Envolvendo privação ou negligência.

Esses quatro tipos de atos violentos podem ocorrer em cada uma das grandes categorias e suas subcategorias, exceto a violência autoinfligida. Por exemplo, a violência contra crianças cometida dentro de casa pode incluir abuso físico, sexual e psicológico, bem como negligência (Quadro 1).

A violência sexual pode ser compreendida a partir de duas especificidades: a exploração sexual – caracterizada pela relação mercantil, mediada pelo comércio do corpo/sexo, por meios de coerção ou não, podendo se expressar de quatro formas: pornografia, tráfico, turismo sexual e prostituição. O abuso sexual vai se caracterizar por qualquer ação de interesse sexual de um ou até mais adultos em relação a uma criança ou adolescente, podendo acontecer no âmbito intrafamiliar (envolvendo pessoas que tenham laços afetivos – também conhecida como incesto), quanto no ambiente extrafamiliar (relação entre pessoas que não possuem parentesco).

O fenômeno da violência contra crianças e adolescentes consiste numa relação adultocêntrica, marcado pela relação desigual de poder (Florentino, 2015; BRASÍLIA, 2021).

Quadro 1. Tipologia da violência



Fonte: Organização Mundial da Saúde (2002)

A violência sexual é um tema de enfrentamento difícil, os dados mostram que há ocorrência em ambos os sexos, diferentes classes sociais, etnias e faixas etárias e não há limites de fronteiras culturais. Segundo dados do Relatório mundial sobre violência e saúde, na maioria dos países, as meninas correm mais riscos que os meninos em relação a infanticídio, abuso sexual, negligência educacional e nutricional e prostituição forçada (Graziano et al., 2011; OMS, 2002).

2.2.2 Consequências do abuso sexual contra crianças e adolescentes

A área da saúde vem sofrendo grandes impactos em consequência da violência que vem afetando a saúde individual e coletiva e a emergência do tema é recente na área de conhecimento e de práticas do setor saúde.

A violência contra crianças e adolescentes entrou na agenda do setor de saúde através do trabalho dos pediatras, psiquiatras e outros profissionais de saúde e de assistência social que lidavam com essa população. Estes profissionais chamaram atenção para os prejuízos em relação ao crescimento, desenvolvimento e à saúde física e mental que a violência proporciona. O tema ganhou grande interesse científico em meados da década de 40 no Brasil (Minayo et al., 2018).

Ainda que a criança ou adolescente não apresente algum sintoma externo, ou apresentando, este seja de baixa relevância, não significa que ela não sofra ou não tenha prejuízos com os efeitos dessa experiência adversa. Além disso, suas consequências podem ainda estar latentes, podendo se manifestar tardiamente frente a uma crise evolutiva ou situacional ou até mesmo frente ao estresse. Diante dessa situação, há uma tendência da sociedade em minimizar os efeitos dos abusos sexuais que não deixam marcas físicas, como se fossem menos importantes do que os que deixam hematomas (Silva et al., 2021).

As consequências do abuso infantil para a saúde constituem uma parcela significativa da carga global de doenças. Embora algumas tenham sido pesquisadas, apenas recentemente outras receberam atenção incluindo-se os distúrbios psiquiátricos e o comportamento suicida.

Vale ressaltar que atualmente existem evidências de que a maior parte das doenças encontradas nos adultos – inclusive cardiopatia isquêmica, câncer, doença pulmonar crônica, síndrome do intestino irritável e fibromialgia – estão relacionadas a experiências de abuso durante a infância. A adoção de fatores de risco comportamentais tem se configurado como um mecanismo aparente para explicar esses resultados como o ato de fumar, o abuso de álcool, dieta alimentar deficiente e falta de exercícios. Ainda há alguns estudos que demonstram os danos psicológicos em curto e longo prazo. Outros sobreviventes podem apresentar graves sintomas psiquiátricos, como depressão, ansiedade, abuso de substâncias, agressão, sentimento de vergonha ou enfraquecimento cognitivo. Por fim, algumas crianças e adolescentes preenchem todos os critérios para doenças psiquiátricas que podem incluir distúrbios de estresse pós-traumático, forte depressão, distúrbios de ansiedade e distúrbios de sono e ainda pensamentos e comportamentos suicidas (Assis; Avanci, 2004; Dahlberg; Krug, 2002).

Tais manifestações físicas, comportamentais e emocionais do abuso variam entre as crianças e adolescentes a depender do seu estágio de desenvolvimento quando da ocorrência do abuso, da gravidade do abuso, da relação entre o perpetrador e a vítima, da duração desse ato violento e de outros fatores envolvidos no ambiente de convívio da vítima, sendo o incesto o que deixa consequências mais severas e duradouras (Florentino, 2015).

Cabe ainda ressaltar que ser vítima de EAIA's enquanto criança aumenta o risco dessa pessoa se tornar vítima ou perpetradores de outras formas de violências na vida adulta, corroborando para a manutenção do ciclo de violência intergeracional (Silva et al., 2021).

Não é fácil calcular o impacto da violência sexual sobre os sistemas de saúde ou seus efeitos na produtividade econômica. Os estudos existentes indicam que as vítimas de violência sexual, de abuso e abandono infantil têm mais problemas de saúde, custos significativamente mais altos de tratamento de saúde e consultas mais frequentes aos atendimentos de emergência durante toda a sua vida do que os que não sofreram tais abusos. Despesas que contribuem para o aumento substancial do orçamento anual de tratamentos de saúde (Dahlberg; krug, 2002).

2.3 O abuso sexual infantojuvenil no Brasil e no Amazonas

2.3.1 O Brasil e a proteção à infância no contexto das violências contra crianças e adolescentes

O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial com maior extensão territorial, sendo o país mais extenso do Hemisfério Sul e da América Latina, com uma área total de 8 515 767,049 km². É o país com maior extensão territorial do mundo e aliado ao seu tamanho apresenta profundas desigualdades sociais, econômicas, políticas e regionais que refletem seu processo histórico e evidenciam os atuais e futuros desafios para garantia e universalização dos direitos à sua população brasileira (Vieira et al., 2017).

Seus momentos históricos jurídicos relacionados à proteção da criança compreenderam um período de ausência de normas, perpassando pelo Direito do Menor até o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 e os dias atuais (Tabela 1).

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988 no Brasil, os direitos da criança e do adolescente passaram a ter garantias de uma nova compreensão, o que se verifica em seu art. 227:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Brasil, 1988, cap. VII, art. 227).

Tabela 1. Sequência cronológica dos principais marcos jurídicos de proteção à criança no Brasil

PRIMEIRO MOMENTO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA Período caracterizado por ausência de normas protetivas	
1750 - 1950	Período pré-republicano que perpetuava o modelo europeu de Rodas que durou 200 anos, sendo um dos modelos assistenciais que mais perdurou na história brasileira. Nesse modelo as crianças abandonadas ou eram acolhidas por famílias substitutas ou eram institucionalizadas nas Rodas dos Expostos.
1889	Até a abolição da escravidão, a escravidão também deixou sua marca na história da infância brasileira, submetendo as crianças negras à condição de absoluta exploração.
1890	Em decorrência da abolição da escravidão, meninos e meninas empobrecidos circulam pelos centros urbanos das pequenas cidades e "perturbam" a tranquilidade das elites sociais. Neste cenário, surge o controle penal. Através do Código Penal da República, aplicam o direito penal aos menores de 18 anos, submetendo-os a trabalhos forçados, castigos corporais, prisão perpétua e pena de morte.
SEGUNDO MOMENTO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA: DIREITO DO MENOR O Estado passa a atuar nos casos de situação irregular do menor – delinquência, abandono ou ausência de representação legal	
1926	José Candido Albuquerque de Mello Mattos é empossado como Juiz de Menores do estado do Rio de Janeiro, conhecido como o primeiro juiz de menores do Brasil
1927	Aprovado o primeiro Código de Menores Brasileiro, conhecido também como Código de Mello Mattos. Este código consolidou toda a legislação produzida desde a Proclamação da República.
1964	Foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor através da Lei nº 4.513 que passou a integrar o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, tendo por objetivo implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor que tinha como base os princípios da doutrina da segurança nacional, seu foco central era o atendimento dos menores marginalizados socialmente.
1979	Criado o 2º Código de Menores através da lei nº 6.697 que também adotava a doutrina da situação irregular. Este Código de Menores foi implantado durante o regime militar e foi proposto pela Associação Brasileira de Juizes de Menores, sendo aprovado nas Comemorações relativas ao Ano Internacional da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir disso, a responsabilidade pelas crianças delinquentes passa a ser da Justiça, contribuindo para a mudança da concepção de proteção e assistência. Apesar das mudanças, não houve grande avanço no conceito sobre infância.
TERCEIRO MOMENTO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA: DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Transição da "doutrina da situação irregular do menor" para a "doutrina da proteção integral"	
1988	É instituída a Constituição da República do Brasil, revogando a expressão “menor” do ordenamento jurídico brasileiro, substituindo por crianças e adolescentes. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente passam a ter status de prioridade absoluta, comprometidos com a proteção integral e o melhor interesse da criança, ficando a família, a sociedade e o Estado incumbidos de assegurá-los.
1990	É criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) através da Lei 8.069. Este passa a ser um referencial do Direito Infanto-Juvenil no Brasil, em virtude da sua fundamentação na doutrina de proteção integral, que nasce por força da sua peculiar fase de desenvolvimento.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações contidas em Loureiro (2019).

Assim, o referido artigo da CF/88, traduz um querer intencional dos Constituintes da época, inspirados nos ditames da Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959, garantindo às crianças e adolescentes um status constitucional diferenciado, responsável por desencadear políticas públicas e interpretações judiciais mais contemporâneas com fins de

conduzir à igualdade e a promoção da justiça e do bem-estar social na sociedade brasileira. Nesse contexto, o ECA, que tem por raiz estruturante o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, assevera que todos, através da Doutrina da Proteção Integral, são corresponsáveis pelo desenvolvimento integral da criança e do adolescente, entre eles, família, comunidade, sociedade e Estado (Andreucci; Junqueira, 2017).

Em 2016, o Brasil recebe de maneira inédita na América Latina a chegada de uma nova legislação, a Lei nº 13.257/2016, conhecida como Estatuto da Primeira Infância. A nova legislação sublinha os 72 meses iniciais de vida, como um momento de extrema relevância não apenas infantil, mas também como marco inicial para o desenvolvimento pleno do ser humano. Frisando o reconhecimento desta criança como “cidadã”, buscando articulação entre os entes federativos e a participação solidária entre Estado, família e sociedade, ratificando sua abordagem intersetorial na formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral e integrado das crianças de 0 a 6 anos (Andreucci; Junqueira, 2017; Mori; Andrade, 2021).

De acordo com o Código Penal (BRASIL, 1940), atualizado pela Lei 12.015/90 o menor de 14 anos é considerado vulnerável e, portanto, sem condições maturacionais para oferecer consentimento nem meios de defesa necessário para se proteger, sendo a lei mais severa para delitos praticados contra essa população. O estupro é considerado o tipo mais grave de abuso sexual, sendo caracterizado pelo uso de violência física e psicológica, no qual o agressor ameaça a vítima para satisfazer o seu prazer. De acordo com a legislação brasileira este crime é dividido em estupro entre menores e maiores de 14 anos, sendo:

1. Estupro de vulnerável - quando a vítima tem menos de 14 anos. Mesmo que haja consentimento no ato sexual ou demais atividades (como carícias), a lei enquadra como estupro de vulnerável. Sendo considerados vulneráveis tanto os menores de 14 anos quanto aqueles que possuem doença física ou mental ou alguém que esteja sob efeito de substâncias psicoativas. A pena para estes casos vai de 8 a 15 anos de prisão. Ocorrendo agravamento da pena se houver lesão corporal grave (10 a 20 anos de reclusão) ou se resultar em morte da vítima (12 a 30 anos).
2. Estupro – quando a vítima tem mais de 14 anos. São os casos em que há constrangimento da vítima e uso de força física ou violência psicológica para conseguir qualquer vantagem sexual. A lei prevê pena de 6 a 10 anos de prisão para quem pratica o estupro. Quando a vítima é menor de 18 anos, a punição pode ser de 8 a 12 anos de reclusão. Em caso de morte da vítima, a pena aplicada é de 12 a 30 anos no regime fechado (Campos, 2020).

A tardia inserção do Brasil na luta contra as várias formas de violação aos direitos humanos da população infanto-juvenil, datada da década de 1990, reflete na sua incipiência do entendimento sobre a violência sexual na literatura brasileira atualmente. As reflexões, os

debates e a construção de estratégias, em âmbito nacional, entraram na agenda pública somente após intenso movimento na cena internacional com a promulgação de normativas para enfrentar essa questão. A violência sexual deve ser encarada como uma face perversa da violência que assola milhares de crianças, a sua complexidade requer não apenas o amparo da legislação, mesmo que esta seja de fundamental importância, faz-se necessário ampliar o olhar da sociedade sobre esse fenômeno. Construir uma base conceitual sobre a violência sexual requer uma busca que apreenda esse fenômeno a partir de uma perspectiva abrangente, capturando as nuances e interfaces que se engendram no acometimento dessa violência (Vieira et al., 2017).

Em 2019, foram registrados 61.235 casos de estupros e estupros de vulnerável no Brasil. Os dados revelam que 70,5% do volume total de casos foram registrados como estupros de vulnerável. A situação agrava ao se constatar que 57,9% das vítimas tinham no máximo 13 anos quando do registro da violência. Entretanto, embora a maioria das vítimas tenham entre 10 e 13 anos, 18,7% dos casos ocorreram entre a faixa etária de 5 e 9 anos de idade e 11,2% são bebês de 0 a 4 anos (Bueno; Sobral, 2020).

A Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011 do Ministério da Saúde, prevê a obrigatoriedade da notificação compulsória, considerando tanto a comunicação de casos novos de doenças e agravos, incluindo a violência. Portanto, a notificação, sendo obrigatória, constitui-se num instrumento fundamental para o conhecimento do perfil da violência, possibilitando a realização de ações para a prevenção do problema. Entretanto, apesar dos avanços de garantias quanto a obrigatoriedade da notificação, ainda nos deparamos com dados que revelam a invisibilidade das violências na rotina dos profissionais de saúde. Além dos problemas que vão desde a escassez de regulamentos que firmem os procedimentos técnicos, ausência de mecanismos legais de proteção aos profissionais que realizam a notificação, falha na identificação da violência no serviço de saúde ainda há o desafio de reconhecer a violência como tema interdisciplinar. Sendo assim, o enfrentamento da violência exige uma atuação em rede, conjugada, articulada, solidária e cooperativa entre organizações que negociam e partilham recursos. Faz-se necessário também estimular políticas de formação que levem ao reconhecimento e à notificação dos casos de violência, a exemplo do contexto evidenciado na área da saúde (BRASIL, 2011; Garbin et al., 2016).

Milhares de crianças são vítimas de violência anualmente no Brasil tendo sua qualidade de vida e seu desenvolvimento físico, emocional e intelectual afetados. Segundo dados do Ministério da Saúde (2018), o abuso sexual intrafamiliar é o tipo de violência sexual mais recorrente no Brasil, representando 80% das denúncias e tendo como agressores, primordialmente, padrastos, pais e avôs.

Ainda há limitações em pesquisas nacionais que tratam da questão do abuso sexual com crianças e adolescentes, o que dificulta a compreensão do fenômeno e suas peculiaridades, deturpa estatísticas e impacta nas políticas de intervenção adaptadas à realidade brasileira (Borges; Delli, 2008).

2.3.2 O abuso sexual e as particularidades do estado do Amazonas

O Amazonas é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Situado na Região Norte, que representa 60% do território nacional, ainda é o maior estado do país em extensão territorial, sendo Manaus a sua capital. Além de sua grande extensão territorial e riquezas naturais de bioma, esta região apresenta uma pluralidade étnico-racial (quilombolas, indígenas, caboclos, ribeirinhos, seringueiros, entre outros) fruto do seu processo de colonização e miscigenação. O Amazonas é um estado historicamente marcado por ter sido um lugar de desenvolvimento pautado na exploração de recursos como minerais, madeira, energia elétrica, agronegócio, tendo como marca de seus projetos de desenvolvimento os altíssimos custos sociais e a exclusão de sua população (Fernandes; Moser, 2021; Silva; Hage, 2017).

Desde os projetos iniciais de ocupação e desenvolvimento, a Amazônia vem sendo marcada com a exploração material e sexual de seus povos, tendo como reflexo na sua construção sócio-histórica a manutenção de inúmeras formas de violência, dentre estas, a violência sexual, incluindo o tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração, como forma de perpetuação de abuso de poder e de gênero. Ao considerar tal contexto, faz-se necessário encarar o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes nessa região a partir das desigualdades socioespaciais, seus fatores de vulnerabilidade psicossocial e suas consequências que permanecem, ainda hoje, no cotidiano de suas populações (Ribeiro; Fernandez, 2020).

O contexto na Amazônia tem se configurado propício a uma diversidade de situações de violação de direitos humanos, submetendo populações e grupos sociais locais a determinadas atividades ilegais e violentas, como o trabalho escravo, trabalho infantil, tráfico humano e exploração sexual de crianças, adolescentes, jovens e adultos, perfazendo situações de trocas de alimentos, sabão, querosene ou outros itens considerados para subsistência e sobrevivência, por ocasião da passagem de navios e embarcações nas proximidades das comunidades ribeirinhas. O processo de exclusão e pobreza tão presente na imensidão do Estado do

Amazonas, tem gerado uma condição bem peculiar para a região, tendo em vista que ali, um número significativo de famílias vive à margem dos direitos fundamentais e são submetidas a situações de exploração material e humana que degradam suas perspectivas e condições de futuro (Silva; Hage, 2017).

A violência sexual surge como uma das dimensões mais perversas a atingir e vulnerabilizar crianças e adolescentes. Estudos apontam que os agressores sexuais dessa população, em sua maioria, não são os sujeitos com patologias psiquiátricas (pedófilos), como em geral podem pensar as pessoas, mas sim são os pais, avôs, tios, homens comuns sem qualquer indício de parafilia que cometem esses crimes. Os casos de abuso sexual intrafamiliar correspondem a 80% dos casos totais de violência sexual no Brasil e no Amazonas (Lima; Wiggers, 2020).

No Amazonas, em um estudo descritivo, foram analisados todos os casos de estupro de vulnerável notificados (Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN) no estado no período de 2017 a 2021, totalizando 3.307 casos. As vítimas foram predominantemente de cor parda (81,6%), faixa etária de 7 a 10 anos (48,0%), com ensino fundamental (54,4%). O local mais comum da ocorrência do estupro foi a residência da vítima (82,9%), sendo a maioria violência de repetição (56,7%) e praticado por amigo/conhecido da vítima ou da família (29,4%), seguido de padrasto (15,6%) e namorado(a) (12,2%). Os municípios com as maiores taxas de notificação no período foram Manaus (capital do estado do Amazonas), Tefé, Canutama, Manacapuru e Novo Airão. A violência contra crianças e adolescentes é um problema grave no estado do Amazonas, porém há de se considerar que diante da possibilidade de subnotificação a magnitude do problema ainda precisa ser revelada (Freitas et al., 2023).

A subnotificação dos casos de violência sexual ocorre por diversas situações como: constrangimentos, medo, ameaças físicas e psicológicas pelo agressor ou até pela própria família. Ribeiro et al. (2020) referem uma outra situação pertinente quanto as subnotificações, a desinformação da sociedade sobre o que constitui a violência sexual. Há uma compreensão errônea de que a violência ou abuso sexual diz respeito apenas ao ato de penetração seja genital e/ou anal, não chegando a ser denunciados os casos de tentativas que envolvem toques, mostras de filmes eróticos, uso de palavras obscenas, sendo a grande maioria das denúncias referentes aos casos de penetração vaginal ou anal e ainda caracterizadas como de repetição/crônicas.

Os casos no interior do Amazonas, onde a economia não se modernizou tanto, mas pode-se observar fenômenos acelerados de mudanças, as atividades tradicionais passam por um abandono que vem desintegrando algumas formas de vida e das relações das pequenas comunidades, organizadas até então em torno da pequena agricultura, pesca e coleta. Tais

modificações, associadas à falta de equipamentos urbanos e de assistência, tem favorecido a intensa concentração populacional nos espaços considerados urbanos e, conforme o relatório Situação Mundial da Criança da Unicef, mais de 50% da população mundial, incluindo mais de um bilhão de crianças e adolescentes, vivem em cidades médias e grandes, sendo possível que seja negado a um grande número delas o acesso aos serviços de saúde, educação, recreação e outras condições básicas de vida. Juntando-se a isso fatores individuais como história anterior de violência, consumo de substâncias, problemas como pobreza e instabilidade econômica e ainda fatores sociais como relações de vizinhança instáveis e os fatores culturais que validam e aceitam a violência, há então nesse contexto grande potencial para o estabelecimento de relações violentas (Maia; Barreto, 2012).

Dentre as várias nuances que perpassam essa problemática dentre elas a educação, cidadania, protagonismo das crianças e adolescentes, há que se reiterar a necessidade de constância das ações públicas e fortalecimento da rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, posto que esse fenômeno é multicausal, complexo e de raízes históricas profundas. Sendo assim, a violência deve ser analisada sob o paradigma da complexidade e combatida por meio de práticas interdisciplinares, não podendo ser vista apenas como um fenômeno social (Oliveira, 2017; Reis et al., 2017).

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Desenho e cenário da pesquisa

O delineamento do estudo é transversal de base escolar. Trata-se de um subprojeto da pesquisa intitulada: “Experiência adversa na adolescência - um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de trabalho infantil em Manaus, Amazonas”

O município de Manaus, capital do Estado do Amazonas, está localizado na região Norte do Brasil, ocupa uma área geográfica de 11.401,092 km². De acordo com o último censo, tem uma população estimada de 2.063.689 habitantes. É constituída de 63 bairros, organizados em 04 zonas administrativas. Trata-se de uma região urbana com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,737, sendo a renda média per capita de 03 salários-mínimos (IBGE, 2022).

O cenário do estudo é composto por escolas públicas da região urbana da cidade de Manaus, que envolve os bairros das sete coordenadorias distritais de educação. Nesta região estão localizadas 233 escolas públicas vinculadas a Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEDUC/AM), com turnos diurnos e noturnos, e estão matriculados cerca de 223.102 alunos.

3.2 População fonte

Das 233 escolas públicas da região urbana de Manaus, vinculadas à SEDUC (ANEXO A), 92 foram consideradas inelegíveis pelos seguintes motivos:

- 05 escolas de educação especial – modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

- 04 escolas de educação de jovens e adultos (EJA) – modalidade de ensino destinada ao público que não completou, abandonou ou não teve acesso à educação formal na idade apropriada, e que provavelmente haverá predominância de alunos em idade adulta;

- 39 escolas de ensino de tempo integral – essa modalidade de ensino é uma estratégia nacional de enfrentamento ao trabalho infantil, prevista no Plano Nacional de Prevenção e

Enfrentamento do Trabalho Infantil, o que diminuiria a chance de detecção do desfecho de interesse da pesquisa (trabalho infantil);

- 44 escolas direcionadas exclusivamente ao ensino fundamental I (1º ao 5º ano), cujos estudantes apresentam faixa etária de 7 a 11 anos de idade, o que exigiria uma abordagem diferenciada para detecção do desfecho de interesse da pesquisa.

Desse modo, restaram 141 escolas públicas estaduais elegíveis para o estudo.

3.3 População de estudo e plano amostral

De acordo com os critérios de exclusão anteriormente descritos, a população de estudo foi proveniente das 141 escolas que possuem o ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e o ensino médio, com o total de 145.650 estudantes¹. Desse público, foram abrangidos os adolescentes (indivíduos de 12 a 17 anos de idade) regularmente matriculados.

O tamanho amostral foi calculado por meio da plataforma Open Epi², considerando uma prevalência (proporção) da ordem de 0,5 (ou 50%). Para proporções desse valor, a variância dos estimadores amostrais é máxima, com um erro máximo de 5%. De acordo com o número de alunos matriculados elegíveis (145.650), a amostra resultou em 384 alunos, com nível de confiança de 95%.

Apresenta-se, abaixo, os aspectos amostrais levados em consideração para a seleção das escolas que compuseram a pesquisa (Quadro 2). Nesse processo, foi considerado o número de escolas elegíveis de acordo com a distribuição geográfica da capital, em zonas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A partir do tamanho da amostra, calculou-se o número de alunos a serem selecionados por zona administrativa para garantir o peso dos estratos. O quantitativo mínimo de escolas selecionadas por zona levou em consideração a média de alunos por turma (ensino fundamental II e médio) registrada no último censo escolar (2021) em Manaus, que foi de 38,44 alunos por turma.

¹ Inep. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 14 de março de 2022.

² OpenEpi. Estatísticas epidemiológicas de código aberto para a Saúde pública. Disponível em: <https://www.openepi.com/SampleSize/SSPropor.htm>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

Para se determinar o quantitativo de alunos convidados a participar por escola, considerou-se uma taxa de não resposta de 20%. O número de alunos entrevistados por escola, por sua vez, resultou da proporção entre alunos e escolas.

Quadro 2 – Aspectos amostrais para a seleção das escolas e alunos participantes da pesquisa.

Zona Administrativa	Nº Escolas Elegíveis/ Zona	Peso dos estratos	Alunos	Escolas sorteadas
Centro-Oeste	9	$(9/141) \times 100 = 6,38$	$(384 \times 6,38) / 100 = 25$	$25/38,44 = 1$
Centro-Sul	9	$(9/141) \times 100 = 6,38$	$(384 \times 6,38) / 100 = 25$	$25/38,44 = 1$
Leste	25	$(25/141) \times 100 = 17,73$	$(384 \times 17,73) / 100 = 68$	$68/38,44 = 2$
Norte	40	$(40/141) \times 100 = 28,36$	$(384 \times 28,36) / 100 = 109$	$109/38,44 = 3$
Oeste	20	$(20/141) \times 100 = 14,18$	$(384 \times 14,18) / 100 = 54$	$54/38,44 = 1$
Sul	38	$(38/141) \times 100 = 26,95$	$(384 \times 26,95) / 100 = 103$	$103/38,44 = 3$
Total	141	100	384	11

Explica-se o quadro acima:

- **Coluna 1 (zona):** Corresponde as zonas administrativas da cidade de Manaus de acordo com o IBGE;

- **Coluna 2 (Nº de escolas elegíveis por zona ou coordenadoria distrital):** Corresponde ao quantitativo de escolas elegíveis após os critérios de exclusão estabelecidos por coordenadoria distrital. Tal quantitativo foi determinado pela listagem entregue pela SEDUC/AM com a distribuição das escolas por zona administrativa.

- **Coluna 3 (Peso dos estratos):** Peso dos estratos da distribuição das escolas por zona administrativa.

- **Coluna 4 (Alunos):** Distribuição do tamanho amostral de alunos de acordo com o peso do estrato de cada zona administrativa.

- **Coluna 5 (Escolas sorteadas):** Número de escolas sorteadas por zona administrativa de acordo com a média de alunos por turma.

As escolas que foram sorteadas e as respectivas escolas reservas para a realização da sensibilização encontram-se em anexo (Anexo B). A lista de escolas reservas será utilizada diante da impossibilidade de alcançar o número de alunos correspondentes por zona.

3.4 Coleta e processamento de dados

A coleta dos dados é realizada, após contato prévio com as escolas contempladas no sorteio. É realizada por equipe treinada composta por docentes pesquisadores, alunos de graduação, pós-graduação, profissionais experientes em abordagem social, no período de setembro a novembro de 2023. Ao longo do trabalho de campo, a coleta de dados é supervisionada pela coordenadora da pesquisa e foram realizadas reuniões periódicas.

Para aumentar a adesão dos estudantes à pesquisa, foi realizada uma atividade de sensibilização na semana que antecedeu ao cronograma de coleta de dados. Nesta atividade, os alunos foram informados sobre os objetivos da pesquisa e receberam os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Anexo B) que retornaram assinados pelos pais ou responsáveis, assim como o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE – Anexo C), para os alunos, ambos foram devolvidos no dia da coleta de dados e arquivados.

As entrevistas foram conduzidas em local reservado nas escolas sorteadas, com os estudantes que apresentaram TCLE e TALE devidamente assinados, pelo pesquisador de campo previamente treinado, utilizando o questionário apresentado que consta de informações referentes aos aspectos individuais, sociodemográficos, da estrutura familiar, da identificação do trabalho infantil, questões relacionadas a definição de trabalho para o estudante, e a definição de outras experiências adversas vivenciadas na infância. Após a conclusão do preenchimento do questionário esse passou pelo controle de qualidade pré-estabelecido, e então incluído no processo de digitação no banco de dados. Reforça-se que todos os princípios éticos estabelecidos em projeto e que culminaram na aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas foram devidamente seguidos e respeitados.

3.5 Controle de qualidade

Realizou-se um pré-teste do questionário para ajustes necessários e demais adequações. A capacitação de todos os pesquisadores de campo teve por finalidade a garantia da qualidade e padronização dos procedimentos estabelecidos para coleta dos dados, além da atividade de supervisão.

Os questionários foram analisados pelos pesquisadores em três etapas: (1) padronização das tomadas de decisão a respeito das questões pendentes; (2) análise de consistência e padronização de procedimentos de correção de respostas inconsistentes; (3) avaliação de questões referentes a aspectos socioeconômicos faltantes, ou inconsistentes, que poderiam ser confirmadas por telefone (com a finalidade de não gerar qualquer constrangimento ao participante).

Após a realização das três etapas supracitadas, o armazenamento dos dados foi realizado no software Jamovi (versão 2.4.8) com a digitação dos instrumentos no sistema de dupla entrada independente (com dois digitadores) e se estabeleceu rotinas de checagem de inconsistências durante esta etapa, além da checagem das informações nos questionários originais, quando necessário. Após a conclusão dessa etapa, foi realizada a exportação do banco de dados, para análise exploratória.

3.6 Variáveis de interesse e os instrumentos de aferição

A versão completa do instrumento de coleta dos dados consta em anexo neste trabalho (ANEXO E), para o alcance dos objetivos propostos deste estudo as informações utilizadas se limitaram as variáveis referentes às informações gerais (Módulo I), estrutura familiar (Módulo II), item “trabalho infantil em geral” e “trabalho infantil doméstico” (Trabalho Infantil - Módulo III) e outras experiências adversas na adolescência (Módulo IV).

Para estimar a proporção de trabalho infantil em geral e doméstico utilizou-se questões adaptadas do “Manual de Metodologias para a Coleta de Dados por meio de Inquérito – Estatísticas do Trabalho Infantil, da Organização Internacional do Trabalho” (OIT, 2005) e na Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)³

E para estimar a proporção de abuso sexual entre os participantes da pesquisa, foram utilizadas questões da versão adaptada do Questionário Internacional de Experiências Adversas

³ DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008. Regulamenta os artigos 3o, alínea “d”, e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acesso em: 12 de abril de 2022.

na Infância produzido com o intuito de identificar e avaliar a exposição progressiva a 13 categorias diferentes de EAI, incluindo abuso sexual, emocional ou físico, negligência emocional, *bullying* e violência urbana (Pereira; Viana, 2021).

Para estimar a ocorrência de cada um dos tipos de violências foram utilizados os seguintes critérios, nas questões do tipo *Likert*, no Módulo IV (outras experiências adversas):

- **Abuso sexual (*desfecho de interesse*)** - foi considerado como caso de ocorrência de abuso sexual os participantes que responderem “1 – Sim. Uma única vez”, “2 – Sim. Poucas vezes” ou “3 – Sim. Muitas vezes”, nas questões (4, 5 e 6).
- **Abuso emocional** - foi considerado como caso de ocorrência de abuso emocional os participantes que responderem “1 – Sim. Uma única vez”, “2 – Sim. Poucas vezes” ou “3 – Sim. Muitas vezes”, na questão 1.
- **Abuso físico** - foi considerado como caso de ocorrência de abuso físico os participantes que responderem “1 – Sim. Uma única vez”, “2 – Sim. Poucas vezes” ou “3 – Sim. Muitas vezes”, na questão 3.
- **Negligência emocional** - foi considerado como caso de ocorrência de negligência emocional os participantes que responderem “1 – Sim. Uma única vez”, “2 – Sim. Poucas vezes” ou “3 – Sim. Muitas vezes”, na questão 2.
- **Bullying** - foi considerado como caso de ocorrência de *bullying* os participantes que responderem “1 – Sim. Uma única vez”, “2 – Sim. Poucas vezes” ou “3 – Sim. Muitas vezes”, na questão 7.
- **Violência urbana** - foi considerado como caso de ocorrência de violência urbana os participantes que responderem “1 – Sim. Uma única vez”, “2 – Sim. Poucas vezes” ou “3 – Sim. Muitas vezes”, nas questões 9 a 16.

3.7 Análise dos dados

Uma vez estruturado o banco de dados, a análise foi constituída de duas etapas.

A primeira etapa consistiu na análise exploratória. As variáveis foram inspecionadas quanto às características e respectivas distribuições, e com relação às medidas sumárias e quando necessária à transformação para a composição de novas variáveis.

Houve uma análise descritiva dos aspectos individuais, sociodemográficos, da estrutura familiar e do abuso sexual. Além disso, foram analisadas a proporção (estabelecida em Sim e Não) do abuso sexual infantil e a associação com as características citadas anteriormente.

Para a análise de associação foi utilizado o teste qui-quadrado (χ^2) ou Exato de Fisher, considerando um p-valor $< 0,05$, para identificação das diferenças estatisticamente significativas. A análise foi conduzida no software Jamovi (versão 2.4.8), levando em consideração o peso dos estratos amostrais.

3.8 Aspectos éticos

Por se tratar de pesquisa que envolve seres humanos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado do Amazonas e aprovado com o número do parecer 5.734.226 (ANEXO E), para avaliar a conformidade com as diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa, previstas na Resolução nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), após a anuência da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEDUC/AM) (ANEXO F) para realização da pesquisa e obtenção de colaboração para desenvolvê-la junto aos adolescentes escolares.

Aos participantes e aos representantes legais foram esclarecidos os objetivos, benefícios previstos e possíveis riscos ou incômodo que a pesquisa poderia lhes acarretar, a garantia do sigilo e privacidade dos dados, sendo alertados de que somente haveria o preenchimento do questionário após a anuência no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – ANEXO B), para os responsáveis, e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE – ANEXO C), para os alunos.

3.8.1 Riscos

Durante a aplicação do questionário, por meio de entrevista, o aluno poderia se expor aos seguintes riscos:

- Invasão de privacidade;
- Constrangimento ao responder a questões sensíveis;
- Revitimização e perda do autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados;

- Utilização de tempo do sujeito durante a resposta ao questionário.

Diante das situações de abuso sexual identificados pelo estudo, se acionou os órgãos do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, além dos integrantes da equipe comporem o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente no Amazonas – FEPETI/AM e integram também a equipe um auditor fiscal do trabalho e a clínica de direitos humanos da Universidade do Estado do Amazonas que assegurou os desdobramentos quanto aos aspectos jurídicos da denúncia.

Transtornos emocionais e/ou psicológicos que poderiam surgir pelos participantes da pesquisa seriam conduzidos pelos psicólogos, pedagogos e enfermeiros que compõem a equipe de pesquisa. E quaisquer encaminhamentos que demandassem assistência complementar seriam realizados por meio da articulação com outros órgãos que poderiam ser acionados por meio dos pesquisadores que compõem o FEPETI/AM.

Os desdobramentos quanto às situações de trabalho infantil no envolvimento com o tráfico de drogas foram conduzidos pelos advogados e pesquisadores do estudo e em parceria com a Clínica de Direitos Humanos da UEA.

Os pesquisadores atuaram com fins de que os riscos de situações graves fossem mínimos para os participantes e familiares. No entanto, os(as) alunos(as) tiveram liberdade para não responder ou para interromper a entrevista a qualquer momento.

As informações foram coletadas e armazenadas, sem o nome do(a) estudante ou qualquer outra espécie de identificação, em um serviço de armazenamento em nuvem, com acesso restrito à coordenadora da pesquisa. As informações fornecidas foram totalmente confidenciais, e analisadas em conjunto com as respostas dos outros participantes.

3.8.2 Benefícios

Apesar dos possíveis riscos apontados, ressalta-se que há benefícios da pesquisa a curto prazo. Tais vantagens compreendem a elaboração de um relatório técnico conclusivo, a ser encaminhado a componentes do Sistema de Garantias de Direito (SGD) de crianças e adolescentes, em especial o Ministério do Trabalho e Previdência e o Ministério Público do Trabalho, para subsidiar o processo de tomada de decisão dos respectivos órgãos.

Além disso, a médio e longo prazo, por se tratar de uma pesquisa inédita, espera-se compreender e estimar melhor o agravo com a finalidade de contribuir com o planejamento de

ações para a erradicação do trabalho infantil até 2025, conforme preconiza a meta 8.7 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

4. RESULTADOS

Em geral, dos 238 alunos que apresentaram autorização dos pais ou responsáveis e que aceitaram participar da pesquisa até o momento, a maioria se identificou como mulher cis (62,6%), com idade entre 16 a 17 anos (média de 15; $dp \pm 1,58$), autodeclarados pardos (66,8%), cursando o ensino médio (54,6%), brasileiros (93,7%), nunca repetiram de ano (84,5%), nunca foram expulsos da escola (99,2%). Negam uso de álcool (77,7%) e de drogas ilícitas (98,3%) (Tabela 2).

De acordo com os critérios estabelecidos pelo Questionário Internacional de Experiências Adversas na Infância, 82 (34,5%) dos sujeitos estudados foram vítimas de abuso sexual. Observou-se que o grupo que relatou sofrer abuso sexual ao menos uma vez na vida tinha majoritariamente acima de 16 anos de idade (47,6%), eram autodeclaradas mulheres cis (78,0%) e pardas (67,1%), cursando o ensino médio (57,3%), brasileiros (96,3%), não haviam repetido de ano (85,4%), não haviam sido expulsos da escola (98,8%), possuíam residência própria (36,6%). Quanto ao uso de álcool e drogas, 32,9% e 2,4%, respectivamente (Tabela 2).

Ainda de acordo com a Tabela 2, segundo a análise bivariada o abuso sexual foi associado às variáveis: identidade de gênero e uso de álcool.

Considerando os aspectos relacionados com a estrutura familiar, os dados revelaram que predominantemente às vítimas de abuso sexual residiam com até 4 pessoas (51,3%), tem como principais responsáveis pelo sustento pais e padrastos (78,0%), estes possuem ocupação (85,4%). A faixa etária dos responsáveis acima dos 41 anos de idade (49,3%), com ensino médio (40,2%), não recebem bolsa ou auxílio do governo (59,8%). Entre os entrevistados que apresentaram o desfecho de interesse observa-se também que, 19,5% residiam com alguém com problema com drogas e 17,1% com alguém que tenha sido ou esteja preso. A maioria afirma não ter namorado(a) e não ter filhos (Tabela 3).

Quanto aos fatores correspondentes a estrutura familiar que apresentam associação com a ocorrência de abuso sexual, constatou-se apenas a variável residir com alguém que tenha sido ou esteja preso ($p=0,043$) (Tabela 3).

De acordo com a Tabela 4 que analisa a relação do abuso sexual com outras experiências adversas, revelou que além da violência sexual as vítimas também haviam se envolvido em situações de trabalho infantil (48,8%), de trabalho infantil doméstico (61,0%), abuso emocional (47,6%), negligência emocional (9,8%), abuso físico (37,8%), *bullying* (75,6%) e violência urbana (92,7%).

Tabela 2 – Análise bivariada sobre vítimas de abuso sexual identificadas, de acordo com as características gerais. Manaus, Amazonas, Brasil, 2023.

Variáveis	N	%	Vítima de abuso sexual		p-valor
			Sim (82) n (%)	Não (156) n (%)	
Faixa etária do adolescente (anos)					
12 a 13	51	21,4	13 (15,9)	38 (24,4)	0.314
14 a 15	82	34,5	30 (36,6)	52 (33,3)	
16 a 17	105	44,1	39 (47,6)	66 (42,3)	
Identidade de gênero					
Mulher cis	149	62,6	64 (78,0)	85 (54,5)	0.003*
Homem cis	78	32,8	14 (17,1)	64 (41,0)	
Mulher trans	1	0,4	1 (1,2)	0 (0,0)	
Não-binário	4	1,7	1 (1,2)	3 (1,9)	
Sem resposta	6	2,5	2 (2,4)	4 (2,6)	
Cor/raça					
Branca	41	17,2	12 (14,6)	29 (18,6)	0.621
Preta	26	10,9	9 (11,0)	17 (10,9)	
Amarela	12	5,0	6 (7,3)	6 (3,8)	
Parda	159	66,8	55 (67,1)	104 (66,7)	
Escolaridade					
Ensino fundamental	108	45,4	35 (42,7)	73 (46,8)	0.545
Ensino médio	130	54,6	47 (57,3)	83 (53,2)	
Brasileiro(a)					
Sim	223	93,7	79 (96,3)	144 (92,3)	0.224*
Não	15	6,3	3 (3,7)	12 (7,7)	
Já repetiu de ano					
Sim	37	15,5	12 (14,6)	25 (16,0)	0.778
Não	201	84,5	70 (85,4)	131 (84,0)	
Já foi expulso da escola					
Sim	2	0,8	1 (1,2)	1 (0,6)	0.642*
Não	236	99,2	81 (98,8)	155 (99,4)	
Residência própria					
Sim	164	68,9	52 (63,4)	112 (71,8)	0.184
Não	74	31,1	30 (36,6)	44 (28,2)	
Uso de álcool					
Sim	53	22,3	27 (32,9)	26 (16,7)	0.004
Não	185	77,7	55 (67,1)	130 (83,3)	
Uso de drogas					
Sim	4	1,7	2 (2,4)	2 (1,3)	0.509*
Não	234	98,3	80 (97,6)	154 (98,7)	

*Foi utilizado teste exato de Fisher

Tabela 3 – Análise bivariada sobre vítimas de abuso sexual identificadas, de acordo com informações sobre a estrutura familiar. Manaus, Amazonas, Brasil, 2023.

Variáveis	N	%	Vítima de abuso sexual		p-valor
			Sim (82) n (%)	Não (156) n (%)	
Quantidade de pessoas que reside					
Até 4	113	47,5	42 (51,2)	71 (45,5)	0.576
5 a 6	77	32,4	23 (28,0)	54 (34,6)	
7 ou mais	48	20,2	17 (20,7)	31 (19,9)	
Principal responsável pelo sustento da família					
Pai/Mãe/Padrasto/Madrasta	190	79,8	64 (78,0)	126 (80,8)	0.577
Avô/Avó/Tio/Tia	28	11,8	9 (11,0)	19 (12,2)	
Outra pessoa	20	8,4	9 (11,0)	11 (7,1)	
Principal responsável trabalha					
Sim	204	85,7	70 (85,4)	134 (85,9)	0.911
Não	34	14,3	12 (14,6)	22 (14,1)	
Faixa etária do principal responsável (anos)					
Até 35	54	25,6	23 (32,4)	31 (22,1)	0.142
36 a 40	53	25,1	13 (18,3)	40 (28,6)	
41 ou mais	104	49,3	35 (49,3)	69 (49,3)	
Escolaridade do principal responsável					
Não estudou	4	1,7	1 (1,2)	3 (1,9)	0.817*
Ensino fundamental (I/C)	64	26,9	23 (28,0)	41 (26,3)	
Ensino médio (I/C)	95	39,9	33 (40,2)	62 (39,7)	
Ensino superior (I/C)	38	16,0	15 (18,3)	23 (14,7)	
Não sabe	37	15,5	10 (12,2)	27 (17,3)	
Recebe bolsa ou auxílio					
Sim	85	35,7	33 (40,2)	52 (33,3)	0.290
Não/Não sabe	153	64,3	49 (59,8)	104 (66,7)	
Reside com alguém com problema com álcool/drogas					
Sim	35	14,7	16 (19,5)	19 (12,2)	0.129
Não/não quis responder	203	85,3	66 (80,5)	137 (87,8)	
Reside com alguém que tenha sido/esteja preso					
Sim	27	11,3	14 (17,1)	13 (8,3)	0.043
Não/não quis responder	211	88,7	68 (82,9)	143 (91,7)	
Tem namorado(a)					
Sim	43	18,1	18 (22,0)	25 (16,0)	0.259
Não	195	81,9	64 (78,0)	131 (84,0)	
Tem filho/a(o/as)					
Sim	3	1,3	0 (0,0)	3 (1,9)	0.206*
Não	235	98,7	82 (100,0)	153 (98,1)	

*Foi utilizado teste exato de Fisher

Das experiências analisadas apresentaram associação com o desfecho: o trabalho infantil doméstico ($p=0,023$); o abuso emocional ($p=0,039$), o *bullying* ($p=0,001$) e a violência urbana ($p=0,003$) (Tabela 4).

Tabela 4 – Análise bivariada sobre vítimas de abuso sexual identificadas, de acordo com outras experiências adversas. Manaus, Amazonas, Brasil, 2023.

Variáveis	N	%	Vítima de abuso sexual		p-valor
			Sim (82) n (%)	Não (156) n (%)	
Trabalho infantil					
Sim	105	44,1	40 (48,8)	65 (41,7)	0.294
Não	133	55,9	42 (51,2)	91 (58,3)	
Trabalho infantil doméstico					
Sim	121	50,8	50 (61,0)	71 (45,5)	0.023
Não	117	49,2	32 (39,0)	85 (54,5)	
Abuso emocional					
Sim	135	56,7	39 (47,6)	96 (61,5)	0.039
Não	103	43,3	43 (52,4)	60 (38,5)	
Negligência emocional					
Sim	29	12,2	8 (9,8)	21 (13,5)	0.406
Não	209	87,8	74 (90,2)	135 (86,5)	
Abuso físico					
Sim	98	41,1	31 (37,8)	67 (42,9)	0.444
Não	140	58,8	51 (62,2)	89 (57,1)	
Bullying					
Sim	147	61,8	62 (75,6)	85 (54,5)	0.001
Não	91	38,2	20 (24,4)	71 (45,5)	
Violência urbana					
Sim	197	82,8	76 (92,7)	121 (77,6)	0.003
Não	41	17,2	6 (7,3)	35 (22,4)	

5. DISCUSSÃO

A análise preliminar ocorreu com 80% da amostra total da pesquisa. Por tratar-se de uma pesquisa maior com financiamento público para seu desenvolvimento, os recursos liberados até o momento permitiram a realização de 238 entrevistas (N).

Para a adequada identificação do abuso sexual contra crianças e adolescentes é requerido dentre várias outras condições, experiência e sensibilidade. Diante disso, é importante o desenvolvimento de estudos e pesquisas que caracterizam o perfil das vítimas de abuso sexual, do agressor e seus fatores associados. Nesta pesquisa, o desafio travou-se na identificação de variáveis da violência e suas possíveis relações com o desfecho do abuso sexual.

O reconhecimento da condição estrutural e histórica de vulnerabilidade de crianças e adolescentes é recente e ainda passa por um processo de fortalecimento por parte tanto do sistema de garantia de direitos quanto por parte da sociedade e ainda atualmente, os diversos tipos de violências das quais essa população é acometida, passam despercebidas e quando são visibilizadas, paira uma impressão de que essas situações são de raro acontecimento ou como se fizessem parte de uma realidade muito distante, mesmo quando acontecem muito próximo de nossas percepções (Magni; Correa, 2015).

Em análise recente, observou-se que o maior número de vítimas de violências no Brasil, no ano de 2021, em 68% dos casos, foram crianças e adolescentes do sexo feminino, o que continua sendo nos casos de violência sexual, porém em maior escala, compondo 87,7% dos casos notificados. Ademais, a faixa etária geral, que mais sofre violências está entre 14 e 19 anos de idade, diferentemente da violência sexual, a qual atinge em maior proporção as crianças e adolescentes que possuem entre 10 e 14 anos de idade. Semelhantemente, os dados coletados nesta pesquisa referentes à identidade de gênero cis ($p=0,003$) mostrou relação com o desfecho abuso sexual na população de adolescentes escolares na capital de Manaus, onde 43% foram identificadas como as mais afetadas, sendo a faixa etária mais atingida a de 16 a 17 anos (37,1%), seguida pela faixa etária de 14 a 15 anos (36,6%). Mesmo que a amostra não tenha evidenciado ainda uma tendência a uma faixa etária específica no atual estudo, podemos a priori entender que o risco se encontra igualmente distribuído em todas as faixas etárias da amostra entre 12 e 17 anos (Custódio; Lima, 2023).

Fazer o uso de bebida alcoólica apresentou associação com o abuso sexual na amostra desta pesquisa levantada entre adolescentes escolares da cidade de Manaus, dos quais 22%

consumiram bebida alcoólica e deste total, 50,9% sofreram abuso sexual ($p=0,004$). O uso abusivo de bebidas alcólicas além de influenciar a mortalidade em geral, tem contribuído para o aumento dos agravos à saúde, relacionados àqueles decorrentes de acidentes e agressões, aumentando os riscos tanto para o usuário quanto para a coletividade, além de estar associado a maiores ocorrências de abuso sexual, tentativas de suicídios, sexo desprotegido, gravidez indesejada, infarto agudo do miocárdio, overdose alcoólica, quedas, gastrite e pancreatite. Estudos sobre o consumo de álcool entre adolescentes comprovam que o uso regular torna o indivíduo vulnerável a ser vítima de vários tipos de violências, entre elas a sexual. O consumo de bebidas alcólicas vem sendo associado à ocorrência de violência sexual, tanto em relação à vítima quanto ao agressor. Os adolescentes podem fazer uso de bebidas alcólicas para se empoderarem e se sentirem autoconfiantes e esse consumo estaria associado à ocorrência de violência sexual, podendo o consumo de substâncias tanto surgir como uma consequência da violência sexual, ou a violência sexual ocorrer no contexto do consumo, esses dados corroboram com os achados no estudo realizado na capital Amazonense (Sanchez, 2017; Jones et al., 2010).

Quanto as variáveis relativas à estrutura familiar, a atual pesquisa evidenciou que ter um familiar preso foi uma variável de risco para a ocorrência de abuso sexual entre adolescentes escolares. 14,7% dos participantes da pesquisa residem com alguém que foi ou está preso e destas, 51,9% sofreram abuso sexual ($p=0,043$). Em consonância com esse achado, foi identificado um estudo sobre os fatores de risco e proteção associados à violência sexual cometida contra adolescentes e jovens adultos que evidenciou que ter um familiar preso foi uma das variáveis identificadas como de risco no âmbito familiar associado a violência sexual - ter ou ter tido algum familiar preso ($\beta = -0,62$, $z(4896) = -4,95$, $p < 0,001$). Faz-se relevante atentar que tal análise referente a essa variável não deve ser interpretada numa perspectiva causal, tendo em vista que os fatores de risco se relacionam com eventos negativos que podem aumentar a probabilidade de consequências negativas (Paludo; Schirò, 2012; Jones et al., 2010).

Em relação a variável trabalho infantil doméstico - TID, os dados mostraram associação com o desfecho. Realizar atividades de trabalho doméstico foi considerado fator de risco para a exposição ao abuso sexual. Dos 121 participantes que indicaram situações de TID, 61,0% referiram ter passado por situação de abuso sexual. O trabalho infantil no Brasil tem raízes sócio estruturais caracterizadas por diversos determinantes sociais, sendo considerado uma violação de direitos com intersecção na exclusão social, pobreza, miséria, desigualdades sociais, condições quase que inexistentes de dignidade. O Trabalho Infantil Doméstico (TID) encontra raízes no trabalho escravo doméstico desde o período colonial e é aceito socialmente devido às

estruturas patriarcais e escravocratas sob as quais se fundaram o estado capitalista brasileiro. Reconhecer a criança e o adolescente como indivíduos com suas particularidades e que se encontram em fase de desenvolvimento, portanto, sujeitos que precisam de proteção, se estabeleceu de forma tardia tanto no quadro normativo internacional quanto no Brasil. Acrescenta-se a isso o discurso adultocêntrico de valorização do trabalho como algo que dignifica o ser humano e que forma caráter. Essa problemática acerca do tema de TID expõe crianças e adolescentes a um maior risco de vivência de experiências adversas, além de perpetuar o ciclo da pobreza e revitalizar relações hierárquicas de poder, desigualdades e exclusões sociais (Carneiro et al., 2018).

O trabalho doméstico realizado por crianças e adolescentes compõe a lista das piores formas de trabalho infantil expondo crianças e adolescentes a riscos que vão desde lesões por esforço repetitivo e exposição a produtos químicos e queimaduras até à exposição ao abuso sexual e às violências físicas e psicológicas. O TID, mesmo quando realizado nos próprios lares, viola direitos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, à educação, ao lazer e ao brincar, pelas condições em que ele é executado. Em 2016, 90% das crianças e de adolescentes envolvidos em trabalho infantil doméstico (96,6 mil crianças e adolescentes) eram meninas, percentual que, em 2019, foi de 85% (71,2 mil). A predominância de meninas trabalhadoras infantis domésticas reflete e reproduz o modelo padrão de organização familiar e a desigualdade entre gêneros, uma vez que cabe às meninas as tarefas domésticas e os cuidados às pessoas dependentes e vulneráveis. A situação detectada nesta pesquisa reflete essa realidade e contribui para o entendimento de que o TID potencializa a condição de vulnerabilidade das crianças e adolescentes (FNPETI, 2015).

Nos achados desta pesquisa 56,7% da amostra sofreu abuso emocional, destas 28,9% sofreram abuso sexual ($p=0,039$). A exposição a esse tipo de violência, tão subestimado, por não deixar marcas externas visíveis nas suas vítimas, demonstram a magnitude de seus impactos, com grande potencial de gerar desafios emocionais e psicológicos, contribuindo para o desenvolvimento de condições como depressão, ansiedade, estresse agudo, medo intenso, pânico e comportamento agressivo. Os impactos podem se estender para a esfera acadêmica corroborando para um desempenho escolar deficiente e uma notável queda na autoestima das vítimas. Além disso, esse tipo de experiência adversa, pela sua subjetividade, tende a criar uma propensão duradoura a sentimento de culpa o que afeta negativamente a forma como essas crianças e adolescentes têm de si mesmos. Em um estudo observacional, de corte transversal, com adolescentes do sexo feminino menores de 15 anos e com vida sexual ativa, 58% revelaram ter sido vítimas de violência intrafamiliar e 13% sofreram abuso sexual, seja em casa ou fora

dela, sendo a maioria perpetrada por pessoas do seu convívio. A violência citada, perpetrada por familiares, foi praticada sob alegação de educar e corrigir comportamentos não desejados. A violência psicológica, à exemplo de outras formas de violências, desenvolve nos jovens o sentimento de impotência e depreciação da sua autoestima, criando dificuldades para acharem seu próprio caminho, tornando-os presas fáceis de objetivos alheios. Como consequência disso, as adolescentes, para fugir desse ambiente hostil, buscam uma vida melhor fora de casa e as que recorrem à vida nas ruas se deparam com outras ameaças e ações violentas (Silva et al., 2024; Teixeira; Taquette, 2010).

Encontrou-se associação entre o abuso sexual e o bullying de acordo com as variáveis de outras experiências adversas. Do total de 61,8% dos adolescentes que sofreram bullying, 42,2% destes, também foram vítimas de abuso sexual ($p=0,001$). Os estudos ainda são muito limitados em relação aos fatores bullying e abuso sexual. Em uma revisão integrativa, foi encontrado apenas um único estudo que tratou de apresentar as experiências através de oficinas realizadas com adolescentes em uma escola de Maceió. Dentre as oficinas realizadas foram abordados os assuntos bullying e abuso sexual, assim como adolescência e gravidez. Neste estudo, ficou evidenciado que os alunos detinham minimamente conhecimentos acerca destes fenômenos e que, além das reflexões em grupo, se propuseram também a pôr em prática medidas de enfrentamento de tais situações (Felizmino; Silva, 2021).

Os dados desta pesquisa evidenciaram relação entre violência urbana e abuso sexual. 82,8% dos adolescentes presenciaram ou passaram por violência urbana, dentre as quais 38,6% sofreram abuso sexual ($p=0,003$). As evidências apontam que as crianças e adolescentes estão sendo cada vez mais expostos a violações sexuais em seu cotidiano. Em um estudo de base populacional realizado com adolescentes escolares, evidenciou, dentre outros fatores, dados referentes à violência comunitária. Numa população de 1.193 adolescentes que participaram da pesquisa escolar, os adolescentes que foram vítimas e testemunhas de atos de violência sexual apresentaram uma média de exposição a incidentes de violência comunitária total significativamente maior do que aqueles que não estiveram em contato com a violência sexual. Essa condição identificada também foi evidenciada e convergiu com os achados nesta pesquisa com a população de adolescentes escolares em Manaus (Polanczyk et al., 2003).

CONCLUSÕES

Apesar do estudo tratar de dados preliminares, é relevante frisar a importância dos financiamentos e fomentos à pesquisa manterem o comprometimento quanto ao cumprimento de prazos para a execução adequada do desenvolvimento de estudos como este. Dada a relevância deste estudo diante do enfrentamento e combate à violência contra crianças e adolescentes, percebe-se que o fator de descumprimento quanto aos recursos necessários para a viabilização de continuidade na coleta de dados reduziu a verificação da totalidade das variáveis, mostrando tal situação como um fator limitador deste estudo. Outra situação relevante encontrada durante a realização da coleta de dados foi a dificuldade de retorno do TCLE e do TALE por parte dos responsáveis e alunos que, apesar de ter alcançado a meta estabelecida para a viabilidade da pesquisa, evidenciou uma clara necessidade de melhoria quanto ao relacionamento das instituições de ensino superior que demandam de desenvolvimento de pesquisas junto às instituições de educação da rede de ensino do município de Manaus.

A realização desta pesquisa foi importante para revelar dados sobre o abuso sexual no contexto dos adolescentes escolares da capital de Manaus e elucidar algumas especificidades que cercam este fenômeno, levando à reflexão para que os conhecimentos gerados acerca do desfecho seja útil na multiplicação de ensinamentos através de palestras e organização de programas de prevenção seja em escolas, capacitações e treinamentos dos agentes de saúde e profissionais da área da educação, seja nas unidades ou nos cursos de formação buscando incentivo para melhoria na forma de reconhecimento do abuso sexual e apoio a denúncia dos casos, gerando aumento da visibilidade da ocorrência do abuso sexual como um agravo a saúde e consequentemente melhoria nas notificações dos casos.

Ressalta-se, seja pela limitação deste estudo, seja pela relevância dos dados revelados, a necessidade de desenvolvimento de novas pesquisas, ampliando a participação da população de crianças e adolescentes e outras escolas da rede de ensino tanto no âmbito municipal, quanto estadual e o particular na capital e interior do estado do Amazonas.

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para o desenvolvimento e melhorias de ações e estratégias que visem minimizar a ocorrência de violência intrafamiliar e extrafamiliar e que estas possam ser implementadas nas políticas públicas voltadas para a saúde, tendo em vista os grandes impactos negativos e consequências para as crianças e adolescentes que sofrem de tão terrível agravo. Essa população que é acometida pelas mais variadas formas de violência, dentre elas a sexual, sofre de grandes agravos sobre a saúde mental, dificultando sua

relação social a curto, médio e longo prazo. Além disso, diante desse quadro de saúde alarmante, é importante ofertar e manter a continuidade de acompanhamento dessas crianças e adolescentes acometidas por tais violações, seja pelas condições de saúde já referidas neste estudo, seja também pelas consequências como contaminação por infecções sexualmente transmissíveis (IST's), que demandam de tratamento imediato e, em outras situações pertinentes ao agravo, a interrupção da gravidez.

REFERÊNCIAS

ANDREUCCI, A. C. P. T.; JUNQUEIRA, M. A. Crianças visíveis e direito à voz como direito humano fundamental: contributos jurídicos-sociais do marco legal da primeira infância para o desenho de políticas públicas participativas no Brasil. **Cadernos de Direito Actual**, n. 7, p. 289-303. 2017

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. ISSN 1983-7364.
<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/57>

ASSIS, S. G. Crianças e adolescentes violentados: presente e perspectivas para o futuro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 10, p. 126-134, Supl. 1.1994.

ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q. Labirinto de espelhos: formação da autoestima na infância e na adolescência [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

BATISTA, M. K. B.; QUIRINO, T. R. L. Debatendo a violência contra crianças na saúde da família: reflexões a partir de uma proposta de intervenção em saúde. **Saúde e Sociedade** [online]. V. 29, n. 4. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180843>>. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180843>

BELLONI, M. L. O que é sociologia da infância. Campinas: Autores Associados, 2009.

BERGER, K. S. O desenvolvimento da pessoa do nascimento à terceira idade. Tradução Gabriela dos Santos Barbosa. - 9. ed. - Rio de Janeiro : LTC, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência: Orientações para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10/06/2024.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2009. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm. Acesso em 9 de junho de 2024.

BRASÍLIA. O trabalho infantil doméstico no Brasil: análises estatísticas. Realização FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2022.

BRIESTZKE, E. et al. Impact of childhood stress on psychopathology. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v.34, p.480-488, 2012.

BUENO, S.; SOBRAL, I. Um estupro a cada 8 minutos. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: https://www.fontesegura.org.br/adm/page/page_editor#774. Acesso em: 09/06/2024. 2020.

CAMPOS, L. V. Abuso sexual. **Mundo Educação**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sexualidade/abuso-sexual.htm>. Acesso em, 09/06/2024. v. 30, 2020.

CARLOS, D. M.; PÁDUA, E. M. M. DE.; FERRIANI, M. DAS G. C. Violence Against children and adolescents: the perspective of Primary Health Care. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 3, p. 511-518, maio 2017.

CARNEIRO, A. A. et al. A invisibilidade do trabalho infantil doméstico no redesenho atual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018.

CARVALHO, S. S. As experiências adversas na infância e sua relação com o desenvolvimento biopsicossocial da criança/adolescente: uma revisão bibliográfica. Seven Editora, p.251-277, 2023.

Convenção sobre os Direitos da Criança. Edição Comité Português para a UNICEF Edição revista 2019.

CUSTÓDIO, A. V.; LIMA, R. P.de. O contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**. V. 11, n. 2, 2023. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub>

FELIZMINO, T. O.; SILVA, J. P. Bullying e abuso sexual em adolescentes: uma revisão integrativa. **Revista Psicologia Diversidade Saúde**. V. 10, p. 317-331, 2021.

GARBIN, C.A.S. et al. Desafios do profissional de saúde na notificação da violência: obrigatoriedade, efetivação e encaminhamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 6, p.1879- 1890, 2016.

GRAZIANO, A. P., APOSTÓLICO, M. R., MURARO, H. M. S., EGRY, E.Y. Violência sexual infantil: Magnitude do problema em uma metrópole brasileira. **Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem** 2011.

HEYWOOD, Colin. Uma história da infância: da Idade Média a época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama. Manaus: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>. Acesso em: 28 abr. 2023.

LIMA, C. A. (Coord.) et.al. Violência faz mal à saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 298 p.: il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

LOUREIRO, A. J. C.; SILVA, A. C. F. DA. Concepções de Infância ao Longo da História e a Evolução Jurídica do Direito da Criança. **Boletim Jurídico**, Uberaba/MG, a. 30, nº 1605. <https://www.boletimjuridico.com.br/artigos/direito-da-infancia-e-juventude/4326/concepcoes-infancia-ao-longo-historia-evolucao-juridica-direito-crianca>.

LIMA, N. S.; WIGGERS. R. Entre sangue e a afinidade: dilemas de parentesco em casos de abuso sexual intrafamiliar no Amazonas, Brasil. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 7 (14): 157-176, 2020. ISSN: 2358-5587.

MAIA, A. C.; BARRETO, M. Violência contra crianças e adolescentes no Amazonas: análise dos registros. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 2, p. 195-204, 2012.

MALTA, D. C.; MASCARENHAS, M. D. M.; PORTO, D. L.; BARRETO, S. M.; NETO, O. L. M. Exposição ao álcool entre escolares e fatores associados. **Revista Saúde Pública**. V. 48, p. 52-62, 2014.

MINAYO, M. C. DE S.; SOUZA, E. R. DE S.; SILVA, M. M. A. DA; ASSIS, S. G. DE. Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafios. **Ciência e Saúde Coletiva**, 23 (6): 2007–2016, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. **Boletim Epidemiológico**, 49 (27), 2018.

MORI, C. K.; ANDRADE, A. K. Estudo apreciativo da governança do Marco Legal da Primeira Infância no Brasil. **Revista Brasileira de Avaliação**, 2021. <https://doi.org/10.4322/rbaval202110009>

NEVES, C. G. N.; SWENSON, G. X.; SILVEIRA, P. L. O desafio do combate à violência contra a criança e o adolescente no Brasil. **Revista da Jornada da 15ª Mostra de Projetos Comunitários, Extensão e Integradores**. ISSN:2526-4176. Congrega Urcamp, vol. 15, nº15, ano 2021.

OLIVEIRA, A. C. Violência Sexual contra crianças e adolescentes: Cenários amazônicos, rede de proteção e responsabilidade empresarial. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Saúde mental dos adolescentes. <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes>

PALUDO, S. S.; SCHIRÒ, E. D. B. Um estudo sobre os fatores de risco e proteção associados à violência sexual cometida contra adolescentes e jovens adultos. **Estudos de Psicologia** (Natal) [online]. 2012. v. 17, n. 3, p. 397-404. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300007>>. Epub 14 Fev 2013. ISSN 1678-4669. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300007>.

PEREIRA, F. G.; VIANA, M. C. Instrumentos mais utilizados na avaliação da exposição a Experiências Adversas na Infância: uma revisão da literatura. **Revista Saúde em Debate**, v. 45, p.501-513, 2021.

POLANCZYK, G. V.; ZAVASCHI, M. L.; BENETTI, S.; ZENKER, R.; GAMMERMAN, P. W. Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre, Brasil. **Revista Saúde Pública**, 2003. 37 (1), p. 8-14.

RIBEIRO, J. H. de S.; FERNANDEZ, C. B. Violência sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas e Pará: Contribuições do projeto Içá Ação e proteção no enfrentamento. Editora e gráfica Moderna. Manaus, 2020.

SÁ, E. V. H. C. DE; OLIVEIRA, N. F. DE. Identificação e notificação de trabalho infantil na estratégia saúde da família. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 11, 2024.

SANCHEZ, Z. M. A prática de binge drinking entre jovens e o papel das promoções de bebidas alcoólicas: uma questão de saúde pública. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. V. 26, n. 1, p. 195-198, jan. 2017.

SILVA, A. P. J. DA; OLIVEIRA, A. J. DE; SANTOS, F. E. DOS. Impacto na saúde mental de crianças vítimas de abuso sexual. **Diaphora Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 10 (3), 2021.

SILVA, L. I.; HAGE, S. Violência e violência sexual contra crianças e adolescentes: Desafios para a atuação da rede de proteção aos direitos humanos na Amazônia. In: Violência sexual contra crianças e adolescentes. Cenários Amazônicos. Rede de Proteção e Responsabilidade empresarial. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro. Pg. 55-76. 2017.

SILVA, F. R.; SOUZA, S. S.; BEZERRA, E. A. A. C., DIAS, B. M. Impactos psicossociais em crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**. V. 24, 2024.

STOCHERO, L., MORAES, C. L., MARQUES, E. S., SANTOS, E.B., PACHECO, D.L., REICHENHEIM, M. E., TAQUETTE, S. R. Prevalência e coocorrência de Experiências Adversas na Infância: um inquérito de base escolar no município do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p.115-127, 2021.

TEIXEIRA, S. A.; TAQUETTE, S. R. Violência e atividade sexual desprotegida em adolescentes menores de 15 anos. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 56, n. 4, p. 440-446, 2010.

VIEIRA, S. M.; OLIVEIRA, S. B. DE; SÓKORA, C. DE A. A violência sexual contra crianças e adolescentes: particularidades da região Norte do Brasil. **Revista Intellector, CENEGRI, Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais**, nº 23, Rio de Janeiro, 2017.

VALENTE, J. Disque 100: denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes caem em 2018. Recuperado em 03 de maio de 2023, v. 23, p. 2019-05, 2019.

ANEXOS

Anexo A – Lista de escolas vinculadas à Secretaria de Educação e Desporto (SEDUC)

COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 01						
Endereço da Coordenadoria: Avenida Joaquim Nabuco, nº 2274, esquina com a Japurá- Centro - CEP: 69020-031 - CENTRO - Manaus / AM						
Coordenador (a) Distrital: ADSON COELHO CORDEIRO						
Coordenador (a) Adjunto Administrativo: SANDRO NASCIMENTO DE ALMEIDA						
Coordenador (a) Adjunto Pedagógica: (Ens. Fundamental I): SANDRA REGINA PEDROSA VIEIRA						
Coordenador (a) Adjunto Pedagógica: (Ens. Fundamental II) : IVAN SALES DOS SANTOS						
Coordenador (a) Adjunto Pedagógica: (Ensino Médio) : DILCINETE CASTRO PEREIRA CHAVES						
Nº	Escola	Endereço	Bairro	Zona	Contato Institucional	Email- ESCOLA
1	CEJA Jacira Caboclo	Av. Constantino Nery, nº 603 - Pres. Vargas Anexo (Noturno) - Col. Brasileiro Pedro Silvestre	Presidente Vargas	SUL	99445-8698 99218-6718	cejajcaboclo@seduc.net
2	CEJA Profº Paulo Freire	Av. Waldemar Pedrosa, 60 (antiga ayrão) - Centro	Centro	SUL	99437-8040 99218-5329	cejapaulofreire@seduc.net
3	Colégio Amazonense Dom Pedro II	Av. 7 de Setembro, s/n - Centro	Centro	SUL	99436-3985 99217-7400	coldompedro@seduc.net
4	Colégio Brasileiro Pedro Silvestre	Rua 10 de Julho, 843 - Centro	Centro	SUL	99433-1857 99217-1916	colpsilvestre@seduc.net
5	E.E. Antonio Telles de Souza (Tempo Integral)	Rua Santa Quitéria, 805 - Presidente Vargas	Presidente Vargas	SUL	99451-4127 99229-6387	eeatdsouza@seduc.net
6	E.E. Augusto Carneiro dos Santos (Ed. Especial - Escola de Surdos)	Av. Lourenço da Silva Braga, s/n - (Manaus Moderna) - Centro	Centro	SUL	99457-6703 99228-4588	eeacdsantos@seduc.net
7	E.E. Balbina Mestrinho	Av. Manicoré, 700 - Cachoeirinha	Cachoeirinha	SUL	99451-8779 99227-4275	eebmestrinho@seduc.net
8	E.E. Barao do Rio Branco	Av. Joaquim Nabuco, 1152 - Centro	Centro	SUL	99449-0769 99221-7891	eebdriobranco@seduc.net
9	E.E. Carvalho Leal	Rua Borba, s/n - Cachoeirinha	Cachoeirinha	SUL	99446-3031 99220-1073	eeccleal@seduc.net
10	E.E. Conego Azevedo	Rua Xavier Mendonça, 155 - N.S. Aparecida	Aparecida	SUL	99466-7750 99244-6105	eecazevedo@seduc.net
11	E.E. Diofanto Vieira Monteiro (Educação Especial)	Av. Lourenço da Silva Braga, s/n - (Manaus Moderna) - Centro	Centro	SUL	99490-9956 99239-7907	eediofanto@seduc.net
12	E.E. Euclides da Cunha	Av. Carvalho Leal, s/n - Cachoeirinha	Cachoeirinha	SUL	99490-1055 99239-5257	eedacunha@seduc.net
13	E.E. Farias Brito	Rua Santa Isabel, s/n - Centro	Centro	SUL	99487-1535 99238-6022	eefbrito@seduc.net
14	E.E. Frei Silvío Vaghegi	Rua Tapajós s/n - Centro	Centro	SUL	99485-4622 99341-4249	eefreisilvio@seduc.net
15	E.E. Getúlio Vargas	Rua Prof. Marciano Armond, s/n - S. Francisco	São Francisco	SUL	99483-8636 99340-9860	eegetuliovargas@seduc.net
16	E.E. Giovanni Figliuolo	Br. 174 KM 08, s/n - Ramal 02	BR 174	SUL	99481-1355 99338-7656	eefigliuolo@seduc.net
17	E.E. Helena Araujo (Tempo Integral)	Rua Carvalho Paes de Andrade, s/n - S. Francisco	São Francisco	SUL	99481-1275 99331-6906	eehelenaaraujo@seduc.net
18	E.E. Hermenegildo de Campos (Tempo Integral)	Rua da Legião, s/n - Pres. Vargas	Presidente Vargas	SUL	99480-1074 99329-6346	eehermenegildo@seduc.net
19	E.E. Isabel Barroncas	Rua Barão de Maracajú, 115 - S. Francisco	São Francisco	SUL	99478-7655 99328-2181	eeibarroncas@seduc.net
20	E.E. Luizinha Nascimento	Av. Tarumã, s/n - Praça 14	Praça 14	SUL	99474-4597 99326-4396	eelnascimento@seduc.net

21	E.E. Manoel Marçal de Araújo (Educação Especial)	Rua Parintins, 832 - Cachoeirinha	Cachoeirinha	SUL	99473-5390	99438-5788	eemmdaraujo@seduc.net
22	E.E. Marcio Nery	Rua Prof. Marciano Armond, s/n - S. Francisco	São Francisco	SUL	99472-8896	99437-8648	eemarcionery@seduc.net
23	E.E. Nilo Peçanha	Av. Joaquim Nabuco, 1895 - Centro	Centro	SUL	99470-2048	99455-0880	eenpecanha@seduc.net
24	E.E. Nossa Senhora Aparecida	Rua Comendador Alexandre Amirim, 325 - Aparecida	Aparecida	SUL	99470-9151	99437-4857	eensaparecida@seduc.net
25	E.E. Padre Agostinho Martin	Rua Alfredo Paes Bareto, 1100 - S. Francisco	São Francisco	SUL	99469-3445	99450-3341	eepagostinho@seduc.net
26	E.E. Plácido Serrano	Rua Emílio Moreira, 1330 - Pça 14	Praça 14	SUL	99467-7497	99448-8420	eepserrano@seduc.net
27	E.E. Primeiro de Maio	Rua Duque de Caxias, 1856 - Pça 14	Praça 14	SUL	99466-8591	99448-4035	eeprimeirodemaio@seduc.net
28	E.E. Princesa Izabel	Rua Ramos Ferreira, 819 - Centro	Centro	SUL	99251-3198	99448-2179	eepisabel@seduc.net
29	E.E. Prof. Antenor Sarmiento Pessoas	Rua Urucará / Antigo predio do Anchieta	Cachoeirinha	Sul	99458-8858	99235-5696	eeasaqrmento@seduc.net
30	E.E. Prof. Francisco das Chagas Souza de Albuquerque	Av. Joaquim Nabuco, 1159 - Centro	Centro	SUL	99485-7519	99343-1218	eefdchagas@seduc.net
31	E.E. Profª. Eunice Serrano Telles de Souza	Rua Monsenhor Coutinho, 301 - Centro	Centro	SUL	99487-5717	99239-4979	eeeuniceserrano@seduc.net
32	E.E. Ribeiro da Cunha (Tempo Integral)	Rua Silva Ramos, s/n - Centro	Centro	SUL	99259-6171	99437-4554	eerdacunha@seduc.net
33	E.E. Ruy Araujo	Av. Carvalho Leal, 931 - Cachoeirinha	Cachoeirinha	SUL	99255-7910	99430-8196	eeruyaraujo@seduc.net
34	E.E. Santa Luzia	Rua Ramos Ferreira, 1925 - Pça 14	Praça 14	SUL	99251-1307	99478-9485	eesantaluzia@seduc.net
35	E.E. Vicente Schettini	Rua Comendador Alexandre Amorim, 325 - Aparecida	Aparecida	SUL	99248-6858	99476-3323	eevschettini@seduc.net
36	Instituto de Educação do Amazonas - IEA (Tempo Integral)	Rua Ramos Ferreira - Centro	Centro	SUL	99321-9643	99328-8427	iea@seduc.net

COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 02						
Endereço da Coordenadoria: Rua Cruzeiro, 04 - Betânia						
Coordenador (a) Distrital: ORLANDO FÉLIX DE MOURA						
Coordenador (a) Adjunta Administrativa: ADRIANA MACIEL ANTONACCIO						
Coordenador (a) Adjunta Pedagógica: (Ens. Fundamental I): JOSIANE SANTOS DE SOUZA						
Coordenador (a) Adjunta Pedagógica: (Ens. Fundamental II) : AIDA DAVID BARBOSA PRAZERES						
Coordenador (a) Adjunto Pedagógico: (Ensino Médio) : MAYCON OLIVEIRA DA SILVA						
Nº	Escola	Endereço	Bairro	Zona	Contato Institucional	Email- ESCOLA
1	E.E. ADALBERTO VALLE	AVENIDA ADALBERTO VALE	TORRO DA LIBERDADE	Sul	99152-8102 99185-8898	eeadalbertovale@seduc.net
2	E.E. ALFREDO CAMPOS	RUA CARLOS DRUMOND DE ANDRADE, 167	NOVA REPÚBLICA	Sul	99183-4920 99104-9129	eealfredocampos@seduc.net
3	E.E. ALMIRANTE ERNESTO	RUA SALDANHA DA GAMA	VILA BURITI	Sul	99179-5258 99276-7481	eeabaptista@seduc.net
4	E.E. ANTÔNIO LUCENA BITTENCOURT	AVENIDA ADALBERTO VALE	BETÂNIA	Sul	99154-3415 99232-7956	eeantoniolucena@seduc.net
5	E.E. BOM PASTOR	RUA SÃO MARCOS S	CRESPO	Sul	99154-6641	eebompastor@seduc.net
6	E.E. BRIGADEIRO JOÃO CAMARÃO	RUA NOVA Nº 1000	SÃO LAZARO	Sul	99165-6563 99309-1051	eebjcamarao@seduc.net
7	COLÉGIO MILITAR DA	AV. CODAJÁS Nº 330	PETRÓPOLIS	Sul	99119-5847 99204-1496	colegiomilitar@seduc.net
8	E.E. DORVAL PORTO	RUA MAGALHÃES BARATA S/N	CRESPO	Sul	99149-1440 99223-5573	eedorvalporto@seduc.net
9	E.E. ESTELITA TAPAJÓS	RUA MANOEL URBANO Nº 284	EDUCANDOS	Sul	99163-7598 99117-7479	eeetapajos@seduc.net
10	E.E. J. G. DE ARAÚJO	RUA SANTA RITA, 225	SANTA LUZIA	Sul	99129-1620 99220-5661	eejgaraujo@seduc.net
11	E.E. EST. LEOPOLDO NEVES	AV. LEOPOLDO NEVES, 39	SANTA LUZIA	Sul	99135-6626 99239-4385	eeleopoldoneves@seduc.net
12	E.E. LUCINDA FÉLIX DE AZEVEDO	RUA 52 - S/N	JAPIIM	Sul	99162-3169 99251-5768	eelucindafelix@seduc.net
13	E.E. LUIZ VAZ DE CAMÕES	RUA 19/S/N CONJ. 31 DE	JAPIIM 01	Sul	99163-1820 99214-0860	eelvazdcamoes@seduc.net
14	E.E. MAJOR SILVA COUTINHO	RUA CORONEL F. DE ARAÚJO S/N	PETRÓPOLIS	Sul	99175-2624 99204-4063	eemsilvac@seduc.net
15	E.E. MESTRE OTÍLIO	TRAV. AFONSO QUARESMA	NIA OLIVEIRA MACHADO	Sul	99173-4328 99147-7956	eemestreetilio@seduc.net
16	E.E. MILBURGES BEZERRA DE ARAÚJO	RUA COUTO VALE S/N	RAIZ	Sul	99163-6502 99189-6836	eemilburges@seduc.net
17	E.E. MONTEIRO DE SOUZA	RUA LEOPOLDO PERES S/N	EDUCANDOS	Sul	99182-5677 99239-7945	eemdsouza@seduc.net
18	E.E. NATHALIA UCHÔA	AV. WALDOMIRO LUSTOSA, S/N	JAPIIM 02	Sul	99148-7663 99225-7347	eenathaliauchoa@seduc.net
19	E.E. Nº Sª DA DIVINA	RUA DO CRUZEIRO Nº 04	BETÂNIA	Sul	99141-6258 99231-2756	eensddprovidencia@seduc.net
20	E.E. ONDINA DE PAULA RIBEIRO	AV. JORGE BIVAQUA S/N	JAPIIM 01	Sul	99173-3806 99210-2062	eeodpaula@seduc.net
21	E.E. PAULA ANGELA	RUA ROSA REZENDE	TORRO DA LIBERDADE	Sul	99124-2341 992112528	eeprassinetti@seduc.net
22	E.E. PROF. BENICIO LEÃO	AV. JORGE BIVAQUA S/N	JAPIIM 1	Sul	99178-4731 99256-1079	eebenicioleao@seduc.net
23	E.E. PROF. DIANA PINHEIRO	AV PRESIDENTE KENNEDY -	EDUCANDOS	Sul	99135-7613 99217-4689	eedianapinho@seduc.net
24	E.E. PROF. JACIMAR DA SILVA GAMA	RUA PARAGUACU - S/N	PETROPOLIS	Sul	99165-7781 99262-8897	eejacimardasilva@seduc.net
25	E.E. PROF. NELSON ALVES	RUA 5 DE FEVEREIRO - S/N	BETANIA	Sul	99135-7285 99102-0521	eenelsonalves@seduc.net
26	E.E. SANT'ANA	AV ANDRE ARAUJO Nº 2290	ALEIXO	Sul	99119-5598 99117-2498	eesantana@seduc.net
27	E.E. SEN. ANTOVILA	RUA SAO VICENTE - S/N	SAO LAZARO	Sul	99128-9351 992518100	eesamourao@seduc.net
28	E.E. SEN. CUNHA MELO	AV COSTA E SILVA - S/N	RAIZ	Sul	99146-8347 99229-8511	eecunhamelo@seduc.net
29	E.E. TIRADENTES	RUA CORONEL FERREIRA DE	PETROPOLIS	Sul	99118-0584 99274-3860	eetiradentes@seduc.net
30	E.E.T.I. PROF. DJALMA DA CUNHA BATISTA	AVENIDA GENERAL RODRIGO OTAVIO - 1600	JAPIIM	Sul	99139-1911 99271-0796	eedjalmbatista@seduc.net
31	C.E.T.I GILBERTO MESTRINHO	AV LEOPOLDO PERES - S/N	EDUCANDOS	Sul	99177-3059 99308-5144	cetigmestrinho@seduc.net
32	E.E.T.I ISAAC BENZECRY	RUA VIRIATO CORREIA - 500	NIA OLIVEIRA MACHADO	Sul	99126-9694 99249-2418	eeisaacbenzecry@seduc.net
33	E.E.T.I JOSÉ CARLOS	RUA DA PAZ - 31 A	CRESPO	Sul	99154-3089 99246-9024	eejcmestrinho@seduc.net
34	E.E.T.I. MADRE TEREZA DE CALCUTÁ	AVENIDA TOBIAS BARBOSA - 102	M. DA LIBERDADE	Sul	99176-6035 99228-0760	eemadretereza@seduc.net
35	E.E.T.I MACHADO DE ASSIS	RUA AMANCIO DE MIRANDA	EDUCANDOS	Sul	99130-2763 99272-8768	eemdassis@seduc.net
36	E.E.T.I PROFª. ROXANA PEREIRA BONESSI	RUA ENZO FERRARI - S/N	NIA OLIVEIRA MACHADO	Sul	99153-5762 99240-0262	eeroxanapereira@seduc.net

COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 03						
Endereço da Coordenadoria: Av Prof. Nilton Lins, 3295 - Bloco I -Pq das Laranjeiras						
Coordenador (a) Distrital: Dariana Zuleica Correa Lopes						
Coordenador (a) Adjunto Administrativo: Astrid Socorro Chagas e Silva						
Coordenador (a) Adjunto Pedagógica: (Ens. Fundamental I): Reginaldo Simões Mendonça						
Coordenador (a) Adjunto Pedagógica: (Ens. Fundamental II) : Rita Pereira dos Santos						
Coordenador (a) Adjunto Pedagógica: (Ensino Médio) : Maria do Perpetuo Socorro Moura Maquiné						
Nº	Escola	Endereço	Bairro	Zona	Contato Institucional	Email- ESCOLA
1	E.E. Aderson de Menezes	Rua 26, s/n, Conjunto Castelo Branco	Parque 10	C. SUL	99114-2048 98269-5517	99135-3426 eeadmenezes@seduc.net
2	E.E. Angelo Ramazzotti	Praça Nossa Sra. de Nazaré, s/n	Adrianopolis	C. SUL	99107-0409	99494-3960 eeangeloramazzotti@seduc.net
3	E.E. Arthur Araujo	Av. Djalma Batista, 160	N. S. das Graças	C. SUL	99183-6969	99115-8907 eearthuraraujo@seduc.net
4	CEJA Prof. Agenor Ferreira Lima	Av. André Araújo, 99	Aleixo	C. SUL	99154-3635	99118-8912 cejaferreira@seduc.net
5	E.E. Francelina Assis Dantas	Av. M, 375	Alvorada	C. OESTE	99181-6199	eefadantas@seduc.net
6	E.E. Herbert Palhano	Rua Bélem, 215	N.S. das Graças	C. SUL	98178-8749	99217-4454 eeherbert@seduc.net
7	E.E. Humberto de Campos	Rua Loris Cordovil, s/n	Alvorada	C. OESTE	98805-7095	99339-2006 eehdcampos@seduc.net
8	E.E. José Bentes Monteiro	Rua 7, s/n, conj. Huascar Angelin	Aleixo	C. SUL	99426-6850	99340-9459 eejbentesmonteiro@seduc.net
9	E.E. Josephina de Melo	Rua Loris Cordovil, s/n	Flores	C. SUL	99482-7502	99344-6905 eejdmelo@seduc.net
10	E.E. Libertador Simon Bolivar	Rua Belo Horizonte, 1449, C/ Ica Paraiba	Aleixo	C. SUL	-995027318	99275-5900 eesimonbolivar@seduc.net
11	E.E. Maria Amélia do	Rua Jurema, s/n, Conj. Kissia	Dom Pedro	C. OESTE	98140-7807	99161-8867 eemariaamelia@seduc.net
12	E.E. Maria da Luz Calderaro	Rua 18, s/n, Conj. Hiléia I	Redenção	C. OESTE	98200-0710	99169-4372 eemluzcalderaro@seduc.net
13	E.E. Maria de Lourdes	Rua Tomaz Antônio	Alvorada	C. OESTE	99475-6339	99175-4344 eemariadelourdes@seduc.net
14	E.E. Maria Rodrigues Tapajós	Rua Goiania, 701	Redenção	C. OESTE	99347-1990	99183-4827 eemrtapajos@seduc.net
15	E.E. Menino Jesus de Praga	Rua Eduardo Ribeiro, 16	Chapada	C. SUL	98167-0423	99209-8991 eemjesuspraga@seduc.net
16	E.E. Olga Falcone	Rua Theophilo de Matos, 70	Bairro da Paz	C. OESTE	99130-3131	99215-4785 eeolgafalcone@seduc.net
17	E.E. Profª Adelaide Tavares	Av. Des. João Machado, s/n	Alvorada	C. OESTE	99969-1220	99154-1852 eeatavares@seduc.net
18	E.E. Profª. Alda Barata	Quadra C, s/n	Flores	C. SUL	98804-5185	99136-8226 eealdabarata@seduc.net
19	E.E. Profª. Alice Salerno	Rua 7, nº 12, Conjunto	Parque 10	C. SUL	98144-9273	99140-5953 eealicesalerno@seduc.net
20	E.E. Profª. Leonilla Marinho	Rua 7, nº 14, Conjunto Castelo Branco	Parque 10	C. SUL	99983-4531	99293-4135 eeleonillamarinho@seduc.net
21	E.E. Profª. Tereza de J. A. de Vasconcelos Dias	Rua 15 de Outubro, s/n (Prox. Posto da Shell)	Redenção	C. OESTE	98215-7578 99303-1804	99280-0435 eemluzcalderaro@seduc.net
22	E.E. Raimundo Gomes Nogueira	Rua B, 28, Conj. Ajuricaba, s/n, Alvorada II	Alvorada	C. OESTE	99354-9430	99262-7435 eegomesnogueira@seduc.net
23	E.E. Rosina Ferreira da Silva	Av. Des. João Machado, s/n	Alvorada	C. OESTE	99287-7032 98193-5603	99270-1050 eerferreira@seduc.net
24	E.E. Sen. Manoel Severiano Nunes	Rua 7 de Abril, 12	Alvorada II	C. OESTE	99429-8231	eeemseveriano@seduc.net
25	E.E. Solon de Lucena	Av. Constantino Nery, s/n	São Geraldo	C. SUL	99512-9068	99279-9576 eesolondlucena@seduc.net
26	E.E. Thome de Medeiros Raposo	Rua 3, nº 01, Conj. Hiléia I	Redenção	C. OESTE	99345-2042	eeetdmedeiros@seduc.net
27	E.E. Vicente Telles de Souza	Av. Constantino Nery, s/n	São Geraldo	C. SUL	99167-7252	99282-1055 eevicentetelles@seduc.net
28	E.E. Prof. Waldir Garcia	Av. João Paulo I, s/n	Alvorada	C. OESTE	99230-6395	99285-9158 eewaldirgarcia@seduc.net
29	E.E.T.I Almirante Barroso	Vila Amazonas, s/n	N.S. das Graças	C. SUL	99157-2257	99146-1417 eealmirantebarroso@seduc.net
30	E.E.T.I Altair Severiano Nunes	Rua Altair Severiano Nunes, s/n, Conjunto Eldorado	Parque 10	C. SUL	9222-3411	99106-0308 eeeserivanonunes@seduc.net
31	E.E.T.I Francisca Botinelly Cunha e Silva	Av. Pedro Teixeira, s/n	Dom Pedro	C. OESTE	99202-7085	99109-5869 eeefbotinelly@seduc.net
32	E.E.T.I Gonçalves Dias	Av. Dom Pedro I, s/n	Dom Pedro	C. OESTE	99114-0310	99336-5452 eeegoncalvesdias@seduc.net
33	E.E.T.I N.S. das Graças	Rua Libertador, 55	N.S. das Graças	C. SUL	99167-9464	99212-9435 eeensdasgracas@seduc.net
34	E.E.T.I. Prof. Leonor Santiago Mourão	Quadra F, Conj. Manauense, s/n	N.S. das Graças	C. SUL	98114-7789	99158-0085 eeleonorsantiago@seduc.net
35	E.E.T.I Santa Terezinha	Av. Efigênio Sales, s/n, BC	Adrianopolis	C. SUL	98841-2646	99273-4478 eeesterezinha@seduc.net
36	E.E.T.I Sen. Petronio Portella	Av. Bartolomeu Bueno da Silva, s/n	Dom Pedro	C. OESTE	98211-8973	99261-5254 eeportella@seduc.net
37	E.E. Ten Cel. Candido Jose Mariano (Nilton Lins - CPMV)	Rua Prof. Nilton Lins s/n - BL I	Pq das Laranjeiras	Centro Oeste	98144-9771	eeetencelcandidojosemariano@seduc.net
38	Centro de Atendimento Ed. Esp. Mayara Redman Abdel Aziz	Rua Paraiba, 903	Adrianópolis	C. Sul	99244-9758	eeemayararedman@seduc.net
39	Colégio Esp. Marília Barbosa	Rua Monte Carlo nº 09	Conj. Campos Eliseu	C.Oeste	99994-0203 / 3238-2741	jo.salins@hotmail.com barbaragmcastro@gmail.com
40	Inst. Filippo Smaidone	Av. Tóquio nº 100	Conj. Campos Eliseu	C.Oeste	98210-6554	99165-5658

COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 04							
Endereço da Coordenadoria: AV. BRASIL, 460 - SANTO ANTONIO							
Coordenador (a) Distrital: JOÃO BATISTA COSTA RIBEIRO							
Coordenador (a) Adjunto Administrativo: JOSINETE COSTA VICENTE PICANÇO							
Coordenador (a) Adjunto Pedagógica: (Ens. Fundamental I): FRANCILENE SOARES CUNHA							
Coordenador (a) Adjunto Pedagógica: (Ens. Fundamental II) : JOÃO LUCIO CAMPOS DA SILVA							
Coordenador (a) Adjunto Pedagógica: (Ensino Médio) : KAMILA OTAWIA DE ARAUJO QUEIROZ							
Nº	Escola	Endereço	Bairro	Zona	Contato Institucional		Email- ESCOLA
1	E.E. ANTÔNIO BITTENCOURT	RUA ANTÔNIO BITTENCOURT, 72	GLÓRIA	OESTE	99484-2001	99411-8395	eeantoniobittencour@seduc.net
2	E.E. GOVENADOR MELO E PÓVOAS	RUA COM. MATOS AREOSA, S/Nº	SNT ANTONIO	OESTE	99483-9015	99410-9932	eeempovoas@seduc.net
3	E.E. JOANA RODRIGUES	RUA LOURIVAL MUNIZ, 514	GLÓRIA	OESTE	99480-5302	99403-5222	eejoanarodrigues@seduc.net
4	E.E. LIBERALINA WEILL	RUA COM. J. G. ARAÚJO, 657	SNT ANTONIO	OESTE	99518-8404	99398-1961	eeliberalinaweill@seduc.net
5	E.E. MARQUÊS DE SANTA CRUZ	RUA VIRGÍLIO RAMOS, S/Nº	SÃO RAIMUNDO	OESTE	99512-8404	99397-8557	eedmsantacruz@seduc.net
6	E.E. NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	RUA LOURIVAL MUNIZ, 370	GLÓRIA	OESTE	99509-6906	99393-3842	eensdagloria@seduc.net
7	E.E. OLAVO BILAC	RUA 5 DE SETEMBRO, 82	SÃO RAIMUNDO	OESTE	99508-0861	99392-3601	eeolavobilac@seduc.net
8	E.E. PEDRO SILVESTRE	RUA RIO BRANCO, S/Nº	SÃO RAIMUNDO	OESTE	99507-2353	99428-0571	eesilvestre@seduc.net
9	E.E. SANTO ANTÔNIO	RUA PE. FRANCISCO, S/Nº	SNT ANTONIO	OESTE	99505-3648	99427-9364	eesantoantonio@seduc.net
10	E.E. SÃO LUIZ DE GONZAGA	RUA 5 DE SETEMBRO, S/Nº	SÃO RAIMUNDO	OESTE	99504-2469	99425-7799	eesldgonzaga@seduc.net
11	CETI ÁUREA PINHEIRO BRAGA	AV. BRASIL, S/Nº	COMPENSA III	OESTE	99281-2517	99424-7064	cetiabraga@seduc.net
12	E.E. AGNELLO BITTENCOURT	RUA DO CAMPO, S/Nº	SANTO AGOSTINHO	OESTE	99278-5037	99424-0546	eeagnelob@seduc.net
13	E.E. AMÉLIA BITTENCOURT CARDINALE	RUA 24 DE MAIO, S/Nº	COMPENSA II	OESTE	99537-5546	99422-4975	eeabcdinale@seduc.net
14	E.E. BENJAMIN MAGALHÃES	RUA BELO HORIZONTE, S/Nº	COMPENSA II	OESTE	99537-9905	99420-5639	eebmagalhaes@seduc.net
15	E.E. DUQUE DE CAXIAS	RUA BELÉM, 370	COMPENSA II	OESTE	99536-6910	99418-5901	eeddcaxias@seduc.net
16	ANEXO E.E. CEL PEDRO	RUA RIO TAPI, 411	SANTO AGOSTINHO	OESTE	99360-3657	99382-9982	cmpm8@seduc.net
17	E.E. CEL PEDRO CAMARA	TRAVESSA 3, S/Nº	COMPENSA II	OESTE	99360-3657	99382-9982	cmpm8@seduc.net
18	E.E. JOÃO BOSCO P.	RUA PADRE AGOSTINHO,	COMPENSA II	OESTE	99370-7956	99430-3262	eejbvangelista@seduc.net
19	E.E. JÚLIA BITTENCOURT	AV. BRASIL, S/Nº	COMPENSA I	OESTE	99369-4008	99391-3549	eejbittencourt@seduc.net
20	E.E. PADRE PEDRO	RUA BELO HORIZONTE, S/Nº	COMPENSA I	OESTE	99367-1659	99390-4964	eeppgislandy@seduc.net
21	E.E. SEN. FLÁVIO DA COSTA BRITO	RUA ARMANDO CUNHA, CJ. RIO XINGÚ, S/Nº	COMPENSA II	OESTE	99366-3558	99389-2112	eesfdacosta@seduc.net
22	E.E. WALDEMIRO PERES	RUA T, 06, 33 B	COMPENSA III	OESTE	99366-2785	99388-6994	eewaldemiroperes@seduc.net
23	E.E. ALFREDO FERNANDES	RUA Y, S/Nº - PLANALTO	NOVA ESPERANÇA	OESTE	99356-3785	99382-9813	eeafernandes@seduc.net
24	E.E. ANTÔNIO DA ENCARNAÇÃO FILHO	AV. DES. JOÃO MACHADO, 211	LIRIO DO VALE	OESTE	99355-4977	99382-4171	eeaecarnacao@seduc.net
25	E.E. FUETH PAULO MOURÃO	RUA BRASIL, S/Nº	SÃO JORGE	OESTE	99352-5166	99381-8162	eefuethpmourao@seduc.net
26	E.E. GENERAL SAMPAIO	RUA BENJAMIN LIMA, S/Nº	SÃO JORGE	OESTE	99351-6644	99376-4402	eegsampaio@seduc.net
27	E.E. IRMÃ ADONAI POLITI	RUA DA PATRIA, S/N	VILA DA PRATA	OESTE	99535-1695	99370-8119	eeadonaipolit@seduc.net
28	E.E. ISAAC BENAYON SABBÁ	RUA SEN. CUNHA MELO, 77	SÃO JORGE	OESTE	99535-0700	99529-5049	eeisaacbenayon@seduc.net
29	E.E. ITACYARA NOGUEIRA	RUA 02, QD. 10, S/Nº	PLANALTO	OESTE	99534-1558	99528-2872	eeitacyaranpinho@seduc.net
30	E.E. MARECHAL HERMES	AV. VALE DO PÓ, S/Nº - CJ.	NOVA ESPERANÇA	OESTE	99533-1139	99526-3363	eehhermes@seduc.net
31	E.E. PRESIDENTE CASTELO BRANCO	TRAV. ADERSON DE MENEZES, S/Nº	SÃO JORGE	OESTE	99532-1134	99525-1141	eecastelobranco@seduc.net
32	E.E. PROFº JOSÉ RIBAMAR	RUA 6, QD. 6, CJ. AUGUSTO	LIRIO DO VALE	OESTE	99416-3060	99524-7195	eejribamar@seduc.net
33	E.E. SAMSUNG AMAZONAS	ÁREA DE PROT. AMBIENTAL-	ZONA RURAL	OESTE	99415-5098	99479-6051	eesamsungamazonas@seduc.net
34	E.E. ZULMIRA BITTENCOURT	RUA SÃO CRISTÓVÃO, S/Nº	SÃO JORGE	OESTE	99412-7550	99524-6943	eezbittencourt@seduc.net

COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 05							
Endereço da Coordenadoria: Endereço: Av. Autaz Mirim, 9018, Novo Aleixo.							
Coordenador (a) Distrital: Francisca Cunha Lima							
Coordenador (a) Adjunto Administrativo: Aurillex Silva Moreira							
Coordenador (a) Adjunto Pedagógica: (Ens. Fundamental I): Luziray da Silva Oliveira							
Coordenador (a) Adjunto Pedagógica: (Ens. Fundamental II) : Maria de Fatima Freitas de Souza							
Coordenador (a) Adjunto Pedagógica: (Ensino Médio) : Marina da Silva Aguiar							
Nº	Escola	Endereço	Bairro	Zona	Contato Institucional		Email- ESCOLA
1	E.E. Antonio Nunes Jimenez	Rua Antenor Cavalcante, s/n	Zumbi dos Palmares	Leste	99318-9315	99286-6423	eeanjimenezes@seduc.net
2	E.E. Aristoteles Comte Alencar	Av. Pres. Medici, 500	Coroado III	Leste	99146-0113	99292-2777	eeacalencar@seduc.net
3	E.E. Aurea Pinheiro Braga -	Av. Perimetral	Grande vitória	Leste	99156-8318	99230-7512	eeareabraga@seduc.net
4	E.E. Cacilda Braule Pinto	Rua São Pedro, s/n	Coroado II	Leste	99150-1058	99294-1481	eebraulep@seduc.net
5	E.E. Benedito Almeida	Rua Encontros da Águas, s/n	Mauzinho	Leste	99154-0977	99256-4831	eebenedito.almeida@seduc.net
6	E.E. Jairo da Silva Rocha	Rua Raul Pavon, s/n	São Jose IV	Leste	99186-4837	99135-0687	eejairodsilva.rocha@seduc.net
7	E.E. Dep. Josue Claudio de Souza	Av. Beira Rio, s/n	Coroado III	Leste	99144-7839	99305-9482	eejcdsouza@seduc.net
8	E.E. Dom Jackson Damasceno Rodrigues	R 23, Qd. H, Col. do Aleixo, s/n, São José I	S.J. Operário	Leste	99168-3574	99121-1872	eedomjackson@seduc.net
9	E.E. Dr. Isaac Swerner	Rua J, Etapa B, 79, São José II	S.J. Operário	Leste	99169-3458	99126-0035	eeisaacswnerner@seduc.net
10	E.E. Ernesto Penafort	Rua Marginal, s/n, São José II	S.J. Operário	Leste	99189-8325	99129-6110	eeepenafort@seduc.net
11	E.E. Gilberto Mestrinho	Rua Danilo de Matos Areosa, s/n	Col. A. Aleixo	Leste	99333-1572	99286-0057	eegmestrinho@seduc.net
12	E.E. Manoel Antonio de Souza	Rua Getúlio Vargas, s/n	Col. A. Aleixo	Leste	99338-0914	9928-41191	eemanuelantonio@seduc.net
13	E.E. Manoel Rodrigues de Souza	Rua Itacolomy, s/n	A. Mendes	Leste	99307-7895	99283-4556	eemanuelrodrigues@seduc.net
14	E.E. Maria Arminda	Rua Pedro Teixeira, 500	Coroado	Leste	99203-9236	99140-0273	eeaguimaraes@seduc.net
15	E.E. Maria Madalena Santana de Lima	Rua J. Qd. 33, s/n	A. Mendes	Leste	99314-7539	99275-2284	eeemadalena@seduc.net
16	E.E. Pe. Luis Ruas	Rua Bom Jesus, 1760, Zumbi	Z. dos Palmares	Leste	99316-4653	99272-9457	eepluisruas@seduc.net
17	E.E. Prof. Antônio Maurity Monteiro Coelho	Rua Atilio Pedrosa, 22, Ouro Verde	Coroado	Leste	99144-3217	99308-8930	eeamaurity@seduc.net
18	E.E. Prof. Cleomenes do	Rua 10, com Rua Elson, s/n	J. T. - IV Etapa	Leste	99165-9384	99252-4275	eeecleomenesdocarmo@seduc.net
19	E.E. Prof. Demostenes D. de Araújo Travessa	Rua Nova Esperança n 73	J.T. etapa IV	Leste	99162-9469	99226-7626	eeprofdemostenestravessa@seduc.net
20	E.E. Prof. Ernane	Av. Perimetral	Grande vitória	Leste	99161-0881	99232-7444	eeernanesimao@seduc.net
21	E.E. Prof. Jorge Karan Neto	Rua Tucano, 364	Tancredo Neves	Leste	99180-7842	99135-1861	eejkaranneto@seduc.net
22	E.E. Prof. Reinaldo	Rua Presidente Medici	Coroado	Leste	99170-2445	99120-6831	eerthompson@seduc.net
23	Trindade da Rocha	Rua 12 A, 4ª Etapa, 100	S.J. Operario	Leste	99187-1254	99128-1804	eebernardete@seduc.net
24	E.E. Profª Cecilia Ferreira da Silva	Rua Hortelã, 9 (João Paulo)	Jorge Teixeira	Leste	99161-9730	99241-5176	eececilia.ferreira@seduc.net
25	E.E. Profª Maria Teixeira	Rua Drª. Didia, s/n, Zumbi II	Z. dos Palmares	Leste	99323-6020	99288-0373	eeemteixeiragoes@seduc.net
26	E.E. Profª. Myrthes Marques	Av. Beira Rio, 82	Coroado	Leste	99174-5228	99115-5541	eeemyrthesmarques@seduc.net
27	E.E. Rilton Leal Filho	Rua J. Qd. 33, s/n	A. Mendes	Leste	99308-2261	99283-4503	eeriltonleal@seduc.net
28	EE Rofran Belchior	Rua Amazonino Mendes,	Tancredo Neves	Leste			ee-rofranbelchior@seduc.net
29	E.E. Roderick de Castelo	Rua 12 A, s/n, São José IV	S.J. Operario	Leste	99183-2535	99106-0719	eeroderickbranco@seduc.net
30	E.E.T.I Engº Prof. Sergio	Rua Uirapuru s/n	Cidade de Deus	Leste	99164-5049	99241-6298	cetisergioalfredo@seduc.net
31	E.E.T.I Elisa Bessa Freire (CETI)	Rua Itaúba, s/n	Jorge Teixeira IV	Leste	99152-5359	99240-2228	cetiebessa@seduc.net
32	E.E.T.I. Irma Gabrielle	Rua Barroso, s/n	Puraquequara	Leste	99330-3471	9928-82735	eeircogels@seduc.net
33	E.E.T.I. Profª Cinthia Régia	Rua da Raquete, s/n	Nova Vitoria	Leste	99153-2439	99227-6435	ceticregia@seduc.net
34	E.E. Vasco Vasques	Rua Nova Esperança, s/n	Jorge Teixeira	Leste	99167-2634	99252-1136	eevascovasques@seduc.net

COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 06							
Endereço da Coordenadoria: Av. Max Teixeira, Nº 1041, Cidade Nova							
Coordenador (a) Distrital: JOSÉ AUGUSTO CORDEIRO BARA FILHO							
Coordenador (a) Adjunto Administrativo: KENIO SILVA ALEXANDRE							
Coordenador (a) Adjunto Pedagógica:(Ens. Fundamental I): VALQUIRIA DA SILVA MONTEIRO							
Coordenador (a) Adjunto Pedagógica:(Ens. Fundamental II): BARBARA MARIA SILVA CORRÊA							
Coordenador (a) Adjunto Pedagógica:(Ensino Médio): VINICIUS FARIA OLIVEIRA							
Nº	Escola	Endereço	Bairro	Zona	Contato Institucional		Email- ESCOLA
1	E.E. PROF.ª RUTH PRESTES GONÇALVES	Av. Noel Nutels, s/n, Cidade Nova	Cidade Nova	Norte	99102-3236	99285-1441	acruthprestes@seduc.net
2	C. E. T. I. MARCANTONIO VILAÇA II	Av. Max Teixeira. S/n, Cidade Nova	Cidade Nova	Norte	99300-8324	99247-6360	cetimvilaca@seduc.net
3	E. E. BELARMINO ALVES	Rua Junqueira, s/n Conj.	Cidade Nova III	Norte	99102-2780	99282-2486	eebmarreiro@seduc.net
4	E. E. CID CABRAL DA SILVA	Rua M, s/n Jd. Canaranas II, Cidade Nova	Cidade Nova II	Norte	99343-4926	99284-4253	eecidcabral@seduc.net
5	E. E. DESEMB. ANDRE VIDAL	Av. Timbiras, s/n, Cidade Nova	Cidade Nova I	Norte	99295-4420	99247-1302	eeavdaraujo@seduc.net
6	E. E. DOM JOÃO DE SOUZA LIMA	Av. Timbiras, 1154, Cidade Nova	Cidade NovaII	Norte	99342-0954	99279-9957	eedomjoaodsouza@seduc.net
7	E. E. DOM MILTON CORRÊA	Av. Perimetral, s/n, Núc. 11,	Cidade NovaIII	Norte	99336-7053	99276-9531	eedommilton@seduc.net
8	E. E. DR. JOSÉ MILTON BANDEIRA	Rua 7, s/n, Monte Sinai, Cidade Nova	Cidade Nova	Norte	99332-8550	99276-3132	eejmbandeira@seduc.net
9	E. E. ELIRA PINHEIRO	Rua Bem-te-vi, s/n, N. Sra.	sa Senhora de Fátima	Norte	99332-2334	99274-9424	eeelirapinho@seduc.net
10	E. E. ENG.º ARTHUR SOARES AMORIM	Rua Carire, 60, Núc. 16, Cidade Nova	Cidade NovaIII	Norte	99330-7924	99274-2276	eeasamorim@seduc.net
11	E. E. FRANCISCA DE PAULA	Rua 51, s/n, qd. 65 Conj.	Cidade Nova	Norte	99327-3254	99273-1445	eefdpaula@seduc.net
12	E.E. FREI MARIO MONACELLI	Av. Grande Circular Trecho II, s/n, Alfredo Nascimento	Alfredo Nascimento	Norte	99292-8869	99190-6316	eefreimario@seduc.net
13	E. E. HOMERO DE MIRANDA	Av. Atroaris, s/n, Renato	Cidade Nova	Norte	99326-7534	99269-3290	eehdmeao@seduc.net
14	E. E. LETICIO DE CAMPOS	Rua das Colheireiras, s/n,	Cidade Nova	Norte	99322-1841	99267-6388	eeleticiodantas@seduc.net

ANEXO B – Lista das Escolas sorteadas para a realização das entrevistas

Nome	Zona
1. Escola Estadual Homero de Miranda Leão	Norte
2. Escola Estadual Prof. Octavio Mourão	Norte
3. Escola Estadual Antogildo Pascoal Viana	Norte
4. Escola Estadual Prof. Dorval Varella Moura	Norte
5. Escola Estadual Antônio Lucena Bittencourt	Sul
6. Escola Estadual Senador Cunha Melo	Sul
7. Escola Estadual Farias Brito	Sul
8. Escola Estadual Prof. Diana Pinheiro	Sul
9. Escola Estadual Senador Antóvilva Mourão Vieira	Sul
10. Escola Estadual Vicente Telles de Souza	Centro-Sul
11. Escola Estadual Padre Luís Ruas	Leste
12. Escola Estadual Prof. Cleomenes do Carmo Chaves	Leste
13. Escola Estadual Manoel Antônio de Souza	Leste
14. Escola Estadual Marechal Hermes	Oeste
15. Escola Estadual Agnello Bittencourt	Oeste
16. Escola Estadual Prof. Júlio Cesar de Moraes Passos	Norte
17. Escola Estadual Prof. ^a Adelaide Tavares de Macedo	Centro-Oeste
Escolas reservas: Escola Estadual Raimundo Gomes Nogueira; Escola Professora Josephina de Mello; Escola Estadual Antonio Nunes Jimenez; Escola Estadual Gilberto Mestrinho; Escola Estadual Eliana Socorro Pacheco Braga; Escola Estadual Professora Ruth Prestes Gonçalves; Escola Estadual Dr. José Milton Bandeira; Escola Estadual Professor Sebastião Augusto Loureiro Filho; Escola Estadual Professor Samuel Benchimol; Escola Estadual Coronel Pedro Câmara; Escola Estadual Leopoldo Neves; Escola Estadual Dorval Porto; Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida; Escola Estadual Paula Angela Frassinetti; Escola Estadual Sant'Ana	

ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) Sr. (a),

Nós, pesquisadores, gostaríamos de convidar o(a) adolescente sob sua responsabilidade para participar do estudo “Experiência adversa na adolescência – um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de trabalho infantil em Manaus, Amazonas”. Informamos que o(a) adolescente só irá participar com sua permissão. Na pesquisa, pretendemos estimar a prevalência de trabalho infantil como experiência adversa na adolescência; descrever o perfil de ocorrência do trabalho infantil entre adolescentes; e analisar a distribuição do trabalho infantil de acordo com características individuais, sociodemográficas, estrutura familiar e outras experiências adversas na adolescência. Gostaríamos muito de contar com o seu consentimento, mas você não é obrigado(a) a autorizar e não tem problema se desistir, pois a participação é voluntária e não envolverá gastos ou ganhos. Outros adolescentes participantes desta pesquisa têm de 12 a 17 anos de idade. A pesquisa será conduzida por um(a) pesquisador(a), no próprio ambiente escolar, em local reservado. Para isso será usado um questionário com perguntas sobre a escola, sobre o(a) adolescente, a família, trabalho e outras experiências na adolescência. A entrevista deve durar no máximo 20 minutos. O questionário é considerado seguro, mas é possível que durante o preenchimento, o(a) adolescente possa sentir a privacidade invadida; constrangimento; desconforto; vergonha; medo ou até mesmo cansaço ao responder às perguntas. Caso aconteça algo errado e o(a) adolescente tenha qualquer um dos sentimentos descritos acima, ele(a) terá liberdade de não responder ou interromper a entrevista a qualquer momento e você poderá nos procurar pelos contatos que estão no final do texto. O seu consentimento e a participação do(a) adolescente é muito importante, pois por meio da identificação de ocorrência de trabalho infantil, conseguiremos garantir o acesso ao sistema de garantias de direito; possibilidade de inclusão nos programas de aprendizagem e formulação de políticas e ações para a erradicação do trabalho infantil em Manaus. As informações do(a) adolescente ficarão sob sigilo, ninguém saberá que ele(a) está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que ele(a) nos der, pois as informações serão coletadas e armazenadas, sem o nome ou qualquer outro tipo de identificação, em um serviço de armazenamento em nuvem com acesso restrito à coordenadora da pesquisa. As informações fornecidas serão totalmente confidenciais, e analisadas em conjunto com as respostas dos outros adolescentes. É assegurado a você e ao adolescente o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa. Asseguramos também a você e ao adolescente o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no

estudo, pelo tempo que for necessário. Os resultados da pesquisa serão publicados em revistas e eventos científicos, mas sem identificar dados pessoais, vídeos, imagens ou áudios dos adolescentes.

Consentimento Pós-Informado

Eu, _____
 responsável legal por _____,
 concordo com a sua participação na pesquisa “Experiência adversa na adolescência – um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de trabalho infantil em Manaus, Amazonas”. Entendi as coisas ruins e boas que podem acontecer com ele(a). Entendi que posso dizer “sim” e concordar com a participação, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir. Os pesquisadores esclareceram minhas dúvidas e recebi uma cópia deste termo.

Manaus, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do responsável legal

Nathália França de Oliveira

Profa. Dra. Nathália França de Oliveira
Coordenadora da pesquisa

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:	
Profa. Dra. Nathália França de Oliveira Coordenadora da pesquisa	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (CEP/UEA)
Universidade do Estado do Amazonas (ESA/UEA) Av. Carvalho Leal, 1777 – Cachoeirinha CEP 69065-001 Manaus/AM Tel.: (92) 98145-4408 E-mail: nfoliveira@uea.edu.br.	Av. Carvalho Leal, 1777 – Cachoeirinha CEP 69065-001 Manaus/AM Telefone: 3878-4368 E-mail: cep@uea.edu.br.

ANEXO D - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) jovem,

Nós, pesquisadores, convidamos você a participar do estudo “Experiência adversa na adolescência – um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de trabalho infantil em Manaus, Amazonas”. Informamos que seu pai/mãe ou responsável legal permitiu a sua participação. Pretendemos estimar a prevalência de trabalho infantil como experiência adversa na adolescência; descrever o perfil de ocorrência do trabalho infantil entre adolescentes; e analisar a distribuição do trabalho infantil de acordo com características individuais, sociodemográficas, estrutura familiar e outras experiências adversas na adolescência. Gostaríamos muito de contar com você, mas você não é obrigado a participar e não tem problema se desistir, sua participação é voluntária e não envolverá gastos ou ganhos. Outros adolescentes participantes desta pesquisa têm de 12 a 17 anos de idade. A pesquisa será conduzida por um pesquisador, no próprio ambiente escolar, em local reservado. Para isso será usado um questionário com perguntas sobre a escola, você, sua família, trabalho e outras experiências na adolescência. A entrevista deve durar no máximo 20 minutos. O questionário é considerado seguro, mas é possível que durante o preenchimento, você poderá sentir sua privacidade invadida; constrangimento; desconforto; vergonha; medo ou até mesmo cansaço ao responder às perguntas. Caso aconteça algo errado e você tenha qualquer um dos sentimentos descritos acima. Você terá liberdade para não responder ou para interromper a entrevista a qualquer momento e seus pais ou responsáveis poderão nos procurar pelos contatos que estão no final do texto. A sua participação é muito importante, pois por meio da identificação de ocorrência de trabalho infantil, conseguiremos garantir o acesso ao sistema de garantias de direito; possibilidade de inclusão nos programas de aprendizagem e formulação de políticas e ações para a erradicação do trabalho infantil em Manaus. As suas informações ficarão sob sigilo, ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der, pois as informações serão coletadas e armazenadas, sem o seu nome ou qualquer outro tipo de identificação, em um serviço de armazenamento em nuvem com acesso restrito à coordenadora da pesquisa. As informações fornecidas serão totalmente confidenciais, e analisadas em conjunto com as respostas dos outros participantes. É assegurado a você o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa. Asseguramos também a você o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo, pelo tempo que for necessário. Os resultados da pesquisa serão publicados em revistas e eventos científicos, mas sem identificar dados pessoais, vídeos, imagens ou

áudios dos adolescentes.

Consentimento Pós-Informado

Eu _____
 aceito participar da pesquisa “Experiência adversa na adolescência – um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de trabalho infantil em Manaus, Amazonas”. Entendi as coisas ruins e boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ficar com raiva/chateado comigo. Os pesquisadores esclareceram minhas dúvidas e conversaram com meus pais ou responsáveis legais. Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e quero/concordo em participar da pesquisa.

Manaus, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Adolescente

Nathália França de Oliveira

Profa. Dra. Nathália França de Oliveira
Coordenadora da pesquisa

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:	
Profa. Dra. Nathália França de Oliveira Coordenadora da pesquisa	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (CEP/UEA)
Universidade do Estado do Amazonas (ESA/UEA) Av. Carvalho Leal, 1777 – Cachoeirinha CEP 69065-001 Manaus/AM Tel.: (92) 98145-4408 E-mail: nfoliveira@uea.edu.br.	Av. Carvalho Leal, 1777 – Cachoeirinha CEP 69065-001 Manaus/AM Telefone: 3878-4368 E-mail: cep@uea.edu.br.

ANEXO E – Instrumento de coleta dos dados



Secretaria de
Desenvolvimento
Acadêmico, Gestão,
Tecnologia e Inovação



Para preenchimento da equipe de pesquisa:				
ID_QUEST (preenchimento do digitador)	Data da Coleta	Hora Início	Hora Fim	Entrevistador(a)
	___/___/2023	_:__	_:__	
Escola:				
Zona: 1 <input type="checkbox"/> Centro - Oeste 2 <input type="checkbox"/> Centro - Sul 3 <input type="checkbox"/> Leste 4 <input type="checkbox"/> Norte 5 <input type="checkbox"/> Oeste 6 <input type="checkbox"/> Sul				
Turma: 1 <input type="checkbox"/> 6º ano do Ensino Fundamental II 2 <input type="checkbox"/> 7º ano do Ensino Fundamental II 3 <input type="checkbox"/> 8º ano do Ensino Fundamental II 4 <input type="checkbox"/> 9º ano do Ensino Fundamental II 5 <input type="checkbox"/> 1º ano do Ensino Médio 6 <input type="checkbox"/> 2º ano do Ensino Médio 7 <input type="checkbox"/> 3º ano do Ensino Médio				
Turno: 1 <input type="checkbox"/> Matutino 2 <input type="checkbox"/> Vespertino				
A cooperação do(a) aluno(a) foi: 1 <input type="checkbox"/> Excelente 2 <input type="checkbox"/> Boa 3 <input type="checkbox"/> Razoável 4 <input type="checkbox"/> Fraca				
ENTREVISTADOR(A) - ATENÇÃO				
<ul style="list-style-type: none"> • Marque todos os itens abaixo com um (X) na opção escolhida pelo entrevistado(a); • Se o(a) entrevistado(a) quiser mudar a opção de resposta, assinale com uma seta a resposta verdadeira; • É relevante salientar o quanto a participação do(a) entrevistado(a) e respostas sinceras são importantes; • Lembre ao(a) entrevistado(a) que o questionário é anônimo e que todos os dados serão mantidos em sigilo; • Faça uma revisão cuidadosa com o(a) entrevistado(a) antes de finalizar o questionário; • Qualquer dúvida quanto ao entendimento da questão o(a) entrevistado(a) deve ser orientado a sanar com o(a) responsável pela realização da entrevista. 				
MÓDULO I – INFORMAÇÕES GERAIS				
<i>As próximas perguntas referem-se a você e a sua casa.</i>				

1. Qual é a sua idade?

- 1 12 anos
 2 13 anos
 3 14 anos
 4 15 anos
 5 16 anos
 6 17 anos

2. Qual sua identidade de gênero?

- 1 Mulher cisgênero (se identifica com o sexo que foi designado ao nascer)
 2 Homem cisgênero (se identifica com o sexo que lhe foi designado ao nascer)
 3 Mulher trans (se identifica com o gênero diferente da que lhe foi designada ao nascer)

- 4 Homem trans (se identifica com o gênero diferente da que lhe foi designada ao nascer)

- 5 Não-binário (não definem sua identidade dentro do sistema binário homem mulher)

- 6 Prefere não responder

3. Qual é a sua cor ou raça?

- 1 Branca
 2 Preta
 3 Amarela
 4 Parda

4. Você tem alguma doença que necessite tomar remédio todo dia?

- 1 Sim. Qual? _____
2 Não

5. Em qual bairro você mora?

6. Você é brasileira/brasileiro?

- 1 Sim
2 Não. País de nascimento:

7. Você nasceu em Manaus?

- 1 Sim
2 Não. Cidade de nascimento:

8. Quantas vezes por semana você vem para a escola?

- 1 1
2 2
3 3
4 4
5 5
6 6

9. Você já repetiu de ano alguma vez?

- 1 Sim (SIGA PARA A QUESTÃO 10)
2 Não (PULE PARA A QUESTÃO 11)

10. Por qual motivo reprovou? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dificuldade de aprendizagem, brincadeiras, bagunça e desinteresse

- 2 Doença
3 Trabalho
4 Mudança de endereço
5 Outro motivo: _____

11. Você já foi expulsa/expulso de alguma escola?

- 1 Sim. Por quê? _____
2 Não

12. Você mora em que tipo de residência?

- 1 Casa
2 Apartamento
3 Quinete
4 Outro: _____

13. Você saberia me dizer se a sua residência é?

- 1 Própria
2 Alugada
3 Cedida
4 Não sabe dizer

14. Quantos cômodos tem a sua residência (incluindo banheiro e cozinha)?

- cômodos

15. Você toma ou já tomou bebidas alcoólicas?

- 1 Sim
2 Não

16. Você usa ou já usou drogas?

- 1 Sim
2 Não

MÓDULO II – ESTRUTURA FAMILIAR

As próximas perguntas referem-se a sua família.

1. Atualmente, você mora com quantas pessoas (contando com você)?

- pessoas

2. Quem mora com você? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Pai
2 Mãe
3 Padrasto
4 Madrasta
5 Avô
6 Avó
7 Tios
8 Irmãos
9 Outras pessoas: _____

3. Quem é a/o principal responsável pelo sustento da sua família? (Marcar somente uma opção)

- 1 Pai
2 Mãe
3 Padrasto
4 Madrasta
5 Avô
6 Avó
7 Tio
8 Tia
9 Irmão
10 Irmã
11 Outra pessoa: _____

4. Qual é a idade da/do principal responsável pelo sustento da sua família?

- anos completos
 Não sei informar

5. A/o principal responsável pelo sustento da sua família trabalha?

- 1 Sim. Com o quê? _____
 2 Não

6. Qual é a escolaridade da/do principal responsável pelo sustento da sua família?

- 1 Não estudou
 2 Começou o ensino fundamental (ou 1º grau), mas não terminou
 3 Terminou o ensino fundamental (ou 1º grau)
 4 Começou o ensino médio (ou 2º grau), mas não terminou
 5 Terminou o ensino médio (ou 2º grau)
 6 Começou a faculdade (ensino superior), mas não terminou
 7 Terminou a faculdade (ensino superior, inclusive pós-graduação, mestrado e doutorado em curso ou terminado)
 8 Não sabe dizer

7. Sua família recebe alguma bolsa ou auxílio do governo? (Mais de um SIM pode ser marcado)

- 1 Sim. Bolsa família.
 2 Sim. Auxílio estadual.
 3 Sim. Outros: _____
 4 Não
 5 Não sabe dizer

8. Você mora com alguém que tem problemas com álcool ou que faz uso de drogas?

- 1 Sim
 2 Não
 3 Não quero responder

9. Você mora com alguém que tenha sido ou esteja preso?

- 1 Sim
 2 Não
 3 Não quero responder

10. Você tem namorada ou namorado?

- 1 Sim (SIGA PARA A QUESTÃO 11)
 2 Não (PULE PARA A QUESTÃO 12)

11. Você vive com a sua namorada ou com o seu namorado?

- 1 Sim
 2 Não

12. Você tem filhos?

- 1 Sim (SIGA PARA A QUESTÃO 13)
 2 Não (PULE PARA O MÓDULO III)

13. Que idade você tinha quando a/o sua/seu filha/o nasceu?

- anos
 Não sabe dizer

MÓDULO III – TRABALHO INFANTIL

As próximas perguntas referem-se a trabalho.

1. Em poucas palavras, na sua opinião o que é trabalho infantil?

2. Você já esteve buscando trabalho?

- 1 Sim. Quando foi a última vez?

 2 Não

TRABALHO INFANTIL EM GERAL

3. Você já trabalhou por pelo menos uma hora?

- 1 Sim (SIGA PARA A QUESTÃO 4)
 2 Não (PULE PARA A QUESTÃO 8)

4. Em que atividades? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Aprendiz
 2 Estagiário
 3 Outras: _____

5. Esse trabalho foi no último mês?

- 1 Sim
 2 Não

6. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
 2 No horário antes da escola
 3 No horário depois da escola
 4 No horário da escola
 5 Depois das 22h da noite
 6 Não sabe dizer

7. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
 2 Alimentos
 3 Roupas
 4 Transporte
 5 Moradia
 6 Outras formas _____
 7 Não ganhou nada
 8 Não quero responder

TRABALHO INFANTIL POR CONTA PRÓPRIA

8. Você já administrou ou conduziu algum tipo de negócio, grande ou pequeno, para si ou com um ou mais parceiros? (Exemplos: vender produtos, criar itens para venda, vigilância de carros, cabeleireiro(a), diarista, moto taxista, trabalho nas ruas, barbeiro, engraxando sapato etc.)

- 1 Sim (SIGA PARA A QUESTÃO 9)
 2 Não (PULE PARA A QUESTÃO 11)

9. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
 2 No horário antes da escola
 3 No horário depois da escola
 4 No horário da escola
 5 Depois das 22h da noite
 6 Não sabe dizer

10. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
 2 Alimentos
 3 Roupas
 4 Transporte
 5 Moradia
 6 Outras formas _____
 7 Não ganhou nada
 8 Não quero responder

TRABALHO INFANTIL NOS NEGÓCIOS DA FAMÍLIA

11. Você já ajudou em algum tipo de negócio da família? (Exemplos: ajudar a vender itens, criar itens para venda ou troca, limpeza do local, no caixa etc.)

- 1 Sim (SIGA PARA A QUESTÃO 12)
 2 Não (PULE PARA A QUESTÃO 14)

12. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
 2 No horário antes da escola
 3 No horário depois da escola
 4 No horário da escola
 5 Depois das 22h da noite
 6 Não sabe dizer

13. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
 2 Alimentos
 3 Roupas
 4 Transporte
 5 Moradia
 6 Outras formas _____
 7 Não ganhou nada
 8 Não quero responder

TRABALHO INFANTIL RURAL

14. Você já exerceu algum tipo de trabalho na roça, seja no sítio ou fazenda da família ou de outra pessoa ou ajudou a cultivar produtos agrícolas ou cuidar de animais do sítio ou fazenda da família ou de outra pessoa? (Exemplos: arar, colher, cuidar dos animais).

- 1 Sim (SIGA PARA A QUESTÃO 15)
 2 Não (PULE PARA A QUESTÃO 17)

15. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
 2 No horário antes da escola
 3 No horário depois da escola
 4 No horário da escola
 5 Depois das 22h da noite
 6 Não sabe dizer

16. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro

- 2 Alimentos
 3 Roupas
 4 Transporte
 5 Moradia
 6 Outras formas _____
 7 Não ganhou nada
 8 Não quero responder

TRABALHO INFANTIL EM OBRAS

17. Você já trabalhou em obras ou em construção de casas, terrenos ou empresas ou na reforma de sua própria casa?

- 1 Sim (*SIGA PARA A QUESTÃO 18*)
 2 Não (*PULE PARA A QUESTÃO 20*)

18. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
 2 No horário antes da escola
 3 No horário depois da escola
 4 No horário da escola
 5 Depois das 22h da noite
 6 Não sabe dizer

19. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
 2 Alimentos
 3 Roupas
 4 Transporte
 5 Moradia
 6 Outras formas _____
 7 Não ganhou nada
 8 Não quero responder

TRABALHO INFANTIL NA CAÇA/PESCA

20. Você já teve que pescar ou caçar para venda ou para consumo da sua família?

- 1 Sim (*SIGA PARA A QUESTÃO 21*)
 2 Não (*PULE PARA A QUESTÃO 23*)

21. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
 2 No horário antes da escola
 3 No horário depois da escola
 4 No horário da escola
 5 Depois das 22h da noite
 6 Não sabe dizer

22. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
 2 Alimentos
 3 Roupas
 4 Transporte
 5 Moradia
 6 Outras formas _____
 7 Não ganhou nada
 8 Não quero responder

TRABALHO INFANTIL NA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS

23. Você já teve que fabricar algum produto para vender ou usar em casa? (Exemplos: roupas, móveis, artesanato, comida etc.)

- 1 Sim (*SIGA PARA A QUESTÃO 24*)
 2 Não (*PULE PARA A QUESTÃO 26*)

24. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
 2 No horário antes da escola
 3 No horário depois da escola
 4 No horário da escola
 5 Depois das 22h da noite
 6 Não sabe dizer

25. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
 2 Alimentos
 3 Roupas
 4 Transporte
 5 Moradia
 6 Outras formas _____
 7 Não ganhou nada
 8 Não quero responder

TRABALHO INFANTIL COM CARGAS PESADAS

26. Você já trabalhou carregando itens pesados usando apenas o próprio corpo?

- 1 Sim. O que era?

(*SIGA PARA A QUESTÃO 27*)

- 2 Não (*PULE PARA A QUESTÃO 29*)

27. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
 2 No horário antes da escola
 3 No horário depois da escola
 4 No horário da escola
 5 Depois das 22h da noite

6 Não sabe dizer

28. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
 2 Alimentos
 3 Roupas
 4 Transporte
 5 Moradia
 6 Outras formas _____
 7 Não ganhou nada
 8 Não quero responder

**TRABALHO INFANTIL
 PREJUDICIAL À MORALIDADE**

29. Você já vendeu ou ajudou a vender bebidas alcoólicas?

- 1 Sim (SIGA PARA A QUESTÃO 30)
 2 Não (PULE PARA A QUESTÃO 32)

30. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
 2 No horário antes da escola
 3 No horário depois da escola
 4 No horário da escola
 5 Depois das 22h da noite
 6 Não sabe dizer

31. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
 2 Alimentos
 3 Roupas
 4 Transporte
 5 Moradia
 6 Outras formas _____
 7 Não ganhou nada
 8 Não quero responder

32. Você já trabalhou em boates, danceterias, casas noturnas ou motéis?

- 1 Sim (SIGA PARA A QUESTÃO 33)
 2 Não (PULE PARA A QUESTÃO 35)

33. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
 2 No horário antes da escola
 3 No horário depois da escola
 4 No horário da escola
 5 Depois das 22h da noite
 6 Não sabe dizer

34. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
 2 Alimentos
 3 Roupas
 4 Transporte
 5 Moradia
 6 Outras formas _____
 7 Não ganhou nada
 8 Não quero responder

**TRABALHO INFANTIL
 DOMÉSTICO**

Agora queremos saber se você já teve que fazer essas tarefas na sua casa ou na casa de outras pessoas.

35. Você já teve que cozinhar ou servir a comida? (Mais de um SIM pode ser marcado)

- 1 Sim. Foi na minha própria residência (SIGA PARA A QUESTÃO 36)
 2 Sim. Foi na residência de outras pessoas (SIGA PARA A QUESTÃO 36)
 3 Não (PULE PARA A QUESTÃO 38)

36. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
 2 No horário antes da escola
 3 No horário depois da escola
 4 No horário da escola
 5 Depois das 22h da noite
 6 Não sabe dizer

37. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
 2 Alimentos
 3 Roupas
 4 Transporte
 5 Moradia
 6 Outras formas _____
 7 Não ganhou nada
 8 Não quero responder

38. Você já teve que fazer compras? (Mais de um SIM pode ser marcado)

- 1 Sim. Foi para a minha própria residência (SIGA PARA A QUESTÃO 39)
 2 Sim. Foi para a residência de outras pessoas (SIGA PARA A QUESTÃO 39)
 3 Não (PULE PARA A QUESTÃO 41)

39. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
 2 No horário antes da escola
 3 No horário depois da escola
 4 No horário da escola
 5 Depois das 22h da noite
 6 Não sabe dizer

40. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
 2 Alimentos
 3 Roupas
 4 Transporte
 5 Moradia
 6 Outras formas _____
 7 Não ganhou nada
 8 Não quero responder

41. Você já teve que limpar uma residência? (Mais de um SIM pode ser marcado)

- 1 Sim. Foi a minha própria residência
(SIGA PARA A QUESTÃO 42)
 2 Sim. Foi a residência de outras pessoas
(SIGA PARA A QUESTÃO 42)
 3 Não *(PULE PARA A QUESTÃO 44)*

42. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
 2 No horário antes da escola
 3 No horário depois da escola
 4 No horário da escola
 5 Depois das 22h da noite
 6 Não sabe dizer

43. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
 2 Alimentos
 3 Roupas
 4 Transporte
 5 Moradia
 6 Outras formas _____
 7 Não ganhou nada
 8 Não quero responder

44. Você já teve que lavar roupa? (Mais de um SIM pode ser marcado)

1 Sim. Foi na minha própria casa *(SIGA PARA A QUESTÃO 45)*

2 Sim. Foi na residência de outras pessoas *(SIGA PARA A QUESTÃO 45)*

3 Não *(PULE PARA A QUESTÃO 47)*

45. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
 2 No horário antes da escola
 3 No horário depois da escola
 4 No horário da escola
 5 Depois das 22h da noite
 6 Não sabe dizer

46. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
 2 Alimentos
 3 Roupas
 4 Transporte
 5 Moradia
 6 Outras formas _____
 7 Não ganhou nada
 8 Não quero responder

47. Você já teve que fazer pequenos reparos? (Mais de uma opção pode ser marcada)

1 Sim. Foi na minha própria residência
(SIGA PARA A QUESTÃO 48)

2 Sim. Foi na residência de outras pessoas
(SIGA PARA A QUESTÃO 48)

3 Não *(PULE PARA A QUESTÃO 50)*

48. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
 2 No horário antes da escola
 3 No horário depois da escola
 4 No horário da escola
 5 Depois das 22h da noite
 6 Não sabe dizer

49. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
 2 Alimentos
 3 Roupas
 4 Transporte
 5 Moradia
 6 Outras formas _____
 7 Não ganhou nada

8 Não quero responder

50. Você já teve que cuidar de crianças? (Mais de um SIM pode ser marcado)

- 1 Sim. Foi na minha própria residência
(SIGA PARA A QUESTÃO 51)
2 Sim. Foi na residência de outras
pessoas (SIGA PARA A QUESTÃO 51)
3 Não (PULE PARA A QUESTÃO 53)

51. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
2 No horário antes da escola
3 No horário depois da escola
4 No horário da escola
5 Depois das 22h da noite
6 Não sabe dizer

52. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
2 Alimentos
3 Roupas
4 Transporte
5 Moradia
6 Outras formas _____
7 Não ganhou nada
8 Não quero responder

53. Você já teve que cuidar de doentes ou idosos? (Mais de um SIM pode ser marcado)

- 1 Sim. Foi na minha própria residência
(SIGA PARA A QUESTÃO 54)
2 Sim. Foi na residência de outras
pessoas (SIGA PARA A QUESTÃO 54)
3 Não (PULE PARA A QUESTÃO 56)

54. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
2 No horário antes da escola
3 No horário depois da escola
4 No horário da escola
5 Depois das 22h da noite
6 Não sabe dizer

55. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
2 Alimentos
3 Roupas
4 Transporte
5 Moradia
6 Outras formas _____
7 Não ganhou nada
8 Não quero responder

As próximas perguntas podem ser um pouco delicadas, você pode ficar à vontade caso não queira responder, mas saiba que todas as informações aqui repassadas são sigilosas e não serão compartilhadas.

TRABALHO INFANTIL NO TRÁFICO DE DROGAS

56. Você já fez parte do tráfico de drogas?

- 1 Sim. Em qual atividade?

(SIGA PARA A QUESTÃO 57)

- 2 Não (PULE PARA A QUESTÃO 59)

57. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
2 No horário antes da escola
3 No horário depois da escola
4 No horário da escola
5 Depois das 22h da noite
6 Não sabe dizer

58. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
2 Alimentos
3 Roupas
4 Transporte
5 Moradia
6 Outras formas _____
7 Não ganhou nada
8 Não quero responder

EXPLORAÇÃO SEXUAL

59. Você já recebeu algo em troca de favores sexuais?

- 1 Sim (SIGA PARA A QUESTÃO 60)
2 Não (PULE PARA A QUESTÃO 62)

60. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
 2 No horário antes da escola
 3 No horário depois da escola
 4 No horário da escola
 5 Depois das 22h da noite
 6 Não sabe dizer

61. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
 2 Alimentos
 3 Roupas
 4 Transporte
 5 Moradia
 6 Outras formas _____
 7 Não ganhou nada
 8 Não quero responder

TRABALHO INFANTIL E PORNOGRAFIA

62. Você já participou ou atuou em alguma produção pornográfica (fotos, vídeos etc.)?

- 1 Sim (*SIGA PARA A QUESTÃO 63*)
 2 Não (*PULE PARA O MÓDULO IV*)

63. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
 2 No horário antes da escola
 3 No horário depois da escola
 4 No horário da escola
 5 Depois das 22h da noite
 6 Não sabe dizer

64. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
 2 Alimentos
 3 Roupas
 4 Transporte
 5 Moradia
 6 Outras formas _____
 7 Não ganhou nada
 8 Não quero responder

MÓDULO IV – OUTRAS EXPERIÊNCIAS ADVERSAS NA ADOLESCÊNCIA

As próximas perguntas estão relacionadas a algumas situações que você pode ter ouvido ou vivenciado. São situações que podem ter acontecido com você, com os outros moradores da sua casa, ou próximo à sua casa, durante a sua vida. Você pode se sentir desconfortável com alguma pergunta, saiba que as suas respostas não serão compartilhadas. Essa entrevista é sigilosa.

VIOLENCIA INTERPESSOAL

1. Algum de seus pais ou responsáveis ou alguém que mora na sua casa já gritou, berrou, xingou, insultou ou humilhou você?

- 1 Não. Nunca
 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes
 4 Sim. Muitas vezes
 5 Não quero responder

2. Algum de seus pais ou responsáveis ou alguém que mora na sua casa já ameaçou abandonar ou expulsar você de casa, ou de fato fez isso?

- 1 Não. Nunca
 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes

- 4 Sim. Muitas vezes
 5 Não quero responder

3. Algum de seus pais ou responsáveis ou alguém que mora na sua casa já bateu, deu tapas, chutou, socou ou surrou você?

- 1 Não. Nunca
 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes
 4 Sim. Muitas vezes
 5 Não quero responder

4. Alguém já tocou ou acariciou você de uma forma sem que você quisesse?

- 1 Não. Nunca
 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes
 4 Sim. Muitas vezes
 5 Não quero responder

5. Alguém já fez com que você tocasse o corpo dele(a) de uma forma sem que você quisesse fazer isso?

- 1 Não. Nunca
 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes
 4 Sim. Muitas vezes
 5 Não quero responder

6. Alguém já tentou fazer sexo com você sem que você quisesse?

- 1 Não. Nunca
 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes
 4 Sim. Muitas vezes
 5 Não quero responder

BULLYING

7. Você já sofreu bullying?

- 1 Sim. Uma única vez (SIGA PARA A QUESTÃO 8)
 2 Sim. Poucas vezes (SIGA PARA A QUESTÃO 8)
 3 Sim. Muitas vezes (SIGA PARA A QUESTÃO 8)
 4 Não. Nunca (PULE PARA A QUESTÃO 9)
 5 Não quero responder (PULE PARA A QUESTÃO 9)

8. Qual a forma de bullying você já sofreu? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Me batiam, esbarravam em mim, era chutado(a), empurrado(a), ou trancado(a) em lugares fechados
 2 Debochavam de mim por causa da minha raça, nacionalidade ou cor da pele
 3 Debochavam de mim por causa da minha religião
 4 Debochavam de mim por meio de brincadeiras ou comentários de cunho sexual, ou gestos obscenos
 5 Era excluído(a) de atividades de propósito ou completamente ignorado(a)
 6 Debochavam de mim por causa da aparência do meu corpo ou do meu rosto
 7 Eu sofria alguma outra forma de bullying _____
 8 Não quero responder

VIOLÊNCIA URBANA

9. Você já se envolveu em uma briga física?

- 1 Não. Nunca

- 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes
 4 Sim. Muitas vezes
 5 Não quero responder

10. Você já viu ou ouviu alguém sendo espancado na sua rua ou perto de onde você mora?

- 1 Não. Nunca
 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes
 4 Sim. Muitas vezes
 5 Não quero responder

11. Você já viu ou ouviu alguém sendo esfaqueado ou levando um tiro?

- 1 Não. Nunca
 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes
 4 Sim. Muitas vezes
 5 Não quero responder

12. Você já viu ou ouviu alguém ser ameaçado(a) com uma faca ou arma de fogo na sua rua ou perto de onde você mora?

- 1 Não. Nunca
 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes
 4 Sim. Muitas vezes
 5 Não quero responder

13. Você já foi forçado a ir viver em outro lugar devido a violência no seu bairro?

- 1 Não. Nunca
 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes
 4 Sim. Muitas vezes
 5 Não quero responder

14. A sua casa já sofreu algum dano devido a violência no seu bairro?

- 1 Não. Nunca
 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes
 4 Sim. Muitas vezes
 5 Não quero responder

15. Você já foi espancado por militares, policiais, traficantes de drogas ou membros de facções?

- 1 Não. Nunca
 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes
 4 Sim. Muitas vezes

5 Não quero responder

16. **Algum familiar ou amigo(a) seu já foi morto ou espancado por militares, policiais, traficantes de drogas ou membros de facções?**

- 1 Não. Nunca
2 Sim. Uma única vez
3 Sim. Poucas vezes
4 Sim. Muitas vezes
5 Não quero responder

Agradecemos a sua participação na pesquisa. Porém, temos uma última pergunta para você! Quais são os seus planos para daqui 5 anos?



ANEXO F – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade do Estado do Amazonas

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Experiência adversa na adolescência - um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de trabalho infantil em Manaus, Amazonas.

Pesquisador: Nathália França de Oliveira

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 60857522.9.0000.5016

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Patrocinador Principal: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.734.226

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: Experiência adversa na adolescência - um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de trabalho infantil em Manaus, Amazonas.

Pesquisador: Nathália França de Oliveira

Área Temática: Ciências da Saúde

Versão:3

CAAE:60857522.9.0000.5016

Instituição Proponente: Universidade do Estado do Amazonas

Patrocinador Principal: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

Número do Parecer: 5.728.665

Número do Parecer Anterior: 5.689.356

Data do Parecer Anterior: 21/10/2022

Número de participantes: 661

DETALHAMENTO DO PROJETO:

As informações contidas nos campos “Apresentação do Projeto”, “Objetivo da Pesquisa” e “Avaliação dos Riscos e Benefícios” foram obtidas do documento contendo as Informações Básicas da Pesquisa.

1. INTRODUÇÃO

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 5.734.226

A violência contra crianças e adolescentes consiste em um problema de saúde pública mundial. Estima-se que um bilhão de crianças entre dois e dezessete anos de idade tenham sofrido violência física, sexual, psicológica ou negligência em 2015 (HILLIS, 2016). Mais de 1,3 milhões de pessoas em todo o mundo morrem anualmente como resultado da violência, a quarta principal causa de morte de pessoas com idade entre 15 e 44 anos (WHO, 2014). Esse grupo vulnerável sofre repercussões físicas, psicológicas e de outras ordens (MINAYO, 2005). Em 2019, o Brasil registrou cerca de 156 mil casos de violência contra esse público. No Amazonas, foram mais de 3 mil notificações. Manaus apresenta uma taxa de aproximadamente 195 casos por 100 mil crianças e adolescentes. Dentre as formas mais comuns, tem-se a violência intrafamiliar, na forma de abandono, maus-tratos e negligência. As Experiências Adversas na Infância ou na Adolescência (EAIA) são eventos ou situações altamente estressantes que acontecem durante a infância e/ou adolescência são definidas como quaisquer tipos de perpetrções de violência ou atos de omissão, além de um conjunto de situações que podem tornar disfuncional o ambiente familiar (PEREIRA; VIANA, 2021a). Brietzke et al. (2012) afirmam que a exposição ao trauma principalmente na infância pode resultar em diversas alterações neuro estruturais, como a redução do hipocampo e do corpo caloso. O desempenho e funcionamento cognitivos também estão alterados nessa população. Geralmente, essas experiências estão relacionadas a um risco aumentado de desenvolver distúrbios mentais como depressão, transtorno bipolar, esquizofrenia e abuso de substâncias. O reconhecimento dessa questão como problema é relativamente recente (MARTINS; MELLO-JORGE, 2009), especialmente quanto ao trabalho infantil. Trata-se de uma questão complexa e multifatorial, que demanda a atuação em rede e a articulação entre as diferentes esferas. A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu 2021 como o Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil e ressaltou a importância das Convenções n. 138 e n. 182, ambas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tratam sobre a idade mínima para o trabalho e as piores formas de trabalho infantil. Nesse sentido, o item 8.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 prevê o compromisso de eliminar o trabalho precoce em todas as formas até 2025, e imediatamente as piores (BRASIL, 2008). A OIT considera como trabalho infantil aquele realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima estabelecida no país. O não trabalho antes da idade adequada é um direito fundamental. No Brasil, veda-se o trabalho antes de dezesseis anos de idade. Como exceção, admite-se o contrato de aprendizagem a partir dos quatorze. Porém, até completar dezoito anos de idade, há limitações. Tais restrições abrangem o labor noturno, em atividades penosas, insalubres, perigosas ou que, por sua natureza ou circunstâncias de realização, gere prejuízos ao

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 5.734.226

desenvolvimento físico, psicológico, social e moral. Independe se é atividade econômica ou de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remunerada ou não (BRASIL, 2019). Entende-se que o meio escolar facilita a identificação de situações de violências contra crianças e adolescentes, sobretudo quando ocorrem no meio doméstico. Isso porque propicia o diálogo com o público que, paralelamente ao exercício de alguma atividade laboral, frequenta o ambiente escolar. Outro facilitador são as ações de busca ativa, que envolvem visitas domiciliares e demais atividades de verificação dos motivos pelos quais os estudantes apresentam baixo rendimento ou índice de faltas à escola considerável, a ponto de resultar em um quadro de abstenção ou evasão escolar. O enfrentamento da violência exige atuação em rede, conjugada, articulada, solidária e cooperativa entre organizações que negociam e partilham recursos (BRASIL, 2010). Assim, permite-se o diálogo institucional e a formulação de políticas públicas. Trata-se da integralidade de atenção, defesa, proteção e garantia de direitos das crianças, adolescentes e famílias em situação de violência (MEIRELLES; SILVA, 2007). É preciso estimular políticas de formação que levem ao reconhecimento e à notificação dos casos de violência, a exemplo do contexto evidenciado na área da saúde (GARBIN et al, 2016). Há literatura internacional sobre os fatores promotores e dificultadores do reconhecimento de uma situação de violência configuradora de trabalho infantil. Todavia, as evidências sobre o tema ainda são escassas no Brasil. Além disso, a produção científica em relação ao tema ainda apresenta predominância de estudos qualitativos (SILVA et al., 2019). Os estudos de prevalência, de fatores de risco e que buscam compreender o trabalho infantil como uma experiência adversa na infância e na adolescência são escassos, principalmente no que se refere aos inquéritos de base escolar (ALBERTO et al., 2009; DALL'AGNOL et al., 2015; DINIZ et al., 2012; FACCHINI et al., 2003). Portanto, esta pesquisa pode revelar distorções em situações de identificação e reconhecimento da exposição ao trabalho infantil. Assim, transcende

-se embates teóricos sobre “experiências adversas na infância e na adolescência” e “trabalho infantil”, e busca-se a instrumentação de gestores responsáveis pela formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas voltadas à infância.

Hipótese:

Não há hipótese, pois se trata de um estudo descritivo.

Metodologia Proposta:

Desenho e cenário da pesquisa: O delineamento do estudo é transversal de base escolar a ser

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 5.734.226

realizado no município de Manaus, Amazonas. O cenário do estudo será composto por escolas públicas, que envolve os bairros das sete coordenadorias distritais de educação. População fonte: As 235 escolas públicas vinculadas à SEDUC.

População de estudo e plano amostral: De acordo com os critérios de exclusão anteriormente descritos, a população de estudo será proveniente das 148 escolas que possuem o ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e o ensino médio, com o total de 145.650 estudantes. Desse público, serão abrangidos os adolescentes (indivíduos de 12 a 17 anos de idade) regularmente matriculados. O tamanho amostral calculado por meio da plataforma Open Epi, considera uma prevalência (proporção) da ordem de 0,5 (ou 50%). Para proporções desse valor, a variância dos estimadores amostrais é máxima, com um erro máximo de 5,0%. De acordo com o número de alunos matriculados elegíveis (145.650), a amostra resulta em 661 alunos, com nível de confiança de 99,0%.

Coleta e processamento dos dados: A coleta dos dados será realizada, a partir da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos da Universidade do Estado do Amazonas, por equipe treinada. Na composição, há docentes pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação. O período da coleta compreende os meses de setembro de 2022 a fevereiro de 2023. Conforme descrito anteriormente, realizar-se-á um pré-teste do questionário para os ajustes necessários e demais adequações. A capacitação de todos os pesquisadores de campo terá por finalidade a garantia da qualidade e padronização dos procedimentos estabelecidos para a coleta dos dados, além da atividade de supervisão.

Variáveis de estudo e instrumento de aferição: As variáveis referentes aos aspectos individuais (Módulo I), sociodemográficos (Módulo II) e da estrutura familiar (Módulo III), Trabalho infantil (Módulo IV), Sobre o trabalho (Módulo V), Outras experiências adversas na adolescência (Módulo VI).

Análise dos dados: Uma vez estruturado o banco de dados. A análise será constituída de duas etapas. A primeira etapa consiste na análise exploratória. As variáveis serão inspecionadas quanto às características e respectivas distribuições, e com relação às medidas sumárias e quando necessária à transformação para a composição de novas variáveis. Haverá uma análise descritiva dos aspectos individuais, sociodemográficos, da estrutura familiar, do trabalho infantil, sobre o

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 5.734.226

trabalho e de outras experiências adversas na adolescência. Além disso, serão analisadas a prevalência de trabalho infantil e a associação com as características citadas anteriormente. Para a análise de associação será utilizado o teste qui-quadrado (2) ou Exato de Fisher, considerando um p-valor < 0,05, para identificação das diferenças estatisticamente significativas. Por ser uma amostragem que levará em consideração o peso dos estratos, as análises serão feitas usando o pacote survey no software R.

Aspectos éticos: Por se tratar de pesquisa que envolverá seres humanos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado do Amazonas (Anexo E), para avaliar a conformidade com as diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa, previstas na Resolução nº 466/2012 e no 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), após a anuência da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEDUC/AM) (Anexo F) para realização da pesquisa e obtenção de colaboração para desenvolvê-la junto aos adolescentes escolares.

Critério de Inclusão:

Alunos de 12 a 17 anos regularmente matriculados no ensino fundamental II e ensino médio em escolas vinculadas a SEDUC.

Critério de Exclusão:

- Alunos não matriculados;
- Alunos matriculados na educação especial;
- Alunos matriculados na EJA;
- Alunos matriculados em Tempo Integral;
- Alunos matriculados no ensino fundamental I.

Metodologia de Análise de Dados:

Uma vez estruturado o banco de dados, a análise será constituída de duas etapas. A primeira etapa consiste na análise exploratória. As variáveis serão inspecionadas quanto às características e respectivas distribuições, e com relação às medidas sumárias e quando necessária à transformação para a composição de novas variáveis. Haverá uma análise descritiva dos aspectos individuais, sociodemográficos, da estrutura familiar, do trabalho infantil, sobre o trabalho e de outras experiências adversas na adolescência. Além disso, serão analisadas a prevalência de trabalho infantil e a associação com as características citadas anteriormente. Para a análise de associação

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 5.734.226

será utilizado o teste qui-quadrado (2) ou Exato de Fisher, considerando um p-valor < 0,05, para identificação das diferenças estatisticamente significativas. Por ser uma amostragem que levará em consideração o peso dos estratos, as análises serão feitas usando o pacote survey no software R .

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar a ocorrência de trabalho infantil como experiência adversa em adolescentes escolares em Manaus, Amazonas.

Objetivo Secundário:

- Estimar a prevalência de trabalho infantil como experiência adversa na adolescência;
- Descrever o perfil de ocorrência do trabalho infantil entre adolescentes;
- Analisar a distribuição do trabalho infantil de acordo com características individuais, sociodemográficas, estrutura familiar e outras experiências adversas na adolescência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Durante a aplicação do questionário, por meio de entrevista, o aluno poderá se expor aos seguintes riscos:

- Invasão de privacidade;
- Constrangimento ao responder a questões sensíveis;
- Revitimização e perda do autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados;
- Utilização de tempo do sujeito durante a resposta ao questionário.

Diante das situações de trabalho infantil identificadas pelo estudo, se acionará os órgãos do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, além dos integrantes da equipe comporem o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente no Amazonas – FEPETI/AM e integram também a equipe um auditor fiscal do trabalho e a clínica de direitos humanos da Universidade do Estado do Amazonas que assegurará os desdobramentos quanto aos aspectos jurídicos da denúncia. Transtornos emocionais e/ou psicológicos que poderão ser desenvolvidos pelos participantes da pesquisa serão conduzidos pelos psicólogos, pedagogos e enfermeiros que compõem a equipe de pesquisa. E quaisquer encaminhamentos que demandarão assistência complementar serão realizados por

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 5.734.226

meio da articulação com outros órgãos que poderão ser acionados por meio dos pesquisadores que compõem o FEPETI/AM. Os desdobramentos quanto às situações de trabalho infantil no envolvimento com o tráfico de drogas serão conduzidos pelos advogados e pesquisadores do estudo e em parceria com a clínica de direitos humanos da UEA. Os pesquisadores atuarão com fins de que os riscos de situações graves sejam mínimos para os participantes e familiares. No entanto, caso ocorram, o(a) aluno(a) terá liberdade para não responder ou para interromper a entrevista a qualquer momento. As informações serão coletadas e armazenadas, sem o nome do(a) estudante ou qualquer outra espécie de identificação, em um serviço de armazenamento em nuvem, com acesso restrito à coordenadora da pesquisa. As informações fornecidas serão totalmente confidenciais, e analisadas em conjunto com as respostas dos outros participantes.

Benefícios:

Apesar dos possíveis riscos apontados, ressalta-se que há benefícios da pesquisa a curto prazo. Tais vantagens compreendem a elaboração de um relatório técnico conclusivo, a ser encaminhado a componentes do Sistema de Garantias de Direito (SGD) de crianças e adolescentes, em especial o Ministério do Trabalho e Previdência e o Ministério Público do Trabalho, para subsidiar o processo de tomada de decisão dos respectivos órgãos. Além disso, a médio e longo prazo, por se tratar de uma pesquisa inédita, espera-se compreender e estimar melhor o agravo com a finalidade de contribuir com o planejamento de ações para a erradicação do trabalho infantil até 2025, conforme preconiza a meta 8.7 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma proposta de estudo transversal com abordagem quantitativa, com o objetivo investigar a ocorrência de trabalho infantil como experiência adversa em adolescentes escolares em Manaus, Amazonas. Os dados serão obtidos por entrevistas com adolescentes matriculados em escolas da rede pública de Manaus, com amostra estimada em 661 participantes. Os dados obtidos receberão tratamento apropriado para o desenho de estudo. O estudo é relevante para a área da saúde.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

vide campo Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de um protocolo de pesquisa com seres humanos, o mesmo atende os preceitos da

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 5.734.226

Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO. Salvo o melhor juízo é o parecer

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1918695.pdf	27/10/2022 10:01:49		Aceito
Outros	TERMOASSINADOMTP.pdf	27/10/2022 10:01:33	Nathália França de Oliveira	Aceito
Outros	RESPAOPARECERCEP2.pdf	27/10/2022 09:59:25	Nathália França de Oliveira	Aceito
Outros	RESPAOPARECERCEP.docx	20/09/2022 19:37:37	Nathália França de Oliveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_completo.doc	20/09/2022 19:35:39	Nathália França de Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.docx	20/09/2022 19:34:54	Nathália França de Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	20/09/2022 19:34:24	Nathália França de Oliveira	Aceito
Outros	prot_medidas_sanitarias.pdf	29/06/2022 15:44:42	Nathália França de Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto_assinada.pdf	24/03/2022 11:20:28	Nathália França de Oliveira	Aceito
Outros	questionario.pdf	24/03/2022 00:22:29	Nathália França de Oliveira	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	carta_an_seduc.pdf	24/03/2022 00:22:07	Nathália França de Oliveira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 5.734.226

MANAUS, 01 de
Novembro de 2022

Assinado por:
ELIELZA GUERREIRO
MENEZES
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com

Anexo G – Anuência Institucional da Secretaria de Educação e Desporto (SEDUC)**OFÍCIO Nº 076/2022-GSEAP/SEDUC****Manaus, 23 de março de 2022.**

À Senhora
NATHÁLIA FRANÇA DE OLIVEIRA
Professora
(92) 98145-4408 – nfoliveira@uea.edu.br

Assunto: Resposta ao Requerimento expedido em 11/03/2022.

Processo: nº 01.01.028101.007587.2022-35-SIGED/SEDUC.

Ref.: Projeto de Pesquisa - "Experiência adversa na adolescência-um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de trabalho infantil em Manaus, AM".

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, encaminho a Vossa Senhoria, em anexo, a carta de anuência assinada pela Excelentíssima Secretária de Estado de Educação e Desporto-SEDUC, para desenvolver o Projeto solicitado no requerimento em epígrafe.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente)

HELLEN CRISTINA SILVA MATUTE
Secretária Executiva Adjunta Pedagógica

GSEAP/ML



REVISTA EDUCAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA

VOLUME 00, NÚMERO 00, 20xx

PPGE/UNESA, RIO DE JANEIRO.

CÓDIGO DOI DA PUBLICAÇÃO

O abuso sexual como experiência adversa na adolescência: os desafios da escola no enfrentamento da violência no Amazonas

Sexual abuse as an adverse experience in adolescence: the challenges of the school in coping with violence in Amazonas

El abuso sexual como experiencia adversa en la adolescencia: los desafíos de la escuela para enfrentar la violencia en Amazonas

Nome completo (autor 1):

Vínculo institucional por extenso:

E-mail:

Orcid:

Nome completo (autor 2):

Vínculo institucional:

E-mail:

Orcid:

Nome completo (autor):

Vínculo institucional:

E-mail:

Orcid:

RESUMO

O artigo deriva de uma pesquisa de mestrado sobre o abuso sexual como experiência adversa na adolescência: um inquérito de base escolar. Tem como objetivo, por meio de uma revisão narrativa, analisar o abuso sexual como uma experiência adversa na adolescência e como as escolas podem atuar no enfrentamento a esse tipo de violência no Amazonas. Inicialmente situamos um contexto histórico sobre o conceito de infância no Brasil, as tipologias e consequências do abuso sexual contra crianças e adolescentes e, por fim, discutimos acerca dos desafios da escola quanto a temática. Concluímos que no contexto do estado do Amazonas, onde a vulnerabilidade social e a falta de recursos são desafios constantes, a escola emerge como um espaço crucial para o enfrentamento dessa violência. No entanto, é essencial que as escolas estejam preparadas para identificar sinais de abuso e ofertar suporte adequado. A colaboração entre a escola e a comunidade é vital para construir uma rede de proteção eficaz.

Palavras-chave: Abuso sexual. Enfrentamento. Escola. Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

The article derives from a master's research on sexual abuse as an adverse experience in adolescence: a school-based survey. It aims, through a narrative review, to analyze sexual abuse as an adverse experience in adolescence and how schools can act to confront this type of violence in Amazonas. Initially, we situate a historical context on the concept of childhood

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

RESUMO, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INCLUIR SOBRES NOME; RESUMO, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INCLUIR SOBRES NOME;
 (EXEMPLO: GOMES, LUIZ C.; LINO, VERA S. T. – PREVENÇÃO APÓS ABUSO: ABUSO E CASO O TRIBUNAL DO SEJA APRENDIDO.

in Brazil, the typologies and consequences of sexual abuse against children and adolescents and, finally, we discuss the challenges of the school regarding the theme. We conclude that in the context of the state of Amazonas, where social vulnerability and lack of resources are constant challenges, the school emerges as a crucial space to confront this violence. However, it is essential that schools are prepared to identify signs of abuse and provide appropriate support. Collaboration between the school and the community is vital to building an effective safety net

Keywords: Sexual abuse. Coping. School. Social vulnerability.

RESUMEN

El artículo deriva de una investigación de maestría sobre el abuso sexual como experiencia adversa en la adolescencia: una encuesta escolar. Se propone, a través de una revisión narrativa, analizar el abuso sexual como una experiencia adversa en la adolescencia y cómo las escuelas pueden actuar para enfrentar este tipo de violencia en Amazonas. Inicialmente, situamos un contexto histórico sobre el concepto de infancia en Brasil, las tipologías y consecuencias del abuso sexual contra niños y adolescentes y, finalmente, discutimos los desafíos de la escuela con relación al tema. Se concluye que, en el contexto del estado de Amazonas, donde la vulnerabilidad social y la falta de recursos son desafíos constantes, la escuela emerge como un espacio crucial para enfrentar esta violencia. Sin embargo, es esencial que las escuelas estén preparadas para identificar los signos de abuso y proporcionar el apoyo adecuado. La colaboración entre la escuela y la comunidad es vital para construir una red de seguridad eficaz.

Palabras clave: Abuso sexual. Supervivencia. Escuela. Vulnerabilidad social.

Introdução

A violência contra crianças e adolescentes é um fenômeno que acompanha a trajetória da humanidade. Variadas são as formas de expressão, que se adaptam às especificidades culturais e às possibilidades de cada momento histórico.

Para compreender esse fenômeno e as especificidades relacionadas à fase de desenvolvimento infantil, faz-se necessário percorrer os caminhos da conceituação de infância no Brasil que foram permeados pela ausência de referências sobre as crianças, principalmente no período pré-colonial e colonial, marcados pela escravidão das crianças, violência, luta pela sobrevivência nas instituições assistenciais, abusos sexuais e exploração da mão de obra, situações que caracterizam momentos de inexistência de consideração das crianças enquanto cidadãos de direitos.

Considerando a relevância do tempo de interação no ambiente escolar, que torna esse local apropriado para a percepção, identificação e tratamento de

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INCLUIZ DEMAIS NOMES; SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INCLUIZ DEMAIS NOMES;
(EXEMPLO: GOMES, LUIZ C.; LIMA, VERA S. T. – PRIMEIROS APÊNDICES APÓS AVALIAÇÃO E CASO O TRIBUNAL DO SEJA APROVADO).

situações de violações de direitos de crianças e adolescentes, o presente artigo analisa as questões relacionadas ao abuso sexual como uma experiência adversa na adolescência e como as escolas podem atuar no enfrentamento a esse tipo de violência no Amazonas.

O texto está organizado em quatro seções. De início, abordam-se as experiências adversas na infância e na adolescência, a partir do histórico e das definições aplicáveis. Em seguida, trata-se das experiências adversas na infância e adolescência e impactos do abuso sexual contra crianças e adolescentes, suas tipologias e consequências. Por último, discute-se acerca dos desafios da escola no enfrentamento a essa forma de violência no estado do Amazonas.

Histórico e definições dos direitos de crianças e adolescentes

A infância é um fenômeno relativamente recente e vem passando por alterações significativas ao longo da história. Até o século XII, as condições gerais de higiene e saúde eram precárias, e o índice de mortalidade infantil elevado. Os desenvolvimentistas atualmente são relutantes em especificar idades cronológicas para qualquer período do desenvolvimento. Consideram que o tempo é somente uma das muitas variáveis que afetam cada pessoa. No entanto, a idade é uma variável crucial, e o desenvolvimento pode ser segmentado em períodos de estudo (Heywood, 2004; Berger, 2017).

O conceito de infância, construído ao longo do tempo, passou a ter um reconhecimento mais difundido em meados do século XX, associado principalmente a duas concepções. A primeira, relativa ao passado, está relacionada ao termo "infante" – aquele que está impossibilitado de falar, que não tem voz. A segunda, mais contemporânea, relacionada ao termo "infante-criança", aquele que está sendo criado, com voz e participação. Portanto, observa-se que o cenário de valorização da criança é relativamente recente na realidade infantil (Belloni, 2009).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, afirmou direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de todos os seres humanos, compreendendo, portanto, as crianças. Com o fim de assegurar o cumprimento dos

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SORRENTO, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAIS DEMAIS NOMES; SORRENTO, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAIS DEMAIS NOMES;
 (EXEMPLO: GOMES, LUIZ C.; LINS, VERA S. T. - PRESENCER APENAS APÓS REVISÃO E CASO O TRABALHO SEJA APROFUNDADO)

direitos humanos das crianças, em 1959 foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos da Criança, trazendo em seu conteúdo o primeiro conjunto de valores da Doutrina da Proteção Integral (ONU, 1959).

O artigo 1º da Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece o seguinte: "Nos termos da Presente Convenção, criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo". No Brasil, de acordo com a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), consideram-se crianças aquelas pessoas com idade de até doze anos incompletos e, entre doze e dezoito anos de idade, adolescentes.

Logo, consideram-se esses grupos de pessoas ainda em formação nos aspectos físico, mental, psicológico e social, e são caracterizadas como vulneráveis, dadas as peculiaridades, que compreendem as condições de inocência, dependência e fragilidade. Faz-se necessário, a partir dessa condição de vulnerabilidade, conferir especial atenção aos direitos fundamentais que crianças e adolescentes fazem jus.

Ao longo da história da proteção da criança no Brasil, a partir de um período de ausência de normas, passa-se pela instituição de normas configuradoras do chamado Direito do Menor, até o surgimento de um conjunto de normas concernentes ao reconhecimento das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos humanos e fundamentais, dentre as quais se destaca o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990 (Quadro 1).

Quadro 1. Sequência cronológica dos principais marcos jurídicos de proteção à criança no Brasil

PRIMEIRO MOMENTO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA: Período caracterizado por ausência de normas protetivas	
1750 - 1950	Período pré-republicano que perpetuava o modelo europeu de Rodas, que durou 200 anos, sendo um dos modelos assistenciais que mais perdurou na história brasileira. Nesse modelo, as crianças abandonadas ou eram acolhidas por famílias substitutas ou eram institucionalizadas nas Rodas dos Expostos.
1889	Até a abolição da escravatura, a escravidão também deixou sua marca na história da infância brasileira, submetendo as crianças negras à condição de absoluta exploração.
1890	Em decorrência da abolição da escravatura, meninos e meninas empobrecidos circulam pelos centros urbanos das pequenas cidades e "perturbam" a tranquilidade das elites sociais. Neste cenário, surge o controle penal. Por meio do Código Penal da República, aplicam o direito penal aos menores

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SORRENTO, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAS DE MAIS NOMES; SORRENTO, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAS DE MAIS NOMES;
 (EXEMPLO: GOMES, LUIZ C.; LINS, VERA S. T. – PROTEÇÃO À INFÂNCIA APÓS AVALIAÇÃO E CASO O TRABALHADOR SEJA APREENDIDO.

	de 18 anos, submetendo-os a trabalhos forçados, castigos corporais, prisão perpétua e pena de morte.
SEGUNDO MOMENTO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA: DIREITO DO MENOR	
O Estado passa a atuar nos casos de situação irregular do menor - delinquência, abandono ou ausência de representação legal	
1926	José Candido Albuquerque de Mello Mattos é empossado como Juiz de Menores do estado do Rio de Janeiro, conhecido como o primeiro juiz de menores do Brasil.
1927	Aprovado o primeiro Código de Menores Brasileiro, conhecido também como Código de Mello Mattos. Este código consolidou toda a legislação produzida desde a Proclamação da República.
1964	Foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, por meio da Lei n. 4.513, que passou a integrar o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, tendo por objetivo implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor que tinha como base os princípios da doutrina da segurança nacional, seu foco central era o atendimento dos menores marginalizados socialmente.
1979	Criado o Segundo Código de Menores, por meio da Lei n. 6.697, que também adotava a doutrina da situação irregular. Este Código de Menores foi implantado durante o regime militar e foi proposto pela Associação Brasileira de Juízes de Menores, sendo aprovado nas Comemorações relativas ao Ano Internacional da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir disso, a responsabilidade pelas crianças delinquentes passa a ser da Justiça, contribuindo para a mudança da concepção de proteção e assistência. Apesar das mudanças, não houve grande avanço no conceito sobre infância.
TERCEIRO MOMENTO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA: DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Transição da "doutrina da situação irregular do menor" para a "doutrina da proteção integral"	
1988	É instituída a Constituição da República do Brasil, revogando a expressão "menor" do ordenamento jurídico brasileiro, substituindo por crianças e adolescentes. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente passam a ter status de prioridade absoluta, comprometidos com a proteção integral e o melhor interesse da criança, ficando a família, a sociedade e o Estado incumbidos de assegurá-los.
1990	É criado o Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Lei n. 8.069, diploma normativo que passa a ser um referencial do Direito Infância-Juvenil no Brasil, em virtude da fundamentação na doutrina de proteção integral, que nasce por força de sua peculiar fase de desenvolvimento.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nas informações contidas em Loureiro (2019).

Com a promulgação da Constituição da República em 1988, os direitos e as garantias fundamentais das crianças e dos adolescentes passaram a um novo grau de compreensão, o que se verifica na redação do artigo 227:

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INCLUIZ DEMAIS NOMES; SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INCLUIZ DEMAIS NOMES;
(EXEMPLO: GONDO, LUIZ C.; LIMA, VERA S. T. – PREVENÇÃO APÓS RECALCÃO E CASO O TRABALHADOR SEJA APREENDIDO.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, cap. VII, art. 227).

Assim, o referido artigo do texto constitucional traduz um querer intencional dos Constituintes, inspirados nos ditames da Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959, no sentido da garantia de um status constitucional diferenciado às crianças e adolescentes. O reconhecimento desse novo patamar normativo conduziu a políticas públicas e interpretações judiciais mais contemporâneas, voltadas à busca por igualdade e promoção da justiça e do bem-estar social nas diferentes regiões do país.

O ECA, que apresenta como raiz estruturante o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, assevera que todos, por meio da Doutrina da Proteção Integral, são corresponsáveis pelo desenvolvimento integral da criança e do adolescente, e estabelece o princípio de solidariedade entre a família, a comunidade, a sociedade e o Estado (Andreucci; Junqueira, 2017).

No fim da Guerra Fria (1989), em um momento de grande otimismo global, a Convenção sobre os Direitos da Criança é adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro, e esta passa a ser amplamente aclamada como conquista histórica dos direitos humanos, reconhecendo os papéis das crianças como protagonistas sociais, econômicos, políticos, civis e culturais. Esse tratado internacional garante e estabelece padrões mínimos de proteção aos direitos das crianças em todas as capacidades. Após a aprovação do ECA, o Brasil ratifica, em 24 de setembro de 1990, a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU.

Experiências Adversas na Infância e Adolescência

As Experiências Adversas na Infância e Adolescência – EAIA são definidas como quaisquer tipos de perpetrções de violência ou atos de omissão dirigidos à criança, além de um conjunto de situações que podem tornar disfuncional o ambiente familiar. As EAIA, de acordo com o estudo Adverse Childhood Experiences

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR (OU MAIS NOMES); SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR (OU MAIS NOMES);
 (EXEMPLO: GOMES, LEIZ C.; LINS, VERA S. T. – PREVENIR APENAS APÓS ABUSO E CASO O TRIBUNAL SEJA APRETOADO.

(ACE), são agrupadas em cinco tipos de violência: abuso físico; abuso sexual; abuso emocional; negligência física; e negligência emocional. Além disso, há cinco tipos relacionados ao ambiente familiar disfuncional: uso/abuso de álcool e drogas; doença mental ou suicídio; violência; atividades criminais; e separação ou divórcio parental.

As demonstrações realizadas por meio do estudo ACE despertaram maior interesse entre os pesquisadores, profissionais de saúde pública e defensores dos direitos humanos. Visando à prevenção de maus tratos contra crianças e adolescentes, esse tema despertou maior interesse entre pesquisadores a partir da década de 1990.

Os estudos demonstraram que os indivíduos com histórico de exposição a EAlA apresentaram maior risco de doença coronariana, diabetes, câncer, AVC e doença pulmonar obstrutiva crônica, entre outros males, na vida adulta. A pesquisa evidenciou, também, que a multimorbidade é mais frequente, com pior capacitação ocupacional e redução da expectativa de vida, aumentando a sobrecarga dos sistemas de saúde e a perda da produtividade (Pereira; Viana, 2021).

As repercussões e relações da EAlA com o desenvolvimento integral e saudável de uma criança ou adolescente abrangem implicações do ambiente interrelacional da criança e do desenvolvimento integral. Os eventos traumáticos vivenciados nos primeiros anos de vida, especialmente no contexto familiar, podem impactar negativamente o desenvolvimento infantojuvenil no funcionamento emocional, comportamental, cognitivo, social e físico (Carvalho, 2023).

O tema vem ganhando muita relevância devido às consequências negativas geradas pela exposição contínua e cumulativa às EAlA. As repercussões das experiências adversas podem ocorrer ainda na infância, manifestadas por meio de distúrbios do sono, atrasos no desenvolvimento cognitivo e outros problemas de saúde física. Na adolescência, pode levar ao consumo de álcool e drogas, ao envolvimento em situações de violência, à iniciação sexual precoce e insegura. Porém, não se limita às implicações na saúde; impacta, também, no contexto escolar, podendo gerar dificuldades de adaptação, menor interesse durante as aulas, aumento das taxas de suspensão e expulsão em razão de condutas agressivas, além do abandono escolar (Stochero et al., 2021).

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SORRENOMI, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAIS DEBORA NOME; SORRENOMI, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAIS DEBORA NOME;
(KOMPLET GONZ, LUIZ C.; LINS, VERA S. T. - PRONOME APENAS APÓS AVULÇÃO E CASO O TRABALHO SEJA APROFUNDADO.

O impacto das diferentes formas de violência sobre a autoestima é uma questão igualmente relevante. Quanto mais alto o índice de violência experimentado por crianças e adolescentes, mais significativa tende a ser a baixa autoestima. Avalia-se que a baixa autoestima causa sofrimento e dificulta o crescimento das crianças e dos adolescentes. A vulnerabilidade é uma característica marcante e demanda que crianças e adolescentes sejam priorizados nas ações de saúde pública, pois tendem a doenças emocionais e comportamento potencialmente de risco, o que constitui ameaça à integridade física e ao direito à vida digna (Assis; Avanci, 2004).

A postura da educação adultocêntrica, centrada no adulto e não nas necessidades de desenvolvimento das crianças, legitima o uso indiscriminado de práticas violentas como formas aceitáveis de educação de crianças e adolescentes. A manutenção dos estereótipos como "meios cidadãos", "sujeitos inferiores", "menores" persiste no cotidiano, não obstante a incompatibilidade dessa visão com o conteúdo dos mais modernos diplomas normativos nacionais e internacionais, que são orientados pela mudança cultural e política dessa concepção pejorativa (Vieira et al., 2017).

Nota-se que as crianças e os adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direito. Porém, as mudanças ocorridas no conceito de infância ainda convivem com preceitos legais que carecem de efetividade. A violação dos direitos dessa população vulnerável exige respostas políticas que possam viabilizar a proteção social.

Impactos do abuso sexual na infância e na adolescência

Segundo dados do Ministério da Saúde (2018), o abuso sexual intrafamiliar é o tipo de violência sexual mais recorrente no Brasil, representando 80% das denúncias, tendo como principais agressores os padrastos, os pais e os avós. Milhares de crianças são vítimas de violência anualmente no Brasil, o que afeta diretamente a qualidade de vida, o desenvolvimento físico, emocional, intelectual, e o desempenho escolar (Atlas da violência, 2023).

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAIS DE MAIS NOMES; SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAIS DE MAIS NOMES;
(EXEMPLO: GOMES, LAIZ C.; LINS, VERA S. T. – PRESENÇAS AFETIVAS APÓS RESSURTAÇÃO E CASO O TRIBUNAL SEJA APREENDIDO.

Ainda há limitações em pesquisas nacionais que tratam da questão do abuso sexual contra crianças e adolescentes, o que dificulta a compreensão do fenômeno e suas peculiaridades, deturpa estatísticas e impacta nas políticas de intervenção adaptadas à realidade brasileira (Borges; Delli, 2008).

De acordo com o Código Penal (Brasil, 1940), atualizado pela Lei n. 12.015/1990, a pessoa com idade inferior a catorze anos é considerada vulnerável e, portanto, sem condições maturacionais para oferecer consentimento e os meios de defesa necessários para se proteger, sendo a lei mais severa para delitos praticados contra essa população.

O estupro é considerado o tipo mais grave de abuso sexual, sendo caracterizado pelo uso de violência física e psicológica, no qual o agressor ameaça a vítima para satisfazer o seu prazer. De acordo com a legislação brasileira este crime é dividido em estupro entre menores e maiores de catorze anos, sendo:

Estupro de vulnerável – quando a vítima tem menos de 14 anos. Mesmo que haja consentimento no ato sexual ou demais atividades (como carícias), a lei enquadra como estupro de vulnerável. Sendo considerados vulneráveis tanto os menores de 14 anos quanto aqueles que possuem doença física ou mental ou alguém que esteja sob efeito de substâncias psicoativas. A pena para estes casos vai de 8 a 15 anos de prisão. Ocorrendo agravamento da pena se houver lesão corporal grave (10 a 20 anos de reclusão) ou se resultar em morte da vítima (12 a 30 anos).

Estupro – quando a vítima tem mais de 14 anos. São os casos em que há constrangimento da vítima e uso de força física ou violência psicológica para conseguir qualquer vantagem sexual. A lei prevê pena de 6 a 10 anos de prisão para quem pratica o estupro. Quando a vítima é menor de 18 anos, a punição pode ser de 8 a 12 anos de reclusão. Em caso de morte da vítima, a pena aplicada é de 12 a 30 anos no regime fechado (Campos, 2020).

A tardia inserção do Brasil na luta contra as várias formas de violação aos direitos humanos da população infanto-juvenil, datada da década de 1990, reflete na incipiência do entendimento sobre a violência sexual na literatura brasileira atual. As reflexões, os debates e a construção de estratégias, em âmbito nacional, entraram na agenda pública somente após intenso movimento na cena internacional, com a promulgação de normativas para enfrentar essa questão.

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAS DEMAIS NOMES; SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAS DEMAIS NOMES;
(EXEMPLO: GOMES, LUIZ C.; LINS, VERA S. T. – PRESENCIA AFETIVA APÓS EXILIAÇÃO E CASO O TRABALHADOR SEJA AFROANEXO).

A violência sexual deve ser encarada como uma face perversa da violência, que assola milhares de crianças. A complexidade dessa espécie de ofensa a direitos humanos e fundamentais de crianças e adolescentes requer, além do importante amparo da legislação, a ampliação do olhar da sociedade sobre esse fenômeno. Construir uma base conceitual sobre a violência sexual requer uma busca que apreenda esse fenômeno a partir de uma perspectiva abrangente, capturando as nuances e interfaces que se engendram no acometimento dessa violência (Vieira et al., 2017).

A violência sexual é caracterizada por atos praticados com a finalidade sexual que, sendo lesivo ao corpo e à mente de crianças e adolescentes, desrespeitam seus direitos e garantias individuais previstos na legislação aplicável, como a liberdade, o respeito e a dignidade (Florentino, 2015).

Buscando caracterizar os diferentes tipos de violência, bem como os vínculos entre eles, a OMS propôs a divisão da violência em três grandes categorias: violência auto infligida (dirigida para si mesmo); violência interpessoal; e violência coletiva. Essa categorização faz distinção entre a violência que a pessoa inflige contra si mesma, a violência infligida por outra pessoa e a violência infligida por grupos maiores, assim considerados Estados, grupos políticos organizados, milícias, terroristas e outros.

O abuso sexual está incluído na categoria violência interpessoal, na subcategoria violência da família e de parceiro íntimo. Trata-se, portanto, da violência que ocorre em grande parte entre membros da família e parceiros íntimos, mas não exclusivamente dentro de casa.

Os atos violentos podem ser de natureza física; sexual; psicológica; e envolvendo privação ou negligência. Esses quatro tipos de atos violentos podem ocorrer em cada uma das grandes categorias e suas subcategorias, exceto na violência auto infligida. Por exemplo, a violência contra crianças cometida dentro de casa pode incluir abuso físico, sexual e psicológico, bem como negligência (Krug et al., 2002).

A violência sexual pode ser compreendida a partir de duas especificidades: a exploração sexual – caracterizada pela relação mercantil, mediada pelo comércio do corpo/sexo, por meios de coerção ou não, podendo se expressar sob a forma de

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAS DE MAIS NOMES ; SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAS DE MAIS NOMES;
(EXEMPLO: GOMES, LUIZ C.; LIMA, VERA S. T. – PRESENCIA AFETIVA APÓS INULÇÃO E CASO O TRABALHADOR SEJA AFETIVO).

pornografia, tráfico, turismo sexual e prostituição. O abuso sexual é caracterizado como toda e qualquer ação de interesse sexual de um ou mais adultos em relação a uma criança ou adolescente, podendo acontecer no âmbito intrafamiliar (envolvendo pessoas que tenham laços afetivos – também conhecida como incesto), ou no ambiente extrafamiliar (relação entre pessoas que não possuem parentesco). O fenômeno da violência contra crianças e adolescentes decorre de uma relação desigual de poder (Florentino, 2015).

Os dados sobre esse fenômeno de complexo enfrentamento indicam a ocorrência em ambos os sexos, em diferentes classes sociais, etnias e faixas etárias, e que não há limites de fronteiras culturais. Segundo o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, na maioria dos países as meninas correm mais riscos que os meninos em relação a infanticídio, abuso sexual, negligência educacional e nutricional e prostituição forçada (Graziano et al., 2011; OMS, 2002).

A área da saúde vem sofrendo grandes impactos em consequência da violência que afeta a saúde individual e coletiva, e a emergência do tema é recente na área de conhecimento e de práticas do setor. A violência contra crianças e adolescentes entrou na agenda do setor de saúde por meio do trabalho dos pediatras, psiquiatras e outros profissionais de saúde e de assistência social que lidam com essa população. Esses profissionais chamaram atenção para os prejuízos ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde física e mental que a violência proporciona. Nesse sentido, o tema ganhou grande interesse científico no Brasil em meados da década de 1940 (Minayo et al., 2018).

Ainda que a criança ou o adolescente não apresente sintoma externo, ou, apresentando, este seja de baixa relevância, não podem ser desconsiderados os aspectos de sofrimento e os prejuízos decorrentes da experiência adversa. As consequências podem ainda estar latentes, manifestando-se tardiamente frente a uma crise evolutiva ou situacional ou a partir do estresse. Diante dessa situação, há uma tendência da sociedade em minimizar os efeitos dos abusos sexuais que não deixam marcas físicas, como se fossem menos importantes (Silva et al., 2021).

As consequências do abuso infantil para a saúde constituem uma parcela significativa da carga global de doenças. Embora algumas tenham sido pesquisadas, apenas recentemente outras receberam atenção, incluindo-se os distúrbios

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SEBASTIÃO, FRENÍDIO NOME DO AUTOR INCLUIA DEMAIS NOMES ; SEBASTIÃO, FRENÍDIO NOME DO AUTOR INCLUIA DEMAIS NOMES;
(EXEMPLO: GOMES, LUIZ C.; LIMA, VERA S. T. - **PRESENCIA AFETIVA APÓS VIOLÊNCIA E CASO O TRIBUNAL SEJA AFETIVO.**

psiquiátricos e o comportamento suicida. Existem evidências de que a maior parte das doenças encontradas nos adultos – inclusive cardiopatia isquêmica, câncer, doença pulmonar crônica, síndrome do intestino irritável e fibromialgia – estão relacionadas a experiências de abuso durante a infância. A adoção de fatores de risco comportamentais tem se configurado como um mecanismo aparente para explicar esses resultados, como o ato de fumar, o abuso de álcool, dieta alimentar deficiente e falta de exercícios. Há estudos que demonstram os danos psicológicos em curto e longo prazo. Os sobreviventes podem apresentar graves sintomas psiquiátricos, como depressão, ansiedade, abuso de substâncias, agressão, sentimento de vergonha ou enfraquecimento cognitivo. Por fim, algumas crianças e adolescentes preenchem todos os critérios para doenças psiquiátricas, que podem incluir distúrbios de estresse pós-traumático, forte depressão, distúrbios de ansiedade e distúrbios de sono e, ainda, pensamentos e comportamentos suicidas (Assis; Avanci, 2004; Krug et al., 2002).

As manifestações físicas, comportamentais e emocionais do abuso variam entre as crianças e os adolescentes, a depender do estágio de desenvolvimento quando da ocorrência do abuso, da gravidade do abuso, da relação entre o perpetrador e a vítima, da duração do ato violento e de outros fatores envolvidos no ambiente de convívio da vítima, sendo o incesto o que deixa consequências mais severas e duradouras. Ser vítima de EAlA enquanto criança aumenta o risco de a pessoa se tornar vítima ou perpetradora de outras formas de violências na vida adulta, corroborando para a manutenção do ciclo de violência intergeracional (Florentino, 2015; Silva et al., 2021).

É difícil mensurar o impacto da violência sexual sobre os sistemas de saúde ou os efeitos na produtividade da economia. Estudos indicam que as vítimas de violência sexual, de abuso e abandono infantil têm mais problemas de saúde, custos significativamente mais altos de tratamento de saúde e consultas mais frequentes aos atendimentos de emergência durante a vida, comparativamente às pessoas que não sofreram tais abusos. São despesas que contribuem para o aumento substancial do orçamento anual de tratamentos de saúde (Krug et al., 2002).

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SOBREVINDO, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INCLUIA SOBREVINDO; SOBREVINDO, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INCLUIA SOBREVINDO;
(EXEMPLO: GOMES, LUIZ C.; LINS, VERA S. T. – PREVENIR APENAS APÓS REALIZAÇÃO E CASO O TRIBUNAL DEVE PREVENIR).

Desafios das escolas no estado do Amazonas e estratégias de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

O Amazonas é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Situado na Região Norte, que representa 60% do território nacional, é o maior estado do país em extensão territorial, sendo Manaus a sua capital. Além da extensão territorial e das riquezas naturais de bioma, esta região apresenta uma pluralidade étnico-racial (quilombolas, indígenas, caboclos, ribeirinhos, seringueiros, entre outros) fruto do processo de colonização e miscigenação. É historicamente marcado por ter sido um lugar de desenvolvimento pautado na exploração de recursos naturais, como minerais, madeira, energia elétrica, agronegócio, tendo como marca de seus projetos de desenvolvimento os elevados custos sociais e a exclusão da população (Fernandes; Moser, 2021; Silva; Hage, 2017).

Desde os projetos iniciais de ocupação e desenvolvimento, a Amazônia sofre com a exploração material e sexual de seus povos, tendo como reflexo na construção sócio-histórica a manutenção de inúmeras formas de violência, dentre estas, a violência sexual, incluindo o tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração, como forma de perpetuação de abuso de poder e de gênero. Ao considerar tal contexto, faz-se necessário encarar o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes nessa região a partir das desigualdades socioespaciais, seus fatores de vulnerabilidade psicossocial e suas consequências que permanecem, ainda hoje, no cotidiano de suas populações (Ribeiro; Fernandez, 2020).

O contexto da Amazônia tem se configurado propício a uma diversidade de situações de violação de direitos humanos, submetendo populações e grupos sociais locais a atividades ilegais e violentas, como trabalho escravo, trabalho infantil, tráfico humano e exploração sexual de crianças, adolescentes, jovens e adultos, perfazendo situações de trocas de alimentos, sabão, querosene ou outros itens considerados para subsistência e sobrevivência, por ocasião da passagem de navios e embarcações nas proximidades das comunidades ribeirinhas. O processo de exclusão e pobreza, tão presente na imensidão do estado do Amazonas, tem gerado uma condição peculiar para a região, tendo em vista que um número significativo de

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SOBREVOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INCLUIA DEMAIS NOMES; SOBREVOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INCLUIA DEMAIS NOMES;
(EXEMPLO: GOMES, LUIZ C.; LIMA, VERA S. T. – PRESENCIA DE APENAS APÓS AVALIAÇÃO E CASO O TRABALHO SEJA APROFUNDADO).

famílias vive sem garantia de direitos fundamentais e são submetidas a situações de exploração material e humana que degradam suas perspectivas e condições de futuro (Silva; Hage, 2017).

A violência sexual surge como uma das dimensões mais perversas que atingem e vulnerabilizam crianças e adolescentes. Os agressores sexuais dessa população, em sua maioria, não são os sujeitos com patologias psiquiátricas (pedófilos). Na verdade, aponta-se como autores da violência, sobretudo, pais, avós, tios, considerados homens comuns, sem indício de parafilia. Os casos de abuso sexual intrafamiliar correspondem a 80% dos casos totais de violência sexual no Brasil e no Amazonas (Lima; Wiggers, 2020).

No Amazonas, em um estudo descritivo, foram analisados todos os casos de estupro de vulnerável notificados (Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN) no estado no período de 2017 a 2021, totalizando 3.307 casos. As vítimas foram predominantemente de cor parda (81,6%), faixa etária de 7 a 10 anos (48,0%), com ensino fundamental (54,4%). O local mais comum da ocorrência do estupro foi a residência da vítima (82,9%), sendo a maioria violência de repetição (56,7%) e praticado por amigo/conhecido da vítima ou da família (29,4%), seguido de padrasto (15,6%) e namorado(a) (12,2%). Os municípios com as maiores taxas de notificação no período foram Manaus, Tefé, Canutama, Manacapuru e Novo Airão. A violência contra crianças e adolescentes é um problema grave no Amazonas; porém, diante da possibilidade de subnotificação, a magnitude do problema ainda precisa ser revelada (Freitas et al., 2023).

Em 2019, foram registrados 61.235 casos de estupros e estupros de vulnerável no Brasil. Os dados revelam que 70,5% do volume total de casos foram registrados como estupros de vulnerável, e 57,9% das vítimas tinham no máximo 13 anos de idade quando do registro da violência. A maioria das vítimas tenham entre 10 e 13 anos, mas também há ocorrência expressiva na faixa etária de 5 e 9 anos de idade (18,7%) e de bebês de 0 a 4 anos (11,2%) (Bueno; Sobral, 2020).

A Portaria n. 104, de 25 de janeiro de 2011 do Ministério da Saúde, prevê a obrigatoriedade da notificação compulsória, considerando a comunicação de casos novos de doenças e agravos, incluindo a violência. Portanto, a notificação, sendo obrigatória, constitui um instrumento fundamental para o conhecimento do perfil

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SOBREVOMBI, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INCLUIA DADOS NOMBOS; SOBREVOMBI, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INCLUIA DADOS NOMBOS;
(XDDMPLEK GEBOS, LITEZ C.; LIND, VIRA X. T. - PRIBNSCHIE APENI APÓS KULLIÇÃO E CASO O TENDALIBI SEJA EPHEANDI.

da violência, possibilitando a realização de ações para a prevenção do problema. Entretanto, apesar dos avanços de garantias quanto à obrigatoriedade da notificação, os dados ainda revelam a invisibilidade das violências na rotina dos profissionais de saúde. Os problemas compreendem a escassez de regulamentos que firmem os procedimentos técnicos, ausência de mecanismos legais de proteção aos profissionais que realizam a notificação, falha na identificação da violência no serviço de saúde, e o desafio de reconhecer a violência como tema interdisciplinar. O enfrentamento da violência exige atuação em rede, conjugada, articulada, solidária e cooperativa entre organizações que negociam e partilham recursos. Também é necessário estimular políticas de formação que levem ao reconhecimento e à notificação dos casos de violência, a exemplo do contexto evidenciado na área da saúde (Brasil, 2011; Garbin et al., 2016).

A subnotificação dos casos de violência sexual ocorre por diversas situações, como constrangimentos, medo, ameaças físicas e psicológicas pelo agressor ou até pela própria família. Ribeiro e Fernandez (2020) referem uma outra situação pertinente às subnotificações: a desinformação da sociedade sobre o que constitui a violência sexual. Há uma compreensão errônea de que a violência ou abuso sexual diz respeito apenas ao ato de penetração seja genital e/ou anal, ofuscando casos de tentativas que envolvem toques, mostras de filmes eróticos, uso de palavras obscenas.

Os casos no interior do Amazonas ocorrem em meio a fenômenos acelerados de mudanças, das atividades tradicionais que passam por um abandono que desintegra determinadas formas de vida e de relações das pequenas comunidades, organizadas até então em torno da pequena agricultura, pesca e coleta. Tais modificações, associadas à falta de equipamentos urbanos e de assistência, favorecem a intensa concentração populacional nos espaços considerados urbanos e, conforme o relatório Situação Mundial da Criança da Unicef, mais de 50% da população mundial, incluindo mais de um bilhão de crianças e adolescentes, vivem em cidades médias e grandes, sendo possível a negação, a um grande número delas, do acesso aos serviços de saúde, educação, recreação e outras condições básicas de vida. Junta-se a isso fatores individuais, como história anterior de violência, consumo de substâncias, problemas como pobreza e instabilidade econômica e,

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAIS DOS OUTROS NOMES; SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAIS DOS OUTROS NOMES;
(EXEMPLO: GOMES, LEIZ C.; LINO, VERA S. T. – PRESENCIA DE APELOS APÓS JULGAMENTO E CASO O TRIBUNAL DE JUSTIÇA APRESENTA...

ainda, fatores sociais, como relações de vizinhança instáveis e os fatores culturais que validam e aceitam a violência. Esse contexto conduz a um grande potencial para o estabelecimento de relações violentas (Maia; Barreto, 2012).

Dentre as nuances que perpassam a problemática – educação, cidadania, protagonismo de crianças e adolescentes –, é essencial a constância das ações públicas e o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, por ser fenômeno multicausal, complexo e de raízes históricas profundas.

O quadro de subnotificação dos casos de abuso sexual no Amazonas reforça que os desafios são inúmeros, a começar pelas questões relacionadas às resistências cultural e social. Nesse contexto, as escolas desempenham um papel fundamental na identificação e na intervenção dos casos de abuso sexual. Dentre os inúmeros desafios, destacam-se a detecção e a denúncia, o apoio emocional às vítimas e famílias, além da sensibilização e conscientização da comunidade escolar sobre o problema.

Por estar inserida no cotidiano das comunidades (urbanas e ribeirinhas), Spaziani e Maia (2015) afirmam que é urgente implementar o conteúdo da sexualidade humana e de gênero na formação de profissionais da educação, pois são questões que compõem a rotina escolar e auxiliam na prevenção da violência sexual infantil.

A educação sexual é uma das formas mais eficazes de promover a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes. É por meio da educação sexual que se cria um ambiente seguro e de liberdade para que os alunos se comuniquem com familiares, educadores e outros profissionais da rede de proteção, caso estejam enfrentando quadros de violência (Meyer, 2017).

Professores e comunidade escolar são protagonistas nas ações de identificação de violações e na denúncia dos casos. Além de enfrentar os desafios inerentes ao sistema educacional brasileiro, como a falta de infraestrutura adequada e a insuficiência do reconhecimento salarial, lidam diariamente com questões sensíveis relacionadas às vulnerabilidades. É esse o caso do abuso sexual e de quanto esse assunto constitui tabu nas famílias e nas comunidades, por questões de envolvimento direto com os casos, ou pelo receio de represálias.

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAIS DE MAIS NOMES ; SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAIS DE MAIS NOMES;
(EXEMPLO: GOMES, LUIZ C.; LIMA, VERA S. T. – PREVENIR APENAS APÓS AVALIAÇÃO E CASO O TRIBUNAL NÃO APROVAR).

Viodres Inque e Ristum (2008) reiteram que não se trata de delegar a responsabilidade pela transformação da sociedade à Educação, ou de acreditar que os problemas econômicos e sociais serão resolvidos por um ensino qualificado, mas se trata do reconhecimento do papel fundamental da escola neste processo. Às vítimas de violência doméstica, casos predominantes no contexto amazônico, caberia à escola ofertar outros modelos de enfrentamento e solução do problema, principalmente promovendo grupos de discussão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A escola é considerada um ambiente seguro para crianças e adolescentes que, diante de experiências adversas vivenciadas, apresentam por vezes a necessidade de expressar seus medos e reconhecer esse espaço como possível local de denúncia. Os relatos podem ocorrer por meio de conversas ou de atividades realizadas dentro da escola, que proporcionem a identificação das situações de abuso sexual, reforçando a importância da comunicação aberta e do vínculo estabelecido entre ambos.

Para enfrentar os desafios que envolvem o combate dessa violência, é preciso adotar estratégias que envolvam, dentre outras iniciativas, a capacitação de educadores e a criação de políticas e programas de prevenção. A compreensão da realidade de cada local em que a escola está inserida é um fator importante nesse processo, adaptando-se as estratégias de enfrentamento a cada realidade posta, sem imposição, por meio de discussões abertas com a comunidade escolar e com os líderes comunitários, para potencializar as fontes de apoio. Do mesmo modo, as unidades básicas de saúde também constituem importantes meios de promoção da cultura de paz nas escolas. Logo, a violência deve ser analisada sob o paradigma da complexidade e combatida por meio de práticas interdisciplinares (Oliveira, 2017; Reis et al, 2017).

O conhecimento acerca das parcerias com organizações governamentais e da sociedade civil que compõem a rede de proteção de garantias de direito da criança e do adolescente no estado, composto pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades de saúde, Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Conselhos de Direitos, dentre outros, poderia otimizar os acompanhamentos psicossociais das vítimas e famílias, por meio de uma linha de cuidado.

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAS DEMAIS NOMES ; SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAS DEMAIS NOMES;
(EXEMPLO: GOMES, LUIZ C.; LINS, VERA S. T. – PREVENÇÃO APÓS AVALIAÇÃO E CASO O TITULAR DO SEJA APRENDIZ)

São exemplos dessa atuação coletiva e coordenada as ações do Programa Saúde na Escola (PSE), desenvolvido em colaboração com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) no contexto dos determinantes sociais, especialmente para populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas e/ou em situação de vulnerabilidade e iniquidade. A forma de articulação e execução das ações decorre do entendimento desses determinantes e condicionantes sociais, familiares e escolares e os desfechos para tais experiências adversas vivenciadas. Assim, consegue-se adequar as ações de intervenção voltadas para a promoção de atividades educativas para a prevenção de atos violentos e promoção da cultura de paz, de acordo com a realidade evidenciada no local de incidência. Creazzo et al (2023) afirmam que as atividades promovidas pelo programa estimulam a criação de um senso de autonomia e autocuidado por parte dos estudantes, a partir da produção conjunta de conhecimentos, e não somente o tratamento e prevenção de doenças.

Considerações finais

O abuso sexual na infância e na adolescência é uma experiência adversa que deixa marcas profundas e duradouras na vida das vítimas. No contexto do estado do Amazonas, onde a vulnerabilidade social e a falta de recursos são desafios constantes, a escola emerge como um espaço crucial para o enfrentamento dessa violência.

Além de consistirem em locais de aprendizado, as instituições escolares têm o potencial de atuar como ambientes seguros, onde adolescentes podem encontrar apoio e orientação. No entanto, para que isso se concretize, é essencial que as escolas estejam preparadas para identificar sinais de abuso e oferecer suporte adequado. Isso inclui a capacitação contínua de educadores, a implementação de políticas claras de proteção e a criação de canais de comunicação eficazes entre escola, famílias e serviços de proteção.

É fundamental promover uma cultura escolar que valorize o respeito, a empatia e a inclusão, combatendo ativamente qualquer forma de violência. A colaboração entre a escola e a comunidade é vital para construir uma rede de proteção que possa responder, de maneira eficaz, às necessidades dos adolescentes.

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SERBENDIME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAIS DEBMAIS NOMES ; SERBENDIME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAIS DEBMAIS NOMES;
(EXEMPLO: GOMES, LUIZ C.; LINO, VERA S. T. – **PREVENÇÃO DE ABUSO SEXUAL INFANTIL E LADO DO TORNADO SEJA APREVENIR**).

Apesar dos meios de proteção legal de direitos das crianças e dos adolescentes presentes no ordenamento jurídico e do aumento dos incentivos governamentais à realização de denúncias, a exemplo do Disque 100, a violência, em especial a sexual, continua envolta no silêncio. Os fatores para a perpetuação desse silenciamento compreendem o medo em relação ao agressor, que geralmente é uma pessoa conhecida da vítima e da família, a vergonha da exposição, a dificuldade de encontrar profissionais que lidam adequadamente com esse público – professores e agentes de saúde, por exemplo –, a falta do reconhecimento da violência, sobretudo nos casos que não deixam marcas físicas aparentes.

A identificação das fragilidades e dificuldades que os profissionais das áreas de educação apresentam para lidar com as situações de violência contra a população infantojuvenil é imprescindível para realizar redirecionamentos de propostas de educação continuada sobre o tema, diante do grave cenário, composto pelo baixo grau de notificação da violência contra crianças e adolescentes em geral.

Frente a esses desafios e cenários sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes, reforçamos a necessidade de um melhor entendimento de suas causas e consequências, sendo de grande relevância investigar a ocorrência desse fenômeno tão complexo e persistente como experiência adversa em adolescentes escolares.

Diante da magnitude do problema, é importante o poder público adotar um olhar específico sobre o desenvolvimento de políticas de formação e capacitação direcionadas para a instrumentalização desses profissionais, que lidam diretamente com atividades voltadas para a infância, além do aperfeiçoamento da estruturação do sistema para garantia dos direitos dessa população.

Enfrentar o abuso sexual infantojuvenil requer um esforço conjunto e contínuo. As escolas, ao assumirem um papel ativo nesse processo, podem contribuir significativamente para a garantia de um futuro digno para crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ANDREUCCI, A. C. P. T.; JUNQUEIRA, M. A. Crianças visíveis e direito à voz como direito humano fundamental: contributos jurídicos-sociais do marco legal da

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SOBRANOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAIS DEMAIS NOMES; SOBRANOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAIS DEMAIS NOMES;
(EXEMPLOS: GOMES, LUIZ C.; LIMA, VERA S. T. – PREFERENCE APENAS APÓS #REFLEXÃO E CASO O TRABALHO SEJA APRENDIDO.

primeira infância para o desenho de políticas públicas participativas no Brasil.
Cadernos de Direito Actual, n. 7, p. 289-303. 2017

ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q. **Labirinto de espelhos: formação da autoestima na infância e na adolescência** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

BELLONI, M. L. **O que é sociologia da infância**. Campinas: Autores Associados, 2009.

BERGER, K. S. **O desenvolvimento da pessoa do nascimento à terceira idade**. Tradução Gabriela dos Santos Barbosa. - 9. ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência: Orientações para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. **Boletim Epidemiológico**, 49 (27), 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2009. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm. Acesso em 9 jun. 2024.

BUENO, S.; SOBRAL, I. Um estupro a cada 8 minutos. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Disponível em: https://www.fontesegura.org.br/adm/page/page_editor#774. Acesso em: 09 jun. 2024.

CAMPOS, L. V. Abuso sexual. **Mundo Educação**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sexualidade/abuso-sexual.htm>. Acesso em: 09 jun. 2024.

CARVALHO, S. S. As experiências adversas na infância e sua relação com o desenvolvimento biopsicossocial da criança/adolescente: uma revisão bibliográfica. **Seven Editora**, p.251-277, 2023.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>. Acesso em: 09 jun. 2024.

CREAZZO, G. D et al. O impacto do Programa de Saúde na Escola (PSE) na vida dos estudantes: uma revisão integrativa: the impact of the school health program (PSE) on students' lives: an integrative review. **Revista De Epidemiologia E Saúde Pública - RESP**, 1(3). <https://doi.org/10.59788/resp.v1i3.28>.

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAS DEMAIS NOMES; SOBRENOME, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAS DEMAIS NOMES;
 (EXEMPLO: GOMES, LUIZ C.; LINS, VERA S. T. – PREVENIR APENAS APÓS #POLLICÃO É COMO TRABALHAR SEM APROFUNDIR.

FERNANDES, J. S. N.; MOSER, L. Comunidades tradicionais: a formação socio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 3, p. 532-541, set. 2021.

FLORENTINO, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio 2015.

FREITAS, C. M. B. da C.; SANTOS, C. S.; OLIVEIRA, N. F. de. Características epidemiológicas de estupro de vulnerável no estado do Amazonas, 2017 a 2021. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2023. 97 p. **Anais do I Congresso Amazônico de Saúde Coletiva**. DOI 10.29327/5335135. Disponível em: [Anais I CONAMASC. final.pdf](#)

GARBIN, C.A.S. et al. Desafios do profissional de saúde na notificação da violência: obrigatoriedade, efetivação e encaminhamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 6, p.1879- 1890, 2016.

GRAZIANO, A. P., APOSTÓLICO, M. R., MURARO, H. M. S., EGRY, E.Y. Violência sexual infantil: Magnitude do problema em uma metrópole brasileira. **Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem 2011**.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância: da Idade Média a época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KRUG, E.G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZWI, A. B.; LOZANO, R. World report on violence and health. Geneva, World Health Organization, 2002.

LOUREIRO, A. J. C.; SILVA, A. C. F. DA. Concepções de Infância ao Longo da História e a Evolução Jurídica do Direito da Criança. **Boletim Jurídico**, Uberaba/MG, a. 30, nº 1605. <https://www.boletimjuridico.com.br/artigos/direito-da-infancia-e-juventude/4326/concepcoes-infancia-ao-longo-historia-evolucao-juridica-direito-crianca>. Acesso em: 30 mai. 2024.

LIMA, N. S.; WIGGERS, R. Entre sangue e a afinidade: dilemas de parentesco em casos de abuso sexual intrafamiliar no Amazonas, Brasil. **Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 7 (14): 157-176, 2020. ISSN: 2358-5587.

MALA, A. C.; BARRETO, M. Violência contra crianças e adolescentes no Amazonas: análise dos registros. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 2, p. 195-204, 2012.

MEYER, C. A. "O que é privacidade?": uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2017.

MINAYO, M. C. DE S.; SOUZA, E. R. DE S.; SILVA, M. M. A. DA; ASSIS, S. G. DE. Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafios. **Ciência e Saúde Coletiva**, 23 (6): 2007-2016, 2018.

TÍTULO DO ARTIGO IDIOMA ORIGINAL...

SCRIBENDI, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAIS DE MAIS NOMES; SCRIBENDI, PRIMEIRO NOME DO AUTOR INICIAIS DE MAIS NOMES;
 (EXEMPLO: GOMES, LUIZ C.; LIMA, VERA S. T. – **PRINCÍPIOS DE AVALIAÇÃO E CASO O TRABALHADOR SEJA APREENDIDO.**)

OLIVEIRA, A. C. **Violência Sexual contra crianças e adolescentes: Cenários amazônicos, rede de proteção e responsabilidade empresarial.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017

PEREIRA, F. G.; VIANA, M. C. Instrumentos mais utilizados na avaliação da exposição a Experiências Adversas na Infância: uma revisão da literatura. **Revista Saúde em Debate**, v. 45, p.501-513, 2021.

REIS, E. R. L.; SOUZA, S. J. P.; MIGOTO, M. T.; WEIGERT, S. P. Dificuldades dos profissionais de saúde em identificar e notificar a violência infantil. **Revista Gestão & Saúde**. 2017 nov; 17 (Supl 1): 63-70.

RIBEIRO, J. H. de S.; FERNANDEZ, C. B. **Violência sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas e Pará: Contribuições do projeto Içá Ação e proteção no enfrentamento.** Editora e gráfica Moderna. Manaus, 2020.

SILVA, A. P. J. DA; OLIVEIRA, A. J. DE; SANTOS, F. E. DOS. Impacto na saúde mental de crianças vítimas de abuso sexual. **Diaphora Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 10 (3), 2021.

SILVA, L. I.; HAGE, S. **Violência e violência sexual contra crianças e adolescentes: Desafios para a atuação da rede de proteção aos direitos humanos na Amazônia.** In: **Violência sexual contra crianças e adolescentes. Cenários Amazônicos. Rede de Proteção e Responsabilidade empresarial.** Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro. Pg. 55-76. 2017.

SPAZIANI, R. B.; MAIA, A. C. B. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. **Rev. Psicopedagogia**, São Paulo, v. 32, n. 97, p. 61-71, 2015.

STOCHERO, L. et al. Prevalência e coocorrência de Experiências Adversas na Infância: um inquérito de base escolar no município do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p.115-127, 2021.

VIEIRA, S. M.; OLIVEIRA, S. B. DE; SÓKORA, C. DE A. A violência sexual contra crianças e adolescentes: particularidades da região Norte do Brasil. **Revista Intellecto, CENEGRI, Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais**, nº 23, Rio de Janeiro, 2017.

VIODRES INOUE, S. R.; RISTUM, M. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 25, n. 1, p. 11-21, jan. 2008.

Anexo I – Comprovante de Submissão do Artigo

De: Stella Maria Peixoto De Azevedo Pedrosa via Periódicos Científicos do Mestrado e Doutorado Estácio

<admin.mestradoedoutoradoestacio@periodicoscientificos.com.br>

Enviado: Monday, September 16, 2024 1:06:15 PM

Para: Cristiany Monserra Barata da Costa Freita <cristiany5@live.com>

Assunto: [REEDUC] Agradecimento pela submissão

Cristiany Monserra Barata da Costa Freita:

Obrigado por submeter o manuscrito, "O Abuso sexual como experiência adversa na adolescência: Os desafios da escola no enfrentamento da violência no Amazonas" ao periódico Revista Educação e Cultura Contemporânea. Com o sistema de gerenciamento de periódicos on-line que estamos usando, você poderá acompanhar seu progresso através do processo editorial efetuando login no site do periódico:

URL da Submissão: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/authorDashboard/submission/11660>

Usuário: cristianyfreitas

Se você tiver alguma dúvida, entre em contato conosco. Agradecemos por considerar este periódico para publicar o seu trabalho.

Stella Maria Peixoto De Azevedo Pedrosa

[REVISTA EDUCAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA](#)